



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE CULTURAL NO ÂMBITO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL - UMA ANALISE DO DLIS/SEBRAE-SE

Autor: Mirian Guedes Nascimento

Orientadora: Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas

ABRIL - 2005
São Cristóvão – Sergipe
Brasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE CULTURAL NO ÂMBITO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL – UMA ANÁLISE DO DLIS/SEBRAE-SE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autor: Mirian Guedes Nascimento

Orientadora: Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas

ABRIL - 2005
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Nascimento, Mirian Guedes
N244s Sustentabilidade cultural no âmbito do desenvolvimento local : uma
análise do DLIS/SEBRAE – SE / Mirian Guedes Nascimento – São
Cristóvão, 2005.
171 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Mestrado
em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Augusta Mundim Vargas.

1. Desenvolvimento econômico – Sergipe. 2. Políticas públicas –
Políticas econômicas. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Meio
ambiente e população. I. Título.

CDU 574.3:330.34(813.7)

BIBLIOTECÁRIA: NELMA CARVALHO - CRB-5/1351



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

“SUSTENTABILIDADE CULTURAL NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL – UMA ANÁLISE DO DLIS/SEBRAE-SE”

Dissertação de Mestrado defendida por Mirian Guedes Nascimento e aprovada em 29 de
abril de 2005, pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida
Universidade Federal de Goiás

Profa. Dra. Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final d
a Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Mirian Guedes Nascimento - Autora
Universidade Federal de Sergipe

Dra. Maria Augusta Mundim Vargas - Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Ao Deus do impossível que me tem proporcionado muitas vitórias nesta vida e força para continuar acreditando e caminhando.

*" Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui.
Percorri milhas e milhas
Antes de dormir,
Eu não cochilei.
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei.
A vida ensina e o tempo trás o tom
Pra nascer uma canção
E com a fé do dia-a-dia
Encontrar a solução.
E quando bate a saudade eu vou para o mar
E fecho os meus olhos
E sinto você chegar (...)
Meu caminho só meu Pai pode mudar (...)
Meu caminho só o meu Deus pode mudar".*

(Cidade Negra)

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar esse trabalho eu não imaginei que teria tanto a tantos para agradecer, tendo em vista a afirmação de que o trabalho do pesquisador é uma atividade solitária. No entanto, seria impossível a conclusão dessa obra sem a importante contribuição de cada um. E peço desculpas pelas possíveis omissões.

Agradeço a todos os atores sociais que fizeram parte dessa pesquisa, espero poder retribuir um pouco do muito que aprendi com vocês e, nesse caminho a todo o apoio necessário para a realização desse trabalho. As caronas anônimas no percurso Xingó/Canindé, a Bosco e todos os motoristas do DITRAN.

À CAPES, pelo auxílio financeiro durante parte da realização do curso, a Secretaria de Educação do município de Canindé do São Francisco, na pessoa da professora Maria Ramos que possibilitou sempre que possível minhas viagens aos povoados. Ao Sr. Nelson do CONDEM pela atenção e orientações. A todos os professores do NESA e do NPGEO cuja contribuição permitiu o esboço e planejamento da trilha seguida nesse estudo. A todos os autores das produções aqui utilizadas.

A minha querida amiga e orientadora Maria Augusta que permitiu meus vôos e trilhas nesse processo de construção tornando muito mais segura a caminhada. Obrigada por ter plantado a semente ainda na graduação, pela paciência, sensibilidade e respeito. A você meu carinho, amor e admiração.

É com muita alegria que estendo meus agradecimentos a todos os amigos que já tinha e os novos que esse trabalho possibilitou o convívio. Durante essa caminhada vocês se fizeram presente de diversas formas, no ouvir, nas palavras de incentivo, no amparar e “quebrar os galhos”, carregar meus livros e malas, minha gata, e compreendendo minhas ausências: Marcelo, Ralmira, Jucimone, Helder, Ana Paula e Edson, Marcão e Marcos de Deus, vizinha Nalva, Luciene e Cléia, D. Dulce, Sr. Otoniel, Mário, João Valdênio, D. Rosa, Anízia, Flávia, Fernanda, Ronize, Tânia, Silvia, Augusto, Denisinha, Ayná, Daguia,

Denir, Darlan, Gustavo, Deyse, Tereza, professor Roberto, professora Rose, Ricardo, Patrícia, Marta Virgínia, todos os colegas da turma 2003, Ediméa Nunes, Neison, Mario Jorge, professora Núbia, Bruno, André, Najó, Aline, D. Miranda, Alzenir, aos amigos e alunos do CODAP/UFS, aos rapazes do setor de cartografia do INCRA e minha gata Feline.

A minha família que é o ninho para o qual sempre posso voltar: mana Katia, Maranildo, Léo, Lipe e vó Antônia. E a vocês meus queridos pais e irmão cuja ausência é somente física, pois sempre estaremos juntos.

Neste trabalho tem um pouco de cada um de vocês, muito obrigada!

RESUMO

A região Nordeste vem sendo alvo de diversas políticas públicas apresentadas como soluções para dinamizar a economia regional e promover a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, vem se destacando a execução da metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) que define estratégias locais de desenvolvimento através da participação das comunidades. A partir do diagnóstico participativo no qual são destacados os problemas, as vocações e potencialidades do local é elaborado um plano de desenvolvimento do qual é extraída a agenda local com ações prioritárias que deverão ser executadas por vários parceiros das esferas federal, estadual, municipal e organizações da sociedade civil local. Implantada em todo país, em Sergipe, através da atuação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) a metodologia já foi implantada em 26 dos 75 municípios. Os planos de desenvolvimento, principalmente os que têm como escala de atuação o local, podem de fato contribuir para o desenvolvimento sustentável local, se forem consideradas as singularidades em termos de fatores geográficos, políticos, históricos e culturais e ainda, se for garantida a participação de todos os atores de desenvolvimento. Nosso trabalho está focado na avaliação da metodologia DLIS, sem, no entanto, entendê-la como um modelo legitimador do desenvolvimento sustentável a ser perseguido por todos os municípios. Face nosso entendimento da importância dessa metodologia enquanto política de desenvolvimento e a necessidade da mesma ser avaliada sob a perspectiva substantiva de seus conteúdos, nosso trabalho procurou avaliar os impactos das ações implementadas pelo DLIS/SEBRAE no que diz respeito à sustentabilidade cultural e à participação local, preconizadas como indispensáveis ao alcance do desenvolvimento sustentável local, tomando-se como estudo de caso o município de Canindé do São Francisco/SE e, para tal, debruçamos nossas análises a partir de alguns vieses. Analisamos que o modo de vida, os valores culturais, a identidade dos atores sociais locais não foram fatores considerados no processo. Seus anseios em relação ao desenvolvimento sustentável local não foram contemplados. Desvendamos ainda o grau de inserção dos atores sociais locais no processo participativo e o tratamento conferido ao local pela metodologia. Entendemos esse estudo como contribuição à avaliação de metodologias de políticas sociais participativas que propõem uma nova relação entre Estado e sociedade, mas também, como tema fecundo que ressalta a inserção da dimensão cultural nos planos de desenvolvimento. Os resultados podem ser relevantes ainda para os formuladores de políticas públicas sociais, agentes de financiamento ao desenvolvimento local e organizações do terceiro setor interessados em conhecer os impactos dessas ações a partir da avaliação e percepção dos seus supostos beneficiários.

Palavras-chave: Sustentabilidade, sustentabilidade cultural, metodologia DLIS/SEBRAE.

ABSTRACT

The northeast part of Brazil has been the stage for many public policies which are presented as a solution to make the regional economy dynamic and promote the improvement of the quality of life of the population. The execution of the methodology DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) – Integrated and Sustainable Local Development – stands out in this context defining local development strategies through the participation of the communities. From the participative diagnosis in which local problems, vocations and potentialities are pointed out, a development plan is elaborated and a local agenda is extracted. The priority actions of this agenda must be executed by many partners of federal, state and municipal spheres and local civil society organizations. This methodology has been introduced in 26 of the 75 Brazilian municipalities. In the state of Sergipe, it is particularly performed by SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) - Brazilian Micro and Small Business Support Service. The development plans, mainly those whose action scale is the locality, can in fact contribute to local sustainable development, if the geographical, political, cultural and historical singularities are considered, and if the participation of all the development actors is assured. Our work is focused on the evaluation of DLIS methodology, without understanding it as a certifiable model of sustainable development to be pursued for all the municipalities. In accordance with our understanding of the importance of this methodology as a development policy and with the necessity of evaluating it under the concrete perspective of its contents, our work attempted to evaluate the impacts of the actions introduced by DLIS/SEBRAE concerned with cultural sustainability and local participation, seen as essential to local sustainable development, taking as case study the municipality of Canindé do São Francisco, in the state of Sergipe and, for that, we considered some setbacks. We analysed that the way of life, the cultural values and the local social actors identities were not taken into consideration in this process. The expectations in relation to local sustainable development were not considered, as well. We have also analysed the insertion degree of local social actors in the participative process and the treatment given to the locality by the methodology. We see this study as a contribution to the evaluation of participative social policy methodologies through a new relation between state and society, and also, as a fertile theme that points out the insertion of the cultural dimension in development plans. The results can be relevant even for policy makers, local development financiers and for non-governmental organizations interested in knowing the impacts of these actions from the evaluation and perception of the alleged beneficiaries.

Key-words: sustainability, cultural sustainability, DLIS/SEBRAE methodology.

SUMÁRIO

	Página
NOMENCLATURA	xvi
LISTA DE MAPAS	xviii
LISTA DE FOTOGRAFIAS	xix
LISTA DE QUADROS	xx
 CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	 1
1.1 – POR QUE (E COMO) ANALISAR O DLIS/SEBRAE?	5
 CAPÍTULO 2 – SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO	 9
2.1 - UMA QUESTÃO DE VISÃO DE MUNDO	10
2.1.1 – De qual desenvolvimento estamos falando?	12
2.2 - DA CRISE DO MEIO AMBIENTE AO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE	13
2.2.1 – Da tomada de consciência a institucionalização do movimento ecológico	14
2.2.2 – Desenvolvimento sustentável e sua apropriação	20
2.3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE CULTURAL – SIMETRIA OU ANTAGONISMO?	21
2.3.1 – A perspectiva cultural nas abordagens de desenvolvimento e seus reflexos nos planejamentos	21
2.4 – A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA PARA UMA NOVA SOCIEDADE	25
2.4.1 – Desenvolvimento e racionalidade ambiental – uma proposta viável	26
 CAPÍTULO 3 – AS DIVERSAS FACES DA PARTICIPAÇÃO	 31
3.1 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA – PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	33
3.2 - PARTICIPAÇÃO ENQUANTO CONQUISTA E CONVIVÊNCIA COM O PODER	36

3.2.1 – Níveis de participação na ótica dos organismos internacionais	38
3.3 – O PAPEL DA CULTURA EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS	41
CAPÍTULO 4 – A GÊNESE DO DLIS	44
4.1 - DO DESENVOLVIMENTO (ECONÔMICO) LOCAL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – A (RE) CONSTRUÇÃO DO MOSAICO ANALÍTICO	45
4.2 – BRASIL UM LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS	48
4.2.1 – A metodologia DLIS no SEBRAE	50
4.2.2 - A passologia do DLIS/SEBRAE	53
4.3 - AS PREMISSAS SUBSTANTIVAS DO DLIS	54
CAPÍTULO 5 – DESVELANDO O DLIS – ANÁLISE E DISCUSSÃO	57
5.1 – CONHECENDO OS ATORES SOCIAIS LOCAIS	58
5.1.1 - História de vida / participação em movimentos sociais	58
5.1.2 - O sentimento que move a participação em organizações sociais	59
5.1.3 - O significado da participação	60
5.2 – CONSOLIDAÇÃO E REPRODUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	62
5.3 - GRAU DE SATISFAÇÃO DAS LIDERANÇAS COM O DLIS	63
5.3.1 – Mobilização – seleção - envolvimento	63
5.3.2 – O significado do DLIS	64
5.3.3 - A importância do DLIS para o município – das expectativas ao desalento	68
5.4 – PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	71
5.4.1 – Segmento participante	71
5.4.2 – Segmento desistente	72
5.4.3 - Segmento não-participante	73

5.5 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO NAS ORGANIZAÇÕES APÓS O FDLIS	74
5.6 – IDENTIFICANDO AS AUSÊNCIAS – A VISÃO SOBRE O GOVERNO LOCAL	77
5.7 – INTERROMPENDO A PASSOLOGIA (DESISTENTES) – PORQUE NÃO PARTICIPAR DO FDLIS	81
5.7.1 – O olhar dos participantes sobre a desistência	83
5.8 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	90
5.8.1 – Percepção de desenvolvimento sustentável após o FDLIS	90
5.8.2 – O DLIS é uma ferramenta do desenvolvimento sustentável?	91
5.9 – O DLIS EM REGISTRO – DIAGNÓSTICO, PDLIS E AGENDA LOCAL	92
5.9.1 – Da elaboração a aceitação – percepção dos atores sociais	101
5.10 – A SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL DO DLIS NO MUNICÍPIO	104
5.10.1 - Cooperação – coordenação central – articulação/parcerias	105
5.10.2 – Importância atribuída ao conhecimento/estudo da realidade local	108
5.10.3 – O que é necessário para o DLIS dar certo	110
5.11 – SUPERPOSIÇÃO DE PROJETOS – NO MEIO DO DLIS TINHA UM PJ	113
6.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
7.0. – TRILHA METODOLÓGICA	127
7.1 – BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA	128
7.2 - O LOCAL – ÁREA DE ESTUDO	129
7.3 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	131

7.3.1 – Sinalizando a trilha – o delineamento da pesquisa	134
7.3.2 – Universo, amostra e unidade de análise	137
7.3.3 – Ferramentas operacionais: variável – dimensão - indicadores	142
7.4 – ANÁLISE DOS DADOS SECUNDÁRIOS E PRIMÁRIOS	147
7.4.1 – Trabalho de campo – o coração da pesquisa empírica	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	161
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	164
ANEXO C – PROJETOS CONTIDOS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	166
ANEXO D – DOCUMENTO – FINAL XIX REUNIÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA	169

NOMENCLATURA

ABDE – Associação dos Bancos de Desenvolvimento
AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
ANPPAS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade
CEBRAE – Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEFI – Coordenadoria de Defesa e Inspeção Agropecuária
COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
CONDEM – Conselho de Desenvolvimento Municipal de Canindé do São Francisco
DL – Desenvolvimento Local
DLIS – Desenvolvimento local Integrado e Sustentável
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EREG – Encontro Regional de Estudos Geográficos
FDLIS – Fórum Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIPEME – Financiamento à Pequena e Média Empresa
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT - General Agreement on Trade in Services (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços)
GESPAR – Gestão Participativa
IATEC – Instituto de Ação para a Organização de Produtores e Assistência Técnica das comunidades rurais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil

PDLIS – Plano de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
PDRS - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Baixo São Francisco
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PJ – Protagonista Juvenil
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – CIAT – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Centro Internacional de Agricultura Tropical
PRODER – Programa de Emprego e Renda
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
PRONAGER - Programa de Organização Produtiva de Comunidades Pobres
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos
UNDP – United Nations Development Programme
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

LISTA DE MAPAS	Página
Mapa – DLIS/SEBRAE no estado de Sergipe	52
Mapa – Canindé do São Francisco – SE – localização das organizações cobertas pela pesquisa	89
Mapa – Localização do Município Canindé do São Francisco - SE	131

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 5.1 – Mobilização	67
Fotografia 5.2 – Sensibilização	67
Fotografia 5.3 – Sensibilização	67
Fotografia 5.4 – Diagnóstico Participativo	67
Fotografia 5.5 – Sensibilização na Câmara Municipal	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 – Níveis de participação	40
Quadro 5.1 – Prazos para execução dos projetos contidos no PDLIS	97
Quadro 5.2 – Comparação das propostas do PDLIS e Agenda Local	100
Quadro 5.3 – Projetos contidos no PDLIS considerados mais importantes	102
Quadro 5.4 – Projetos contidos na Agenda Local considerados mais importantes	103
Quadro 7.1 – Organizações sociais do município	138
Quadro 7.2 – Ferramentas operacionais	146

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.0 - INTRODUÇÃO

Considerando as potencialidades da região Nordeste, o quadro presente evidencia os resultados do desenvolvimento desigual. Os efeitos da recessão econômica do país são mais prementes nessa região. Com o objetivo de reduzir a dívida social e implementar mecanismos que tornem possível o desenvolvimento regional, prioritariamente no plano econômico, a região Nordeste vem sendo alvo de diversos projetos e políticas públicas. Estes são apresentados como soluções, para dinamizar a economia regional e promover a melhoria da qualidade de vida da população.

A partir da década de 90, vem crescendo no Brasil diversas ações resultantes de projetos sob a lógica do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Além dos espaços conhecidos como “competitivos” e “dinâmicos”, são inseridos os espaços consideradas “estagnados”. Esse contexto engloba a região Nordeste, já rotulada como “região problema”, que vem sendo alvo dessas ações elaboradas com a finalidade de alcançar o almejado desenvolvimento.

Nesse cenário vem chamando atenção o DLIS implementado pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) cuja ação consiste em definir estratégias locais de desenvolvimento através da participação das comunidades. O DLIS/SEBRAE, em parceria com a Comunidade Ativa¹, vem sendo executado em todo o país desde março de 2001 e, em Sergipe, já foi implantado em 26 municípios, mas em outros 18 municípios, o DLIS vem sendo executado pela ONG IATEC (Instituto de Ação para a Organização de Produtores e Assistência Técnica das Comunidades Rurais), deste total, 10 municípios são os mesmos de atuação do DLIS/SEBRAE. Isso significa que em 45,3% dos municípios de Sergipe o DLIS é posto como estratégia de desenvolvimento local.

O município que constituiu esse estudo de caso, Canindé do São Francisco, localizado no semi-árido do estado sergipano, vem sendo alvo de diversas ações

¹Foi lançada em julho de 1999, sob coordenação da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária sendo concebida como um sistema de ações voltado para a indução do DLIS em municípios de pequeno porte Silveira (2002).

governamentais, diretas ou indiretas, através de suas instituições públicas, não estatais ou em parceria. Essas ações por vezes acontecem de forma simultânea ou sequencial, sendo uma delas a metodologia DLIS/SEBRAE. No sertão sergipano o DLIS foi implantado pela parceria multistitucional SEBRAE/XINGÓ abrangendo além do município de estudo, os municípios de Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória.

Concernente às diversas estratégias e mecanismos constituintes do DLIS está a participação da comunidade na elaboração dos projetos através do diagnóstico participativo, do plano de desenvolvimento e da agenda local, os quais passam a ser instituídos como ferramentas legítimas para forjar uma nova relação entre sociedade civil e as diversas esferas do governo.

Os planos de desenvolvimento, principalmente os que têm como escala de atuação o local, podem de fato contribuir para o desenvolvimento sustentável local se forem consideradas as singularidades em termos de fatores geográficos, políticos, históricos e culturais. E ainda, se for garantida a participação de todos os atores de desenvolvimento dando poder de decisão às comunidades.

Do contrário, se forem ignoradas as forças sociais locais e seus fatores singulares, corre-se o risco de estar promovendo projetos de “intervenção”, verticalizados, ignorando o patrimônio cultural, incluindo aí a dimensão organizacional com o poder de criatividade do grupo focalizado. Ainda, se o plano visa atender a lógica da racionalidade econômica, pode-se estar destruindo identidades culturais com desperdício de potencialidades que poderiam contribuir com um processo endógeno, de fato sustentável, bem como para a conquista de espaço com uma relação horizontal entre sociedade civil e governos.

Reconhecendo que o econômico é parte e não o fim do desenvolvimento e os conceitos de cultura e de desenvolvimento estão em estreita relação, esse estudo teve como objetivo avaliar a metodologia DLIS/SEBRAE (sem, no entanto, entendê-la como um modelo legitimador do desenvolvimento sustentável a ser perseguido por todos os municípios) a partir da sustentabilidade cultural e do envolvimento dos atores sociais na elaboração das políticas para o local.

As partes que compõe esse estudo são constituídas de sete capítulos. A presente introdução, com a justificativa contendo as questões que norteiam essa problemática e a relevância desse estudo compõe o primeiro capítulo. O capítulo dois foi destinado a fundamentação teórica em que se aborda a relação Sociedade Natureza e Desenvolvimento. A partir do viés histórico são abordadas as modificações acerca da concepção de natureza e desenvolvimento como fruto das pressões advindas dos movimentos sociais, das Instituições internacionais e da produção acadêmica. Procurou-se, enfim, a reflexão acerca de como o conceito de sustentabilidade foi e vem sendo introduzido nos mais diferentes constituintes da sociedade.

O destaque foi dado à dimensão da sustentabilidade cultural e à importância de sua inserção nas propostas de desenvolvimento enquanto diferencial qualitativo. É apresentado ainda, o papel ocupado pela cultura e participação dentro das abordagens percursoras ao desenvolvimento sustentável. Por fim, a proposta de um novo paradigma: a Racionalidade Ambiental desenvolvida por Enrique Leff.

No terceiro capítulo são apresentadas às diversas faces da participação compreendida enquanto processo cultural. Este é permeado por relações de poder, conflitos e conquistas, e por isso mesmo a participação é adotada de diferentes formas nas propostas de desenvolvimento.

O quarto capítulo apresenta sucintamente algumas teorias de desenvolvimento para contextualizar o contexto em que surge a proposta de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Apresenta uma amostra do quadro brasileiro enquanto espaço dessas experiências. Sem a pretensão de abrir espaço para discussão é apresentado para melhor compreensão desse estudo as principais premissas substantivas do DLIS.

O capítulo cinco foi destinado à análise e discussões e, no sexto capítulo, as considerações finais consolidam a análise seguida de sugestões para futuras pesquisas. Por último, o sétimo capítulo sobre a metodologia, apresenta todos os passos trilhados para responder a problemática desse estudo.

É parte integrante desse estudo a referência bibliográfica de toda produção utilizada e os anexos que compõem os últimos direcionamentos que fundamentam o DLIS e os instrumentos que possibilitaram a geração dos dados primários.

1.1 - POR QUE (E COMO) ANALISAR O DLIS/SEBRAE?

A definição do DLIS como foco de análise crítica deu-se face ao crescimento exponencial de projetos intitulados como DLIS, das poucas produções acadêmicas sobre o tema, e do mesmo ser apresentado como uma proposta diferencial a partir dos adjetivos “participativo”, e “sustentável”.

O documento Agenda 21 Brasileira Bases Para Discussão (2000, p. 40) aponta que provavelmente o maior desafio na construção da sustentabilidade no Brasil estará em conseguir reduzir as desigualdades sociais, seja em termos de segmentos sociais, seja em termos regionais. Além do que

ainda está longe da unanimidade o conceito de desenvolvimento sustentável, embora a expressão seja de uso cada vez mais freqüente em diversas áreas. Por isso mesmo, os vários ângulos e facetas da sustentabilidade enfrentam dificuldades de integração, já que a sustentabilidade é definida de uma forma na área científica, formulada e praticada com outras características – quando o é – nas políticas públicas, encarada de maneiras diferentes nas atividades econômicas e dos ambientalistas. Agenda 21 op. cit.

O DLIS visa integrar várias dimensões do desenvolvimento como a econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica e tem como um dos propósitos, propor a “mudança do padrão de relação Estado-Sociedade, redefinindo os papéis relativos do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil”. Franco (2000, p.100).

A escala de atuação do DLIS é o local e tem como uma das premissas o processo participativo e, “embora os processos que resultam em desenvolvimento, ou na falta dele, transcendam o plano local, é no lugar que se manifesta sua presença ou ausência. É aí que se dá a participação e interação entre os atores, que se explicitam e negociam conflitos, que se forjam compromissos e sinergias” Sachs (2002, p.41).

Havendo êxito podem de fato estar influenciando na definição de formas alternativas de sobrevivência no local, podem também nesse processo, estar provocando uma ruptura sócio-cultural com implicações futuras, implicações estas de natureza política e ética que geralmente são sonegadas na discussão Viertle (1999).

Face o exposto e considerando a importância dessa metodologia enquanto política de desenvolvimento e a necessidade da mesma ser avaliada sob a perspectiva substantiva de seus conteúdos, diversas questões emergiram. Interessou de pronto, se a metodologia DLIS/SEBRAE permite o alcance da sustentabilidade cultural, se garante a equidade social e ambiental das gerações presentes e futuras, e ainda I) se a metodologia DLIS apresenta-se consoante aos pressupostos do desenvolvimento local sustentável; II) se a sustentabilidade postulada pela metodologia DLIS está sendo reforçada no âmbito cultural, considerando o modo de vida, os valores culturais, a identidade dos atores sociais locais.

Buscou-se igualmente desvendar se no processo desencadeado pela metodologia a comunidade teve poder de decisão, se seus anseios no que diz respeito ao desenvolvimento local foram contemplados, ou tratou-se de decisões prontas, redistribuídas para serem executadas. E mais, questionamos:

- quais mudanças ou afirmações socio-ambientais foram desencadeadas em decorrência do DLIS nas comunidades?
- como a aplicação da metodologia DLIS operacionalizou a sustentabilidade institucional, a qualidade da organização social e o envolvimento de parcerias?

Nos limites desse estudo, interessou também avaliar como a escala do local é tratada pelo DLIS:

- por suas singularidades ou pela facilidade de incorporação de pacotes tecnológicos?
- em quais aspectos os atores locais sentiram-se privilegiados ou não pela aplicação da metodologia DLIS?
- quais os impactos do processo de empoderamento da população local na sustentabilidade cultural e no processo participativo?

Considerando que a metodologia DLIS encontra-se em diferentes estágios de implementação no estado de Sergipe, ou como a instituição costuma referir-se “diferentes estágios da passologia”, argumentou-se não ser possível ainda propor uma avaliação uma vez que “cada processo de DLIS é único e depende de tantos fatores sobre os quais não se pode ter qualquer controle, que ficará sempre muito difícil estabelecer, no curto prazo, correspondências e correlações (...) entre as ações que foram ensejadas pelo desenvolvimento integrado e sustentável que se quer induzir naquela localidade” Franco (2000, p. 97).

No entanto, o presente estudo não buscou avaliar os impactos de uma ação já consolidada, e sim uma avaliação do processo, considerando as fases de implementação já realizadas, a saber: a “mobilização e sensibilização dos atores sociais locais”, a elaboração dos documentos Diagnóstico Participativo, o Plano de Desenvolvimento Local e a Agenda Local, todos já constituídos no município.

Nesse sentido, buscou-se avaliar a metodologia DLIS/SEBRAE no que diz respeito a sustentabilidade cultural e a participação local preconizadas como indispensáveis ao alcance do desenvolvimento sustentável local. Para atingir esse objetivo, especificamente buscou-se:

- levantar o processo de execução do DLIS/SEBRAE em Sergipe;
- identificar os passos da metodologia DLIS/SEBRAE e o momento em que se encontra no município de Canindé do São Francisco;
- caracterizar as condições das representações locais engajadas na execução da metodologia;
- levantar o plano de desenvolvimento local;

- levantar os projetos em execução;
- analisar padrões tecnológicos e grau de participação dos atores sociais nos projetos em curso;
- avaliar a sustentabilidade cultural dos projetos.

Espera-se que os resultados desse estudo possam contribuir com a avaliação de metodologias de políticas sociais participativas, mas também como tema fecundo que ressalta a inserção da dimensão cultural nos planos de desenvolvimento. Os resultados podem ser relevantes ainda para os formuladores de políticas públicas sociais, agentes de financiamento ao desenvolvimento local e organizações do terceiro setor, interessados em conhecer os impactos dessas ações a partir da avaliação e percepção dos seus supostos beneficiários.

CAPÍTULO 2

SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO

2.0 - SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO

2.1 - UMA QUESTÃO DE VISÃO DE MUNDO

A relação entre sociedade, natureza e desenvolvimento é resultante do contexto histórico, espacial e social, uma vez que “a idéia de desenvolvimento não é um valor em si, mas um valor construído dentro de uma determinada história e de uma realidade” Valle (1999, p. 9). O conceito de natureza também é uma representação social, edificada a partir de uma determinada visão de mundo, “toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens” Gonçalves (2004, p. 23). Acordando com as proposições citadas, natureza e desenvolvimento não podem ser analisados de forma dicotômica, uma vez que fazem parte do mesmo processo.

A partir de dois marcos históricos intrinsecamente ligados, o iluminismo e a revolução industrial, é disseminado para o mundo a embrionária idéia de desenvolvimento baseada na concepção que se tinha de progresso no iluminismo. As mudanças da recente Modernidade do século XVIII nas esferas política, econômica e social, como a ascensão da burguesia, mudanças nas relações de produção e de trabalho, a busca pela acumulação de bens visando à busca da riqueza, respaldada pelo avanço do protestantismo, e o lugar de destaque da ciência e tecnologia, levou o homem a ter um novo olhar sobre si e a natureza.

Pelizzoli (2003, p. 16-17) destaca que a partir da Revolução Científica com a instituição do paradigma² cartesiano inaugura-se o prisma e o guia da construção do saber e da civilização tecnoindustrial. A partir de então, há uma grande mutação na perspectiva de mundo, no sistema de valores e na construção da civilização, alterando-se radicalmente a própria cosmovisão. O universo perde suas características antigas e passa a ser visto metaforicamente como uma máquina, do mecanicismo e do materialismo físico, compondo

² A cada época certa visão de mundo serve de referência, de modelo e de fundamento a todos os demais sistemas de pensamento. Tal concepção, este “modelo central”, é chamado de paradigma. Khun, a quem se deve a preeminência contemporânea do termo, insiste sobre o modo pelo qual cada paradigma modifica nossa percepção das coisas. Passet(1994, p. 17)

um grande reducionismo, no qual tudo tende a se ajustar à razão cartesiana. Essa imposição de paradigma trás consigo uma nova forma de conceber a natureza:

é bem outra a postura frente à natureza, nunca antes requerida pelos Antigos e Medievais (bem como por várias comunidades humanas, sejam do Oriente, sejam indígenas, sejam africanas...), que faz perder o caráter de ligação (espiritual e de sentido) com a multiplicidade de formas de vida e da organização do mundo pautado em torno da grandeza e força da natureza (...) vão sendo abolidos os mistérios, os encantos, a poesia natural na admiração dos seres, e se começa a construir um grande aparato matemático (...) para mostrar que a Natureza segue leis rígidas, como um mecanismo... Pelizzoli op. cit.

A visão ocidental passa então a tratar homem e natureza como duas realidades separadas e antagônicas, legitimando a relação de dominador e dominado. No entanto, a tão cultuada “razão”, condição para levar ao progresso (a alguns poucos), passa também a subjugar o próprio homem. Muito embora não se pode creditar tal comportamento como exclusivo a esse contexto emancipatório, uma vez que a visão de dominação do homem por outro homem e da natureza antecede o “século da luzes” e ao amadurecimento do capitalismo industrial.

A dizimação das comunidades indígenas que povoavam a América e a transformação do continente africano “em celeiro do escravismo colonial”, são exemplos enfatizados por Minc (1997), como “algumas das mais significativas tragédias ambientais”. Desde então essa dominação era justificada, ora pela necessidade de território, ora porque tratavam os habitantes destes como selvagens, e tudo o mais como mercadoria.

Anterior a esse período, Lévi-Strauss identifica a posição dos romanos em relação aos povos que não se encaixavam em seus padrões, os quais eram chamados de bárbaros, uma vez que não podiam ser considerados “civilizados”. O vocábulo “bárbaro”

originalmente significa “canto desarticulado das aves”, portanto bárbaro era o que vinha da natureza, por oposição à cultura romana. A oposição natureza e cultura, sendo esta última superior, controladora e dominadora da natureza é a concepção que perdura até os dias de hoje Gonçalves (2004, p. 25).

Da idéia de totalidade, *Kosmos*, com os pré-socráticos ao conceito de natureza sistematizada como recurso, dominada e coisificada na visão cartesiana e positivista, o conceito ocidental de natureza evoluiu à medida que se transformavam as relações sociais e a apropriação do conhecimento para desvelar um mundo até então desconhecido. A separação entre homem e natureza, portanto “cultura” e “natureza”, ou ainda “história” e “natureza” ganhou hegemonia, não porque não existissem outras concepções, ou porque estas eram inferiores. Esta oposição se deu em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais Demo (2001); Pelizzoli (2003); Gonçalves (2004).

Passa a ser instituído um modelo de desenvolvimento considerado um ideal a ser perseguido e, assim a própria concepção de desenvolvimento vai evoluindo, sempre de forma comparativa a um modelo considerado ideal. Nesse sentido temos a oposição entre o que é considerado “bárbaro” e “civilizado”, “atrasado” e “evoluído”, e recentemente “subdesenvolvido” e “desenvolvido”. Na verdade, esta oposição esconde um percurso perverso, pois ao mimetizar um modelo é necessário deixar para trás o que “se é” para ser “o outro”, para tanto se deve abrir mão do patrimônio cultural, sua história, e a liberdade de buscar outras vias de desenvolvimento.

2.1.1 - De qual desenvolvimento estamos falando?

O modelo de planejamento do desenvolvimento norte americano, tido como paradigma de sociedade “desenvolvida” desde o fim da Segunda Guerra Mundial, no século passado, passou a ser aplicado no planejamento do desenvolvimento dos Estados-nação tidos como “subdesenvolvidos”. Sua racionalidade possibilitaria a arrancada (take-off), bem como queimar etapas em direção à maturidade e à “era do consumo de massa” Herculano (1992, p. 9). Afinal, “quem poderia ser contra isso? Quem não almejaria mais bens materiais, tecnologia, conforto? Perguntas sub-reptícias e maliciosas que o

pensamento liberal, no fundo, faz a todos os participantes do atual modelo de consumo (incluídos)” Pelizzoli (2004, p. 23).

O desenvolvimento postulado é o desenvolvimento econômico, baseado no capitalismo que relega as outras dimensões humanas. O modelo proposto evidenciou suas contradições ficando claro que se tratava de um processo de homogeneização do mundo, colocando em risco a diversidade cultural e a biodiversidade natural.

De fato, uma das características essenciais dos ecossistemas é sua aptidão à auto-regulação, mas conforme alerta Passet (1994, p.16) “tudo isto só é possível dentro de certos limites de variações: nenhum valor pode então ser indefinidamente acrescido ou reduzido sem provocar a ruptura de todo sistema”. O que assistimos foi um desenvolvimento econômico cuja intensificação do padrão produtivo voltado para si mesmo, foi antagônico ao mecanismo de auto-regulação.

Qual foi a decepção? A tecnologia, produto da criatividade humana, símbolo do progresso, não cumpriu o papel esperado no que dizia respeito a compensar os estragos gerados por esse padrão. Numa relação às avessas é justamente esse homem moderno, detentor de sofisticadas tecnologias, que possui o poder de causar modificações tão profundas nos ecossistemas. O modo de ser, de produzir e de viver dessas sociedades colocam em xeque o conceito de natureza e desenvolvimento que tem atravessado séculos.

2.2 - DA CRISE DO MEIO AMBIENTE AO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

A depender do contexto em que o vocábulo “crise” é empregado pode exprimir diferentes conotações. Mas o ponto comum em qualquer definição é o seu caráter propulsor. Em toda crise existe a possibilidade de avançar ou da ruptura. Porém, em determinados contextos a crise pode de fato imobilizar.

Em se tratando de crises ambientais é importante enfatizar que estas sempre ocorreram ao longo da história da humanidade. Soffiati (1987, p. 952-953) chama atenção para dois pontos diferenciais entre as crises do passado e as contemporâneas. As do

passado tinham um caráter localizado e não um caráter global como a nossa e, segundo ponto, estas crises não tiveram cunho irreversível, com o tempo a natureza conseguia se recuperar.

Apenas em parte se pode concordar com a análise de Soffiati, tendo em vista que durante o período pré-capitalista, muitos danos foram irreversíveis. O fim de civilizações inteiras, já citadas neste estudo, o desmatamento da Mata Atlântica no litoral brasileiro, são alguns exemplos. Outro ponto diz respeito ao caráter local dos impactos, pois estes ao se somarem acabam tendo um efeito de dimensão global. Mas de fato, com o advento da Revolução Industrial a degradação ambiental, entenda-se, degradação do homem e da natureza, a crise começou a adquirir proporções assustadoras.

Ora com caráter planetário, ora com caráter local, aos poucos uma trilha de denúncias foi anunciando a “crise” do meio ambiente. Essa tomada de consciência ecológica é forjada em três níveis: o das instituições, do movimento social, e o campo das idéias gerado na Academia. Estas não foram tecidas de forma linear, posto que as mesmas se intercalem provocando embates e propostas, por vezes antagônicas, por outras conciliadoras.

O Primeiro Congresso Internacional para a proteção da Natureza, ocorrido em 1923, realizado em Paris, é apontado como o marco inicial para a discussão em fóruns internacionais a respeito da necessidade da proteção à natureza e inserção imediata da ecologia com o desenvolvimento sócio-econômico. Somente em 1948 essa idéia é retomada, por ocasião da Conferência da UNESCO, quando então é criada a União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN), reunindo tanto Estado como organizações não governamentais e científicas Cavalcante (1998).

2.2.1 - Da tomada de consciência a institucionalização do movimento ecológico

Para Bernardes & Ferreira (2003, p.29) em termos do processo de tomada de consciência ecológica, a percepção de que o planeta estava sendo permanentemente danificado teve início com a divulgação de problemas ainda considerados locais, como o ocorrido no final da década de 1950, na baía de Minamata, sul do Japão, quando os efeitos

nocivos da indústria lá instalada, causou a morte de pescadores e animais, e o nascimento de bebês apresentando deformações. Esse fato invocou a necessidade de discutir em escala internacional a proposta de uma política ambiental, concretizada em 1972 com a Conferência de Estocolmo.

A difusão dos meios de comunicação de massa tiveram grande importância no sentido de tornar público os “acidentes” ambientais. As denúncias prosseguiram nas mais diversas formas, entre elas as publicações geradoras de debates como a obra da bióloga Rachel Carlson “Primavera Silenciosa”, cujo teor denunciava os efeitos danosos da parceria tecnologia e industrialização, através do uso indiscriminado de inseticidas e pesticidas no campo Cavalcante (1998).

No final dos anos 60, um enorme derramamento de óleo na costa oeste da Inglaterra choca o mundo. Animais atingidos pelo petróleo eram mostrados na televisão morrendo nas praias contaminadas. Enfim, conforme ressaltam Bernardes & Ferreira op. cit. , os grandes acidentes ambientais continuaram acontecendo por toda a segunda metade do século XX e, conforme últimos registros, nas últimas décadas também, a exemplo dos efeitos das chuvas ácidas, o acidente de Chernobil, entre outros.

A década de 60 é marcada ainda pela gênese de uma série de movimentos sociais, entre eles os movimentos ecológicos. Concomitantemente, uma série de acontecimentos com repercussão mundial provoca profundas transformações sociais e políticas em todas as esferas, inclusive no pensamento científico. Fatos como a guerra do Vietnã, a crise no interior do bloco socialista, a Revolução Cultural da China, caracterizaram esse período como “a época da insatisfação para os cientistas sociais”, quando estes são chamados a explicar os novos conflitos sociais Ferreira & Simões (1990, p.91).

Nesse cenário torna-se explícita a degradação crescente da biosfera, das condições de vida nas cidades e a concentração de poder. Ao movimento ambientalista se ligam não só estas questões, mas também os movimentos antinucleares e pacifistas, situação que inaugura movimentos como o Greenpeace, Verdes da Alemanha, Os Amigos da Terra, entre outros Foladori (2001, p.115).

Por fim, o movimento ecológico incorpora reivindicações das mais diversas, que para Gonçalves (2004, p. 21), é este caráter difuso “a fonte de sua riqueza e dos seus problemas enquanto movimento político e cultural, ao propugnar uma relação dos homens (sociedade) com a natureza (...) propondo um outro modo de vida, uma outra cultura”.

Desta forma, a “desnaturalização” do meio ambiente evita a separação entre ambiente natural e ambiente social, aproximando os constituintes sociais envolvidos nessa relação. A questão ambiental sintetiza os desafios do novo tempo e incorpora as questões referentes à pobreza, aos padrões tecnológicos, às formas de propriedade, à organização da sociedade civil, ao controle e regulação social das atividades produtivas, à legislação, ao planejamento e gestão do território Ismerio (1999); Santos & Rattner apud Paula (1997). Não obstante, a ecologia é apropriada pelos mais diferentes segmentos da sociedade, apesar de nem todos partirem da mesma motivação política e ideológica Becker apud Ismerio (1992).

Junto a esse processo é alardeado o vertiginoso crescimento demográfico e sua relação entre meio ambiente e desenvolvimento, evidenciado na obra de Ehrlich, em 1968, intitulada “Bomba da população”. Como resultado para discutir esse conflito, neste mesmo ano, é criado o Clube de Roma de onde emergem as primeiras discussões oficiais sobre o conceito de desenvolvimento sustentável Cavalcante (1998, p.48).

Face ao exposto, a década de 60 preparou o terreno para o nascimento da consciência ecológica, pois o auge das discussões acerca dos problemas ambientais foi a década de 70. Nesse período, o desenvolvimento ainda era um termo utilizado somente com a perspectiva econômica, concepção esta que passa a ser questionada por diferentes atores.

Diante dos questionamentos acerca do padrão de desenvolvimento vigente, em 1971, na Suíça, é produzido o Relatório FOUNEX que objetivou harmonizar meio ambiente e desenvolvimento e evidenciar que os principais problemas ambientais eram também resultantes do subdesenvolvimento e da pobreza Cavalcante (1998, p. 49),

O diálogo entre governos em torno da questão ambiental tem início durante a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Direitos Humanos, como ficou conhecida, deu ênfase às questões técnicas da poluição provocada pela industrialização, ao crescimento populacional e urbanização Foladori (2001). O desenvolvimento foi colocado à frente das discussões na medida em que o meio ambiente deteriorado colocava em risco o direito à qualidade de vida, tanto dos países ditos desenvolvidos quanto aqueles ditos subdesenvolvidos. Duas correntes se manifestaram:

os defensores do chamado crescimento zero e os adeptos do desenvolvimentismo.(...) Os primeiros advogavam a contenção dos índices de crescimento econômico dos países pobres, diante da ameaça de esgotamento dos recursos naturais que o ritmo de exploração da natureza poderia causar. Já os desenvolvimentistas, em boa parte representados por enviados de países do Terceiro Mundo, reivindicavam o direito ao desenvolvimento, mesmo trazendo impactos ambientais Giansanti (1998, p.9).

O que os grupos antagônicos tinham em comum era o fato de não questionarem o sistema econômico capitalista, ao contrário, buscavam medidas restritivas, localizadas e adaptáveis ao sistema. No contexto desta conferência, em 1973, Maurice Strong cunha o conceito de “ecodesenvolvimento”, visando “caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento nas áreas rurais dos países subdesenvolvidos”. Em seguida, o economista Ignacy Sachs reformula o conceito, “estendendo-o às áreas urbanas e designando um enfoque de planejamento de estratégias plurais para adequar crescimento econômico e gestão racional do meio ambiente” Giansanti (1998, p.10).

Em 1974, a Declaração de Cocoyoc propõe redefinir o desenvolvimento, centrando-se no desenvolvimento do ser humano, e não no desenvolvimento de bens materiais, e Brüseke (1998) adverte que além do “mínimo” de recursos necessários para o indivíduo, também existe o “máximo”. Neste mesmo ano aqui no Brasil, Celso Furtado

oferece importantes contribuições teóricas com a publicação de “O Mito do Desenvolvimento”, em que evidencia o esgotamento de muitos recursos naturais estratégicos para o desenvolvimento da sociedade mundial e examina os limites para o crescimento econômico.

Esta década marca a institucionalização das questões ambientais no Brasil. Período este norteado pelo regime autoritário e desenvolvimentista; repressão aos diversos movimentos, a exemplo do sindical e o estudantil; o deslocamento da consideração da questão nacional, do plano das condições sociais para um plano técnico-econômico desenvolvimentista; a introdução do capital internacional para o desenvolvimento industrial e a sobreposição dos interesses de uma pequena elite dominante sob o uso da natureza e trabalhadores Gonçalves (2004).

Neste contexto são criados os órgãos ambientais no país, muito mais para atender as pressões políticas externas que restringiam a concessão de financiamentos a definição de uma política ambiental. Sendo assim os recursos chegam ao Brasil, mas não são utilizados para os fins aos quais se destinavam.

Ismerio (1999) cita Loureiro para contextualizar o quadro em que essa institucionalização ocorre: “um quadro de crise e desmonte do Estado. Configurando-se assim um processo contraditório, em que de um lado, proliferam as instituições, órgãos e conselhos ambientais; e de outro definham as demais políticas públicas, não só em termos de seus resultados efetivos, mas inclusive, em termos de desativação das agências”.

No meio científico entre as décadas de 70 e 80 as mudanças paradigmáticas começam a ser forjadas. Surge à noção de paradigma, proposto por Thomas Khun. Acompanhando essa evolução Capra, Morin, Lovelock, Odum, entre outros, nas suas respectivas áreas de conhecimento, lançam as bases paradigmáticas. Cavalcante (1998, p.44) A década de 80 inaugura o grande avanço conceitual que balizou as megas conferências e discussões acerca do desenvolvimento.

A partir da formulação das cinco dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs, são construídas as bases teóricas de um novo modelo de desenvolvimento cuja

proposta é tentar conciliar/combinar as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Com objetivo de discutir essa questão a ONU propõe a criação da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que teve como presidente a primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland Cavalcante (1998).

Cada vez mais evidente o desejo de mudança de paradigma, associando desenvolvimento à qualidade de vida, em 1987, o Relatório Brundtland retoma as questões apresentadas na Conferência de Estocolmo e reforça as bases definindo as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento, assim como as perspectivas do planeta diante dos desafios ali colocados. A idéia de desenvolvimento sustentável passa a ser difundida em todos os continentes como: “aquele que procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro” CMMAD (1991, p. 44).

Como desdobramento desse movimento, em 1992 a ONU promove a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” ou ECO-92, reunindo 175 países e, ainda paralelamente a “Cúpula da Terra” e o “Foro das Organizações Não-Governamentais”, resultando nos documentos: “Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, “Agenda 21”, “Declaração de princípios sobre a conservação de florestas” e mais de quarenta textos alternativos produzidos pelo Fórum das ONGs que referendaram o conceito de sustentabilidade Cavalcante (1998, p.52-53).

Conforme exposto, a concepção de desenvolvimento sustentável saiu da ideologia da ONU, de um alarme da infinitude do planeta. Contudo, mesmo não tendo saído da Academia, é dentro dela que se cria um clima de efervescência bem como seus desdobramentos Vargas (2003)³. A comunidade acadêmica passa a atuar sob a premência da necessidade de intercomunicações entre os diferentes saberes, pois a noção de sustentabilidade, retirada do meio ambiente físico extrapola este suporte e passa a exigir o trabalho compartilhado entre atores políticos diversos que passam a discutir a noção de sustentabilidade Ismerio (1999).

³ Aula proferida pela Prof. Maria Augusta Mundim Vargas em 04/08/2003.

2.2.2 - Desenvolvimento sustentável e sua apropriação

Desenvolvimento sustentável parece querer dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social Almeida (1999, p.21).

A própria essência do conceito de desenvolvimento sustentável reafirma o fosso profundo entre países centrais e países denominados subdesenvolvidos. Em face dessa complexidade, são muitas as posições dos diferentes segmentos sociais e institucionais acerca da interpretação do desenvolvimento sustentável.

De um lado, os que consideram desenvolvimento do ponto de vista econômico, nesse sentido os recursos naturais são vistos como “estoques”, “capital natural”, tendo como perspectiva a renda per capita. De outro, os que defendem desenvolvimento sustentável enquanto “crescimento da qualidade de vida” da população, para tanto seja necessário adotar alguns princípios, como a redistribuição da riqueza.

Há ainda os que defendem medidas restritivas, desde o controle populacional nos países do Terceiro Mundo, os que depositam confiança no avanço tecnológico capaz de produzir uma industrialização limpa, diminuindo os impactos ambientais. Todavia, Becker (1999) alerta para o uso de o termo passar a ser garantia de financiamento de políticas públicas e projetos, já que passa a ser politicamente correto falar em sustentabilidade.

Tomando como referência o Relatório Brundtland, Herculano (1992, p.30) aponta para a problemática do uso do termo desenvolvimento e seus complementos, como sinônimo de nova sociedade, quando este limita o debate ao campo restrito da economia, reafirmando sua hegemonia num momento em que o mais importante é reduzi-la àquilo que tão somente é:

um mero instrumental, que deve estar subordinado às questões éticas mais substantivas. (...) um conjunto de medidas paliativas, em prol do capitalismo verde. É um desenvolvimento suportável, que dá para levar, que

não resgata o ser humano da sua alienação diante de um sistema de produção formidável. Visto realisticamente, é um primeiro passo, no sentido de que talvez comecemos a escapar do insustentável, insuportável, em direção ao suportável e sofrível. Transformar o sofrível em bom, entretanto, é algo que foge ao escopo da economia.

Acordando com Almeida (1999, p.21) abre-se espaço para as seguintes indagações: que tipo de desenvolvimento é esse? Quais os limites desse conceito? “Qual ator/agente caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear a integração?” Trata-se de sustentar o quê? ‘Futuro comum’ de quem e para quem?”. Coerentemente, qualquer análise deve perpassar pelas condições históricas, políticas, econômicas e sociais existentes, necessárias para colocar em prática seus princípios”.

A realização prática do desenvolvimento sustentável requer atos políticos capazes de transformar a realidade atual, que torne possível reintegrar o homem à natureza, da qual é parte integrante. Requer atos políticos de grande envergadura e alcance, capazes de superar as práticas políticas clientelistas, as negociatas, as alianças espúrias Almeida Jr. (2000).

2.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE CULTURAL – SIMETRIA OU ANTAGONISMO?

2.3.1 - A perspectiva cultural nas abordagens de desenvolvimento e seus reflexos nos planejamentos

A cultura também teve espaço relevante dentro das abordagens precursoras do desenvolvimento sustentável com os conceitos de desenvolvimento endógeno e ecodesenvolvimento. A breve contextualização terá como mote os estudos de Valle (1999) a partir da releitura de Cao Trí e Phan Nhu Hô; e os estudos de Sachs (1986) enquanto principal teórico do Ecodesenvolvimento.

O desenvolvimento endógeno tomou corpo nas décadas de 70 e 80. O foco desta abordagem é a cultura. Sendo assim, valoriza as características que são próprias da região que se pretende desenvolver, a capacidade e criatividade da população. Em relação à tecnologia estas devem ser adaptadas à realidade local sob risco de causar desequilíbrios.

Uma outra característica importante diz respeito à valorização do saber local, tanto em termos de técnica quanto de ferramentas, a fim de que a população envolvida seja capaz de gerenciar e manter o desenvolvimento. A participação se coloca como uma característica fundamental no processo de desenvolvimento, a população deve participar de todas as etapas do projeto, uma vez que só ela é capaz de explicitar suas necessidades e prioridades.

O ecodesenvolvimento também visa maior controle democrático, em substituição às burocracias pesadas e participação da população nas decisões que além de identificar suas necessidades, é capaz de transmitir os saberes acumulados sobre ambiente e sociedade dentro da perspectiva local. A transferência de tecnologia entre países traz dependências, ao contrário devem ser valorizadas as estratégias para o melhor uso dos recursos específicos de cada ecossistema.

Destaca-se ainda a autoconfiança entendida sobre dois vieses. O primeiro é que esta não deve ser justificativa para evitar a responsabilidade profissional e às pessoas envolvidas, deve ser garantido acesso aos recursos que tornarão possível o esforço criativo. O outro viés, enfatiza a autoconfiança local, em que pese ser essa uma reação às decisões vindas de cima mas que não pretende, contudo, negar a importância dos planejadores, técnicos, os quais devem atuar como advogados da população local e, a comunicação hierárquica deve ser substituída pelo diálogo mutuamente educativo.

Sendo assim, a dimensão cultural busca nas raízes endógenas, a diversidade e pluralidade cultural, pela preservação do patrimônio dos recursos culturais em respeito aos modelos autóctones Cavalcante (1997). A sustentabilidade cultural efetivamente ganha visibilidade a partir da ampliação das dimensões da sustentabilidade para as esferas social, econômica, ecológica, ambiental, territorial, política e cultural, esta última, objeto desse estudo.

A sustentabilidade cultural é definida como “mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo” Sachs (2000, p.85). A Agenda 21 (2000) relaciona a sustentabilidade cultural à capacidade de manter a diversidade de culturas, valores e práticas no planeta, no país e/ou numa região, que compõem ao longo do tempo a identidade dos povos.

O Relatório Cuéllar, citado por Candeas (1999) aponta para “uma feição mais humana” ao desenvolvimento, quando incentiva o aprimoramento de novos paradigmas em que o homem possa ser visto em sua plenitude, como ser social e cultural, psíquico, político etc., e que sejam incorporados elementos não-econômicos, como democracia e direitos humanos. Comunga com essa proposição Ismerio (1999, p. 16) ao advertir que

A noção de sustentabilidade e sua versão atrelada ao desenvolvimento, como indutora do que deve e pode ser sustentável, coloca ainda a necessidade de uma abordagem plural e sintonizada com a diversidade de configurações singulares, em termos de características históricas, culturais, políticas, demográficas e sócio-econômicas de cada país, localidade, ambiente, etc, o que só fortalece a urgência de seu debate e da construção e afirmação de narrativas portadoras de práticas políticas coerentes que tenham na preservação das diferenças e da multiplicidade seu tom mais afinado com as emergentes distorções sócio-culturais que afligem o ecossistema planetário.

O contrário desse entendimento, segundo Candeas (1999) seria o “desenvolvimento misantropo” em que o homem reduzido a um “*homo economicus*”, um robô cujas aspirações estariam limitadas a produzir e consumir, sujeitando-se a uma racionalidade

econômica e tecnológica que lhe é imposta de forma excludente e autoritária. Devido a aceleração das mudanças

Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que não criou, para produzir para outros aquilo de que não tem necessidade ou meios para utilizar. Em decorrência dessa passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, espontaneamente geradas, para uma tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Deixa de ser um homem "local" para tornar-se um homem "mundial". A escala do lugar não é mais a das decisões que lhe dizem respeito. Os espaços aparecem cada vez mais como diferenciados por suas trocas em capital, pelo produto que criam e o lucro que engendram, e no final das contas pelo seu desigual poder de atrair capital. Como o homem, o espaço foi mundializado" Santos (1978, p.4).

A homogeneização cultural advinda da globalização impõe valores de uma cultura mundial, decretando assim a morte da tradição e criando segregações e frustrações sociais resultando em graves conflitos entre classes sociais e entre o local e o universal Ramalho (1999). A frase⁴ de Peres de Cuéllar exprime bem esse sentimento ao afirmar que "*Um desarrollo sin cultura, es um crecimiento sin alma*" e na colocação de Parajón (2003) "*solo puede asegurarse um desarrollo equilibrado mediante la integración de los factores culturales em las estrategias para alcanzarlo; em consecuencia, tales estrategias deberán tomar em cuenta siempre la dimensión histórica, social y cultural de cada sociedade*".

As colocações até aqui não tiveram pretensão de caracterizar a cultura como "estática" e nem negar o papel relevante das tecnologias. A denúncia é quanto a exarcebação da heteronomia que subjuga e limita a criatividade. Ao se privilegiar o papel

⁴ Citada no documento Um nuevo contrato entre cultura y sociedad - pelo diretor da oficina regional de cultura para América Latina e Caribe (ORCALC) UNESCO durante o II Congresso Internacional Cultura Y Desarrollo, La Habana, 3 a 17 de junio de 2001.

da cultura, esta não deve ser reduzida à “função subalterna de simples catalisador do crescimento econômico”, uma vez que

constitui o desenvolvimento na medida em que está presente nas funções de catalisadora do crescimento econômico, de cimento da vida social, de mediador entre homem e meio ambiente e de fundamento comportamental do homem. (...) Assegura a viabilidade ou sustentabilidade do desenvolvimento. Ela coloca na devida perspectiva o conjunto de fatores e agentes Candeas (1999, p. 158-159).

2.4 - A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA PARA UMA NOVA SOCIEDADE

A atual sociedade depara-se com uma multiplicidade de desencantos em todas as esferas, entre elas o desencanto com a ciência moderna e em especial com a ciência econômica BECKER (1999, p. 58). Santos Boaventura (2003, p.17; 54) ilustra esse paradoxo: “estamos de novo perplexos, perdemos a confiança epistemológica. Perdemos inclusive a crença no rigor científico, porque fundada no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica. Um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza”.

Como coloca Capra (1982) a crise que estamos vivendo faz parte de uma grande fase de transição, de profunda transformação cultural, um ciclo como os que ocorreram poucas vezes com semelhante amplitude. E, Pelizzoli (2003, p.52) prossegue colocando que se trata de “uma só crise”, com um fundo comum, com interfaces que só uma visão interdisciplinar perspicaz e sutil pode entender.

A crise desencadeada tem origens históricas: “É a síntese de uma crise decorrente do esgotamento de vários paradigmas de desenvolvimento experimentados desde o começo do século” Vieira & Weber (1997). Conclui-se então que o binômio crise ambiental e crise

sócio-econômica evidenciam o caráter de insustentabilidade dos paradigmas científicos até então existentes e dominantes Cavalcante (1998).

Em decorrência dessa crise ambiental geral, muitos são os segmentos sociais que estão numa contra corrente e comprometidos com a busca de uma nova visão de mundo. Esse caminho perpassa por uma diferente forma de conceber a ciência, a necessidade de repensar seus fundamentos epistemológicos e metodológicos, enfim, sua relação com a filosofia Cavalcante (1998). Passa a ser vital enxergar novos preceitos e caminhos que possibilitem sair do estágio de desencanto para a prática transformadora.

2.4.1 - Desenvolvimento e Racionalidade Ambiental - uma proposta viável.

Será que nos livramos cedo demais do conceito de alienação? Esse questionamento levantado por Santos Boaventura é respondido por Leff (2002) ao colocar que entre as dívidas ecológica, financeira e a dívida da razão, esta última é de fato a impagável, já que nos deixou o legado da alienação, justificando “a sujeição às normas da racionalidade econômica e tecnológica” que nos remeteu a um padrão de desenvolvimento homogeneizante, “unipolar”, que nortearam as diversas esferas do corpo social.

Mediante esse paradoxo, Leff visualiza um novo paradigma que seja capaz não só de internalizar uma nova racionalidade, mas que possibilite a compreensão da complexidade e diversidade e nesse viés, a valorização dos diversos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida. Deve ser embasado por novos princípios de valorização da natureza, novas estratégias de reapropriação dos processos produtivos e de novos sentidos que mobilize e reorganize a sociedade nas esferas econômica, social, política, cultural e ambiental.

Para tanto é necessário romper com o paradigma capitalista liberal, pois este não se concilia com a racionalidade ambiental, tornando improvável internalizar as condições ecológicas e sociais, num contexto em que “a retórica do desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberal que nos levariam aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz: o crescimento econômico orientado pelo livre mercado” Leff (2002,

p. 24). A partir dessa relação antagônica, para construir a racionalidade ambiental, é necessário desconstruir a racionalidade capitalista.

Dentro desse novo paradigma o conceito de ambiente possibilita entrever novas perspectivas ao processo de desenvolvimento, já que viabiliza integrar, mediante a racionalidade ambiental, os princípios que orientem a gestão democrática e sustentável do desenvolvimento. Neste sentido, faz-se necessário a inserção da população marginalizada num processo de produção para satisfazer suas necessidades fundamentais, aproveitando o potencial ecológico de seus recursos ambientais e respeitando suas identidades coletivas. São iniciativas “descentradas” com intuito de forjar uma racionalidade produtiva.

A racionalidade produtiva, fundada em práticas de manejo múltiplo, integrado e sustentado dos recursos naturais, deve ser adaptada às condições ecológicas particulares de cada região e aos valores culturais de cada comunidade. Estas são as bases para a gestão participativa fundada no potencial ecológico, na inovação tecnológica e nos valores culturais. É uma nova racionalidade social, que amalgama as bases democráticas e os meios de sustentabilidade do processo de desenvolvimento Leff (2002, p.60-61).

A categoria de racionalidade ambiental funciona como um conceito heurístico que orienta e promove a praxeologia do ambientalismo e que, ao mesmo tempo, permite analisar a eficácia dos processos e das ações ambientalistas. A racionalidade ambiental se estabelece mediante a articulação de quatro esferas de racionalidade.

A *substantiva*, que define valores e objetivos que orientam as ações sociais; a *teórica*, que sistematiza os valores da racionalidade substantiva articulando-os com os processos ecológicos, culturais, tecnológicos, políticos e econômicos; a *instrumental*, que cria vínculos técnicos, funcionais e operacionais entre objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável e a *racionalidade cultural*, entendida como um sistema singular e diverso de significações que não se submetem a valores homogêneos nem a lógica ambiental geral. A racionalidade cultural deriva do princípio de diversidade estabelecida pela racionalidade ambiental substantiva e de sua coerência teórica, mas ao mesmo tempo é um elemento de sua eficácia técnica (2002, p. 137).

A transição para o desenvolvimento sustentável, segundo o autor só será alcançada se as políticas forem orientadas pelos princípios de uma gestão democrática e democracia ambiental, mobilizada pelas reformas do Estado e fortalecimento das organizações da sociedade civil. As bases para o desenvolvimento sustentável tendo como ponto central a sustentabilidade do planeta só ocorrerá na prática se essas bases forem permeadas por uma nova ética e uma nova cultura política, do contrário a mimetização nos levará a um planeta insustentável.

Leff (p.77) propõe que seja lançado um olhar crítico e responsável sobre o princípio de equidade na diversidade, a partir do proposto por Grümberg. Esta diz respeito a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento.

Sendo assim, a equidade não pode ser definida por um padrão homogêneo de bem-estar; não depende apenas da repartição do acervo de recursos disponíveis e da distribuição dos custos de contaminação do ambiente global. Os objetivos de equidade e de sustentabilidade não podem ser gestados a partir da lógica do mercado e do Estado, uma vez que estes comprometem a autonomia dos povos. A perspectiva de uma racionalidade ambiental visa possibilitar condições para a apropriação dos potenciais ecológicos de cada região, mediados pelos valores culturais e pelos interesses sociais de cada comunidade.

Face às considerações abordadas não é difícil questionar a respeito das contradições e complexidade que envolvem o conceito e a práxis da sustentabilidade. Será esta de fato uma reação social e política contrária à racionalidade econômica? Contudo, como é próprio da humanidade, a história construída e em construção vai deixando suas trilhas. Ramalho (1999, p.6) chama atenção para a necessidade de continuar avançando no campo político, técnico e acadêmico a fim de tirar do discurso vazio seu significado, ampliando sua compreensão.

Esse caminho não deve ser guiado por um único olhar, pois como bem questiona Rosa (1986), a história do domínio da natureza pelos homens e do domínio dos homens

pelos homens, guiada pela evolução da ciência e da tecnologia, já não evidenciou a incapacidade destas para nos apontarem à saída?

Independente de estarmos ou não de acordo com paradigmas vigentes ou em construção e de novas propostas de desenvolvimento, não se pode abrir mão da capacidade participativa e crítica de nos envolvermos nesse processo, pois o caminho a ser escolhido refletirá as posições vigentes que definirá o nosso futuro.

Em meio à crise estabelecida são muitos os segmentos sociais que estão na contracorrente nos apontando novas direções. Um destes é o exercício do saber ambiental, proposto por Leff, o qual consiste na capacidade de estabelecermos o diálogo entre as estratégias acadêmicas, as políticas educativas, os métodos pedagógicos, a produção de conhecimentos científico-tecnológicos, coadunados com o saber prático e cotidiano como condição para orientar processos e práticas do desenvolvimento sustentável.

Um projeto de sociedade feliz, autônoma e livre não se constrói sem romper correntes tão fortemente solidificadas ao longo da história passada. A ética ambiental reivindica os valores do humanismo, a substituição da sociedade do ter pela sociedade do ser na busca do sentido da vida. No dizer de Almeida (2000), para alcançarmos uma sociedade sustentável, ao invés do atributo valorativo antropocêntrico deve ser vislumbrada a sociedade cosmocêntrica.

A questão da sustentabilidade foi e continuará a ser problematizada, e é bom que continue suscitando perguntas, dúvidas, polêmicas, desafios, que a busca das respostas não se esgote. Que seu valor orientador seja aprofundado, para que não seja suplantado antes mesmo de criar raízes, posto que a maior conquista em termos de sustentabilidade já foi reconhecer que o padrão de desenvolvimento atual é responsável pelo quadro atual de empobrecimento de grande parte da população mundial e degradação ambiental, configurando-o como insustentável, portanto a busca de alternativas pode suscitar novas possibilidades.

(In)Concluo esse capítulo abrindo para uma futura discussão: se o que está sendo proposto é um desenvolvimento sustentável enquanto projeto social (integrador) e político

(transformador), por que falar em equidade e sustentabilidade visando as gerações futuras? Haverá futuro sem a geração atual? Por que não ousar pensar/fazer agora, para a geração presente, para então “garantirmos” o amanhã? Temos a frente um longo caminho, e o que está em jogo pode ser determinante para sairmos da utopia...

“Trata-se de um outro projeto de sociedade... E um outro modo de vida exige um outro modo de produzi-la” Gonçalves (2004).

CAPÍTULO 3

AS DIVERSAS FACES DA PARTICIPAÇÃO

3.0 - AS DIVERSAS FACES DA PARTICIPAÇÃO

"A participação é ela mesma a melhor, e pode ser a única, maneira de se levar em consideração a dimensão cultural no desenvolvimento". (Kovacs, M.)

O conceito de participação requer um recorte metodológico e de escala, pois a depender do contexto, pode ser traduzido sob diferentes aspectos. Participação é considerada um conceito satélite de dois outros grandes temas políticos que vêm sendo construídos ao longo da história, a saber, a democracia representativa e a democracia participativa.

Nesse estudo, a cultura é considerada o principal vetor da participação em processos de desenvolvimento. Trata-se de um processo histórico, de permanente conquista, e nesse percurso se defronta com várias esferas do poder. Há toda uma gama de iniciativas que vêm tecendo na prática os marcos conceituais da "participação cidadã", sendo esta um desdobramento da "participação política".

Pode parecer estranho colocar a cultura enquanto instrumento de participação, uma vez que o termo cultura é apreendido em diversos campos e posições ideológicas sustentadas pelo contexto histórico, assumindo uma ou outra forma de concebê-la. A partir do conceito proposto por Demo (2001, p.55) é possível compreendê-la enquanto processo dinâmico e

produto tipicamente humano e social, no sentido de ativação das potencialidades e da criatividade de cada sociedade, com relação ao desenvolvimento de si mesma e ao relacionamento com o ambiente. É marca do homem sobre a terra, principalmente na região simbólica, como capacidade de se criar e desdobrar em suas potencialidades próprias e como capacidade de interagir com as circunstâncias externas dadas.

Nisto está precisamente sua característica política, entendida como capacidade de fazer a história.

Na contemporaneidade, o conceito de participação vem imbuído de novos sentidos e conteúdos, muitas das vezes contraditórios e múltiplos que forjam a descaracterização do fenômeno, pois basta uma reunião de pessoas para ser atribuído o caráter participativo, “efetivamente o conceito de participação política se enquadra em diferentes interpretações: participação na arena eleitoral, militância em partido político; participação em esfera de mobilização de massa; e, mesmo, acompanhamento da informação” Ivo (2001, p.88).

Os três recortes adotados para abordar a participação nesse estudo serão norteados pelas contribuições de Teixeira (2001), o qual contextualiza a participação política e as características da participação cidadã, a contribuição de Demo (2001) que posiciona a participação com as diferentes relações com o poder, e ainda, os estudos de Bandeira (2000) que apresentam os diversos “níveis de participação” que vem sendo adotado pelos órgãos internacionais e nacionais.

3.1 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA – PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A participação política configurou-se historicamente num regime de democracia competitiva visando ampliar o sufrágio, bem como outros direitos, no final do século passado, na Europa. Com um considerado atraso, estendeu-se a alguns países do “Terceiro Mundo”, em momento que se configurava o Estado do Bem-estar Social e a intervenção do Estado. A participação política, nesse contexto desloca-se para os partidos e grupos de pressão numa tentativa de influenciar as decisões do Estado.

A crise do Estado, o agravamento dos conflitos sociais, e a crescente conscientização de vários segmentos sociais foram responsáveis por desencadear novas formas de participação permeadas por novas relações sociais. Ao invés da competitividade, entra em cena uma nova lógica, a da solidariedade e da busca de um consenso normativo em relação a questões básicas, tais como meio ambiente, exclusão social, cooperação internacional, entre outros.

Novos tipos de participação são moldados, de conteúdos mais contestados, forjando uma nova cultura política em que se valorizam a ação coletiva, a construção de identidades, a criação e efetivação de direitos, o enfrentamento de problemas cotidianos. Esse quadro não foi fruto exclusivo da vontade dos indivíduos e dos grupos sociais, o contexto socioeconômico, o desenvolvimento histórico, a natureza do regime, a cultura política foram elementos essenciais e diferenciais no processo de análise.

Com pressupostos teóricos diferentes, as propostas em curso de participação política têm em comum a visão heterodoxa e emancipatória da política. Em curso em várias partes do mundo englobam elementos e valores tais como a solidariedade, a não preocupação com a tomada do poder, o respeito à pluralidade e às diferenças e a prática de relações democráticas.

Em que pese as dicotômicas formas de participação, seja ela direta ou indireta institucionalizada ou movimentalista orientada para a decisão e participação ou expressão⁵ a discussão serviu para o amadurecimento e fortalecimento do processo democrático e a superação das limitações que impedem sua efetivação, pois “independentemente das formas que se pode revestir, a participação significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas”.

Como engloba atores heterogêneos, os interesses, aspirações, valores e recursos de poder se fazem presentes de forma diferenciada, gerando uma problemática que na maioria das vezes não é explícita, tramitando por diversas questões tais como atender aos interesses gerais em face do particularismo e corporativismo dos atores; como chegar ao consenso; como assegurar o posicionamento dos diferentes atores, garantindo de fato um ato participativo político; se a participação estaria limitada ao caráter comunicativo e consensual; quais seriam as condições essenciais para uma participação política. Como se trata de processo, as respostas estão sendo talhadas nos embates em que a própria história cria e recria.

⁵ COTTA, M. Il concetto di partecipazione politica: linee di un inquadramento teorico. *Revista Italiana de Scienza Politica*. Roma, nº9, 1979; DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995; TEIXEIRA op. cit.

A respeito da participação cidadã, Teixeira (2001) a descreve enquanto processo complexo e contraditório entre Sociedade Civil, Estado e Mercado, cujos papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. A participação cidadã não nega o sistema de representação, mas busca aperfeiçoá-lo, exigindo a responsabilização política e jurídica dos mandatários, o controle social e a transparência das decisões, tornando mais frequentes e eficazes certos instrumentos de participação semidireta, tais como plebiscito, referendo, iniciativa popular de projeto de lei, democratização dos partidos.

O âmbito da participação cidadã extrapola a relação com o Estado tendo em vista abarcar o mercado, ao qual se oferecem parâmetros de atuação compatíveis com os interesses do conjunto da sociedade numa lógica de desenvolvimento sustentável. Esses parâmetros podem resultar de um processo de debate público, da negociação entre diferentes atores e da monitoração de sua aplicação. Surgem também novas formas de propriedade e de gestão dos recursos econômicos – economia social, terceiro setor autogestão, co-gestão, cooperativização, propriedade pública não-estatal.

Diferencia-se da “participação social e comunitária”, pois não objetiva a mera prestação de serviços à comunidade ou à sua organização isolada. Diferencia-se ainda de simples participação em grupos ou associações para defesa de interesses específicos ou expressões de identidades. O que não impede que tais elementos estejam presentes no processo, porém seus objetivos são mais amplos. Embora essencialmente política, constituindo-se numa atividade pública e de interação com o Estado, distingue-se da atividade política *stricto sensu*, uma vez que se sustenta na sociedade civil e não se reduz aos mecanismos institucionais nem busca o exercício do poder.

Não se confunde também com a expressão “participação popular” ora de caráter reivindicativo, assumindo um posicionamento anti-Estado, ora apropriada por governos e organismos internacionais ao envolver segmentos dominados da população em seus projetos e políticas, inclusive como estratégia de redução de custos a exemplo dos mutirões e parcerias, e com objetivos de manipulação ideológica, pretendendo-se conferir legitimidade a governos e a programas de compensação aos efeitos das políticas de ajuste estrutural.

Teixeira (2001) evidencia dois elementos contraditórios, perseguidos pela participação cidadã. O “fazer ou tomar parte”, no processo político-social, por indivíduos, grupos, organizações que expressam interesses, identidades, valores que poderiam se situar no campo do “particular”, mas atuando num espaço de heterogeneidade, diversidade, pluralidade. E, o de “cidadania”, no sentido “cívico”, enfatizando as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres.

Trata-se de processo social em construção hoje com demandas específicas, de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação. Nesse contexto estão as ações desencadeadas pelas organizações sociais que abrangem conselhos, associações, dentre outras.

3.2 - PARTICIPAÇÃO ENQUANTO CONQUISTA E CONVIVÊNCIA COM O PODER

Ao reconhecer participação enquanto processo, Demo (2001, p. 18) a concebe enquanto conquista, ou seja: “infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual”. Por ser processo não pode estar totalmente sob controle, do contrário, a participação passa a ser tutelada, com espaço de movimentação previamente delimitado.

Mesmo nos processos participativos o poder se faz presente e nem sempre sua presença é reconhecida, posto ser mais fácil percebê-lo quando vem personificado diretamente pelo Estado. Raffestin⁴ (1993, p. 52) escreveu a esse respeito distinguindo o Poder do poder⁶, este último oculta-se quanto maior for a sua presença em todos os lugares, aproveitando-se de todas as fissuras sociais. Já o Poder, é facilmente identificável, visível através dos aparelhos complexos que encerram o território, por isso mesmo

⁶ Geralmente o P maiúsculo é associado ao poder que emana do Estado. O p minúsculo refere-se ao poder dissimulado, camuflado. O autor acorda com Foucault ao compreender o poder como uma multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização, presente em todo lugar, posto que venha de todos os lugares.

desperta a desconfiança pela própria ameaça que representa. No entanto, o mais perigoso é aquele que não se vê, uma vez que aparenta ter sido derrotado.

Ao fazer referência ao Estado, Demo (2001, p. 20) não o julga incapaz de promover processos participativos, mas estes terão mais chances de êxito na medida em que o Estado considera sua tendência controladora. Do contrário, muitas das propostas adjetivadas de “participativas”, são, na verdade, expedientes para camuflar novas e sutis repressões, posto que “a ideologia mais barata do poder é encobrir-se com a capa da participação”. O processo participativo não visa superar ou eliminar o poder, mas pretende ser outra forma de poder.

Essa inter-relação pode ser compreendida ao focar o planejamento participativo, o qual é permeado por dois momentos nevrálgicos. A autocrítica comentada posteriormente, a qual propicia reconhecer suas tendências impositivas, e o diálogo sincero com os atores interessados sendo essa relação possível na medida em que a parte interessada deixa de ser vista enquanto objeto, clientela ou alvo.

A complementariedade desse processo é a possibilidade de convencer a comunidade da necessidade de determinada ação, desde que o processo de convencimento se faça dentro de um espaço conquistado de participação, partindo-se dos interesses da comunidade, levando em conta sua contribuição e sua potencialidade, deixando-se convencer também do contrário.

Outro ponto que não pode passar despercebido é a capacidade tecnocrática manifestada na posição do poder do técnico e de sua influência no que diz respeito aos fluxos de recursos, na construção de planos e programas. Há ainda a sofisticação da linguagem presente no processo comunicativo, atribuindo à mesma ruídos que impossibilitam maior compreensão e participação do processo. Nesse sentido o planejamento é concebido muito mais para justificar uma gestão do que para resolver problemas sociais.

A habilidade sistêmica engloba a tendência natural de o planejamento não supor a superação do sistema em questão, mas sim propor mudanças dentro do sistema. A

propensão impositiva está presente na vontade de fazer acontecer, obscurecendo por vezes o outro lado da questão, a de que planejar sempre significa intervenção na realidade, traduzindo a expectativa de que é possível manipular em favor de quem planeja.

De fato, o planejamento participativo pode tornar-se mera legitimação do poder, reproduzindo apenas uma farsa participativa. A maioria das propostas é feita tendo em vista bloquear a participação efetiva das bases, numa estratégia de desmobilização, para tanto contribuem nesse processo à inclusão de promessas excessivas, numa postura demagógica, como se fosse possível resolver todos os problemas do local, e a demasiada confiança no tutor para a efetivação das propostas.

A cultura é dimensão essencial para incutir qualidade na quantidade de vida, como a participação é capaz de fazer a diferença entre crescimento e desenvolvimento. A cultura deve estar ligada às perspectivas de desenvolvimento em sentido pleno, os atores sociais não podem ser desencorajados de lutar por seus espaços. Os confrontos ou acordos só são sustentáveis na medida em que se tornam espaços politicamente conquistados, não tutelados ou controlados. Portanto, “é sempre preferível o desenvolvimento que nós mesmos criamos ao desenvolvimento imposto de fora, e que já por isso não seria desenvolvimento” Demo (2001, p. 59).

3.2.1 - Níveis de participação na ótica dos organismos internacionais

O local, encarado como principal espaço de articulação e possibilidades produtivas passou a atrair diversas entidades promotoras de políticas, de natureza nacional ou internacional, estatal, não-estatal ou híbrida. A partir de então, a participação é adotada através de diferentes concepções.

Bandeira (2002, p.33) aponta algumas vertentes de argumentação em favor da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para ações voltadas à promoção do desenvolvimento nas diferentes escalas. A seguir, as cinco linhas de participação apontadas por esse autor:

1. meio para garantir a eficiência e sustentabilidade dos programas e projetos.

2. condição para a “boa governância” e o “desenvolvimento participativo”.
3. vínculo para a acumulação de capital social;
4. fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região;
5. funcional para a consolidação das identidades regionais, entendida como o sentimento de pertinência a comunidade territorialmente localizada, facilitando a construção de consensos básicos.

Como reflexo das diversas formas de encarar a participação diferentes questões conceituais e metodológicas vêm sendo geradas. Esse campo não é de domínio exclusivo dos teóricos e a depender do status de quem o formula pode haver uma grande apropriação por parte de outros atores.

No campo internacional, o Banco Mundial, define participação como “um processo por meio do qual os indivíduos e as instituições afetadas por iniciativas de desenvolvimento podem influenciar a tomada de decisões e a alocação dos recursos relacionados com essas iniciativas”. O termo problemático, “influenciar”, remete aos níveis de participação, tendo em vista o grau de influência e amplitude atribuído à comunidade na tomada de decisões e na operacionalização das iniciativas Bandeira (2002, p.107).

A proposta de Arnstein, criada em 1969, abarca sete níveis de participação ordenados de forma crescente, segundo o grau de influência atribuído à comunidade na relação com a entidade promotora do processo participativo; a segunda definição é a adotada pelo UNDP⁷ *Guidebook on Participation*, e por fim a classificação adotada em documento sobre participação divulgado pelo *Communities Online Fórum*⁸, organização sediada na Inglaterra. O quadro 3.1 apresenta uma síntese dos níveis de participação apresentado por vários autores.

⁷United Nations Development Programme: <http://www.undp.org/undp/csopp/paguide.htm>

⁸ O documento na íntegra pode ser obtido através do site <http://www.btwebworld.com/communities/newsite/guide/main1.htm>.

Quadro 3.1 – Níveis de participação

Autor	Nível	Conceito
A R N S T E I N	Manipulação	“A entidade promotora concentra-se exclusivamente na obtenção de apoio para iniciativas já definidas, sem que haja intenção de permitir que a comunidade tenha qualquer influência na definição de suas características”
	Terapia	“Engloba as ações de caráter ‘educativo’ que têm como objetivo modificar as atitudes e opiniões existentes na comunidade em relação a um projeto ou programa, as quais podem dificultar sua implementação”.
	Informação	“Não tem como objetivo central direcionar as opiniões da comunidade, constituindo um primeiro passo legítimo no sentido da participação efetiva, prevendo mecanismos simples de <i>feedback</i> que permitam avaliar as reações da comunidade e que possam, eventualmente, convencer os responsáveis pela iniciativa da necessidade de efetuar ajustes e adaptações nas suas características”.
	Consulta	“Refere-se a processos em que a entidade promotora utiliza mecanismos mais complexos e estruturados para recolher subsídios junto à comunidade, com a intenção de utilizá-los de forma efetiva na definição das características e objetivos da iniciativa, embora mantenha o poder de decidir, em última instância, sobre o seu aproveitamento”.
	Apaziguamento	“Refere-se a situações em que a influência atribuída à comunidade tende a ser mais aparente do que real, como ocorre quando são incluídos alguns representantes da comunidade em comitês que, embora formalmente investidos de poder decisório, pela sua composição acabam, na prática, servindo principalmente para referendar decisões tomadas em outras instâncias”.
	Parceria	“Neste nível ocorre uma efetiva divisão de poder entre a comunidade e a entidade promotora, através de processos de negociação, havendo divisão de responsabilidades nas tarefas relacionadas ao planejamento e à tomada de decisões”.
	Delegação de poder	“O poder decisório é atribuído à comunidade, embora a entidade promotora participe dos processos de planejamento e implementação das iniciativas”.
	Controle pelos cidadãos	“A entidade promotora restringe sua participação ao financiamento das iniciativas, cabendo à comunidade as tarefas de planejamento e implementação”.
U N D P	Manipulação	“É considerado o nível mais baixo, aplica-se a situações de ‘não participação’, onde a participação é conduzida como instrumento de doutrinação”.
	Informação	“Quando os participantes são informados de seus direitos, responsabilidades e opções. A principal limitação neste estágio é que a ênfase é colocada na comunicação uni-direcional, sem que haja canais para <i>feedback</i> ou poder de negociação”.
	Consulta	“Este nível implica comunicação bidirecional, em que os participantes têm oportunidade para expressar suas sugestões e preocupações, mas não têm certeza quanto à utilização de suas contribuições. Neste nível os envolvidos estão ‘participando da participação’. Os procedimentos mais frequentes de consulta são encontros com agenda definida pela entidade promotora, audiências públicas e pesquisas de opinião”.
	Formação de consensos	“Os participantes interagem no sentido de obter compreensão mútua e alcançar posições negociadas que são aceitáveis para todo o grupo. Uma deficiência frequente deriva-se do fato de que os grupos e indivíduos mais vulneráveis tendem a permanecer em silêncio, ou a adotar atitudes de concordância passiva”.
	Deliberação	“Quando os consensos são implementados como resultado de deliberações coletivas, caracteriza-se o início da divisão de responsabilidades sobre os possíveis resultados. As negociações, neste estágio, refletem os diferentes graus de influência exercidos pelos vários indivíduos ou grupos”.
	Repartição de riscos	“Este nível avança em relação ao aspecto meramente decisório para abranger os efeitos de seus resultados. Na evolução dos processos a que se refere a participação, há sempre um elemento de risco que faz com que mesmo as decisões melhor intencionadas possam levar a resultados indesejados. A definição e a possibilidade de cobrança das responsabilidades torna-se indispensável neste nível, especialmente quando as partes mais influentes podem ser aquelas que assumem menores riscos”.
	Parceria	“Implica a relação entre iguais, que trabalham com um objetivo comum. A idéia de igualdade aqui implícita não se refere a aspectos de forma, estrutura ou função, mas sim envolve o equilíbrio de respeito entre as partes. Já que a parceria baseia-se nos níveis anteriores, implica em responsabilidade mútua e na divisão de riscos”.
	Autogestão	“Constitui o nível mais elevado dos esforços participativos, onde as partes interessadas interagem em processos de aprendizado que otimizam o bem-estar de todos os envolvidos”.
Comm it es Online Forum	Informação	“A entidade responsável por uma ação simplesmente repassa informações para os indivíduos e instituições por ela afetados, sem lhes atribuir influência no processo decisório”.
	Consulta	“A entidade responsável confere aos indivíduos e às instituições afetadas pelas ações um grau limitado de influência sobre sua formulação, solicitando sugestões e comentários ou, eventualmente, oferecendo um número limitado de opções”.
	Decisão conjunta	“A entidade promotora divide amplamente a tomada das principais decisões com os indivíduos e instituições afetadas pelas ações”.
	Ação conjunta	“A entidade promotora, além de dividir com a comunidade as decisões sobre a formulação das iniciativas, divide também a responsabilidade sobre a sua execução, através de colaboração temporária ou da formação de parcerias permanentes”.
	Apoio as iniciativas da comunidade	“A entidade promotora abre mão de participar da formulação e da implementação das ações, limitando-se a apoiar sua concepção e execução pela comunidade, reservando-se apenas o direito de definir critérios que condicionem a concessão desse apoio”.

Adaptado de Bandeira (2002)

Muitas das vezes a separação entre um nível de participação e outro não é tão evidente. Há casos em que são utilizados num mesmo processo vários níveis. Conforme ressalta Bandeira op. cit., muitas dessas classificações não podem ser consideradas participativas. Entretanto, não foi pretensão abrir espaço para essa discussão e sim conhecer como esses organismos vêm concebendo o processo participativo e como este vem sendo transplantado pelas instituições nacionais, que atuam em âmbito local, mais especificamente na escala municipal.

Diante desse quadro, participação vem envolta numa exigência/recomendação de organismos internacionais que financiam os projetos. Em escala nacional cada vez mais assistimos a proliferação de instituições híbridas ou não, cuja manutenção exige a inclusão da sociedade civil nas etapas de planejamento. Esse quadro nos leva a questionar se é possível induzir processos participativos, até que ponto está sendo levado em conta que participação é produto de processos políticos, sociais e culturais “conquistados” historicamente?

3.3 - O PAPEL DA CULTURA EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS

A importância da participação dos atores sociais nas políticas através da implementação de sistemas mais democráticos não deve, de forma alguma, ser entendida enquanto presença para legitimar decisões prontas. Para Lopes, (2002, p. 79) a participação autêntica reivindica o respeito a alteridade do outro,

Se constitui na base do direito facultado a uma dada coletividade de estabelecer, segundo as especificidades de sua cultura, o conteúdo concreto e continuamente mutável do “desenvolvimento”, podendo assim, definir as prioridades, os instrumentos e as estratégias mais adequadas para alcançar os objetivos que resultem na melhoria do bem-estar das pessoas que ali vivem.

Em se tratando de processos participativos que integra diferentes instituições e organizações sociais locais, a despeito de toda e qualquer técnica inovadora que o órgão possa trazer, o diálogo entre as diferentes partes, só ocorrerá se for considerado o

arcabouço já existente na localidade. Isto porque a cultura organizacional é uma complexa mistura de pressuposições, crenças, comportamentos e história de vida, pois ela determina:

(...) a maneira como a organização responde aos desafios decorrentes das ameaças ambientais, como aplica o seu potencial de transformação de energia e como reage as dificuldades encontradas. (...) deriva do somatório das culturas individuais. (...) uma grande parte da cultura organizacional se exerce de maneira não formal, é a parte oculta da cultura organizacional (...) sentimentos, atitudes, valores, interações informais, normas grupais, objetivos e expectativas de ordem interna Pinheiro (2002, p. 38).

A respeito dos processos de capacitação, Souza (2000, p. 95) salienta duas características essenciais. A primeira diz respeito a considerar que a comunidade alvo desses processos já possui todo um arcabouço anterior. O outro aspecto é que a capacitação deve ser um processo de reatualização, permitindo a “análise e avaliação contínua da conjuntura social, a fim de poder situar-se na própria dinâmica das forças sociais que se vão fazendo presentes à sua realidade mais próxima”.

Como resultado, a população assume o próprio processo de conscientização e organização, que é o oposto de “inculcação” e dessa forma, a comunidade alvo pode penetrar fundo na essência dos problemas e captar as contradições sociais a que está submetida, possibilitando que sejam encontrados novos modos de agir que respondam mais abertamente a seus problemas. Em se tratando de planejamento e outras ferramentas “participativas”, esse é um elemento essencial para evitar que demasiadas expectativas se transformem em frustrações.

As localidades, frente a processos de capacitação, confrontam conhecimento exógeno e saber local, e a “forma como a comunidade irá lidar com o diferente é própria de características tais como a idéia que faz de si mesma, a idéia que faz do outro, suas dinâmicas internas, sua visão de mundo” Valle (1999, p. 5).

Sobre o saber local, Santos (1986, p.21) adverte a respeito da presença cada vez maior de “expert internacionais” convidados a falar sobre o local. Quando muito suas presenças deveriam limitar-se a realizar uma palestra de dois dias e ir embora, uma vez que “o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso da política”.

Sosa (2000, p.33) destaca o fato de termos colocado demasiada ênfase na cultura do conhecimento e não tanto na cultura da sabedoria, na ciência das coisas, e não tanto na ciência da vida. No homem instruído, eficiente e produtivo e não tanto com o homem sábio, feliz e satisfeito consigo mesmo, com seu ambiente e com o saber conviver harmônico construtivamente com a natureza e com os outros seres humanos.

No processo de criar e recriar novas estratégias de reprodução social, instituições específicas reivindicam para si o papel de responder às exigências da problemática social, ignorando que o que está em jogo é o processo de organização da população, em que muitas das vezes já adiantado, é apropriado, desviado ou simplesmente desarticulado. Souza (2000, p.95).

A ausência de pré-requisitos para que se efetive a participação também não pode ser justificativa para o impedimento desta, no máximo constitui-se em obstáculo a sua qualidade, extensão e eficácia. Ainda, essa postura gera um círculo vicioso em que certas condições impedem a participação e, ao mesmo tempo, as mudanças não se realizam porque não há participação Teixeira (2001).

Por isso, é tão importante considerar os aspectos culturais no processo de desenvolvimento, seja ele na fase de elaboração ou execução, pois conforme adverte Bandeira (2000, p.62) “processos mal concebidos ou mal implementados não só podem levar a resultados evidentemente inadequados, mas também podem gerar descrença quanto a própria viabilidade, conveniência e credibilidade das práticas participativas”.

CAPÍTULO 4

A GÊNESE DO DLIS

4.0 – A GÊNESE DO DLIS

No Brasil a proliferação de ações desencadeadas por projetos denominados DLIS encontra-se em franca execução em todas as Unidades Federativas do país. Contudo, os poucos e pontuais estudos acerca dos desdobramentos que esse conjunto variado de práticas e perspectivas pode ocasionar não se dão no mesmo ritmo. Vários fatores contribuem para esse quadro, pois em que pese algumas similitudes, se diferenciam a depender da instituição que execute o DLIS seus objetivos, direcionamentos e a indefinição conceitual.

O DLIS ora é apresentado enquanto “um novo modo de promover o desenvolvimento”, ora como “metodologia” ou “estratégia de indução ao desenvolvimento”⁹. Consoante a essa inquietação Brose (2002, p.208) pesquisou outros conceitos “não-satisfatórios”, tais como “uma nova metodologia de ação”, “uma nova proposta de atuação do setor público”, “uma nova forma de intervenção”.

Como a literatura a esse respeito apresenta diversas definições, nesse capítulo, a opção foi contextualizar o surgimento do DLIS tendo como ponto de partida a análise de correntes sobre o desenvolvimento local, utilizando os estudos de Codes et al. (2003) e, em seguida, apresentar as premissas substantivas que balizam o DLIS.

4.1 - DO DESENVOLVIMENTO (ECONÔMICO) LOCAL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – A (RE)CONSTRUÇÃO DO MOSAICO ANALÍTICO

O período do pós-guerra até o início da década de 70 foi marcado pelas políticas de desenvolvimento que se apoiavam nas correntes de pensamento neoclássico cujo desenvolvimento econômico local se daria de forma verticalizada. A partir da década de 80, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, as abordagens teóricas que priorizavam o Estado Nacional e as grandes empresas como agentes únicos do

⁹ Conforme aparece nos documentos “DLIS Documento Final XIX Reunião do conselho da Comunidade Solidária, 1998”, “Diagnóstico Participativo de Canindé do São Francisco, 2001” e “O que é o DLIS, 2002”, respectivamente.

desenvolvimento econômico não correspondem mais as novas exigências mundiais. Sob este contexto novos enfoques são propostos pelos teóricos do desenvolvimento econômico local Moraes (2004).

Arocena¹⁰ (1988) formulou três vertentes básicas da teoria do desenvolvimento local: a evolucionista, a estruturalista e a historicista. A evolucionista considera que as sociedades possuem estágios diferenciados, nesse caso incentiva a cópia da sociedade considerada mais desenvolvida, levando a um padrão de homogeneização. Trata-se da cópia dos modelos bem sucedidos.

Na vertente estruturalista é ressaltado o aspecto sistêmico do processo de desenvolvimento e o local reproduz os mecanismos do sistema global e suas contradições fundamentais. E, por fim, a vertente historicista considera cada processo de desenvolvimento como único, uma vez que cada localidade é única em seus aspectos culturais, sociais e econômicas. Portanto, o futuro, ou ponto de chegada, deve ser projetado com base na história de cada local, prevalecendo o ponto de partida. A adaptação deve ser feita a partir do exterior para o interior, do geral para o particular, do global ao local.

Hamel¹¹ (1990) elaborou duas correntes, a “elitista”, voltada para a ampliação das vantagens comparativas das localidades, tendo como meta o mercado mundial; e a vertente “social”, cujo objetivo do desenvolvimento estaria voltado para as necessidades sociais através da democracia local em direção à dimensão econômica.

Já Moura¹² (1998) resume o DL entre as correntes competitiva e social. Na primeira, o desenvolvimento almejado está ligado à competição dentro do mercado mundial, pois assim se atrairia recursos externos para o local. Já para a corrente social, o objetivo de se desenvolver economicamente está na geração de emprego e renda para a população local, combatendo-se, assim, a exclusão social.

¹⁰ AROCENA, J. Los paradigmas del desarrollo y lo local. *Cuadernos del CLAER*. Montevideo: CLAEH, (41). P.5-21, 1988.

¹¹ HAMEL, P. *Developpement local: une nouvelle culture politique*. Espaces Tempes. Paris: Association Espace Temps/CNL, (43-44). 1990. P. 43-49.

¹² MOURA, S. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. *Anais do 22º Encontro da ANPAD*. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

Outras classificações foram propostas para o DL, que não cabe aqui serem aprofundadas. As correntes apresentadas, considerando similitudes e diferenças, encontram apoio em teorias sobre o crescimento endógeno. A partir desse enfoque as políticas públicas passaram a ser caracterizadas pela descentralização, e o incentivo a inovações e adequações geradas a partir das singularidades locais Codes et al. (2003).

A discussão a respeito do modelo do desenvolvimento sustentável é retomada no meio econômico, em 1995, na Conferência de Cúpula do Desenvolvimento Social em Copenhague. Sob o comando das Nações Unidas, a própria ONU e as instituições multilaterais de Bretton Woods (Banco Mundial, FMI, GATT), quando substituíram os critérios de desenvolvimento econômico tradicionais pelos conceitos sócio-ambientais do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável Cavalcante (1998, p. 53); Vieira apud Krutman (2004, p.17).

A partir de então, as políticas sociais são vinculadas à estratégia do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. O desenvolvimento passa a ser apregoado enquanto um processo participativo, equitativo e sustentável. A essa concepção juntam-se termos como governança local, empoderamento, empreendedorismo e termos não tão novos, mas em novo contexto, como capital social e capital humano.

A própria sigla DLIS evidencia a nítida influência das concepções do Desenvolvimento Sustentável, discutida na Rio-92, já abordada. Já o termo “integrado” é balizado nos preceitos da “Agenda 21 Global”, cujo ideário é que “o desenvolvimento sustentável seja induzido por meio da participação multissetorial de diversos agentes (governamentais, empresariais e da sociedade civil) no planejamento e na execução de ações integradas em nível local, as chamadas microrregiões” Krutman (2004, p.19); Mello (2003, p.129). Este último autor acrescenta ainda o fato do termo integrado levar em conta todos os aspectos do desenvolvimento.

Se de um lado é perceptível as concepções do desenvolvimento sustentável no delineamento do DLIS, não ocorre o mesmo em relação às correntes de desenvolvimento econômico sintetizadas anteriormente, pois a depender dos promotores e de seus objetivos para o local, e dessa escala local, se percebe a aglutinação ora de uma, ora de outra teoria,

ou mesmo um verdadeiro mosaico interno, independente destes serem antagônicos conceitualmente. O DLIS não é identificado enquanto proposta voltada diretamente para o aspecto econômico, talvez daí a subtração da letra “E” de econômico na sigla, muito embora a pronúncia o reivindique, e os desdobramentos também.¹³

4.2 - BRASIL UM LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS

No Brasil, a preocupação no tratamento do desenvolvimento econômico local foi reforçada a partir de vários fatores, dentre eles a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 que estendeu às prefeituras o caráter de agente do desenvolvimento econômico Moraes (2004).

Tendo como foco das ações o “local”, este é entendido como qualquer recorte espacial, definido a partir de um elemento de identidade. Sendo assim, pode ser uma região, um município ou um bairro. Os governos locais passam a ser vistos como agentes empreendedores e a conformação das redes são os meios indicados para a realização dos planos e projetos Mello (2003, p. 129); Silveira (2001).

Diversas iniciativas econômicas locais em território brasileiro desencadearam encontros e movimentos, reunindo diferentes atores sociais e instituições, governamentais ou não Mello (2003, p. 127). Esses encontros foram transformados em “Fóruns de apoio ao DLIS”, a cada encontro, as premissas e o marco conceitual do DLIS foi tomando corpo.

Situando o último ano da década de 90, Silveira (2001) aponta o Brasil como um grande difusor do DLIS, o qual vem crescentemente se conformando como um campo de experimentação de metodologias, com diferentes acúmulos e graus de institucionalização, conforme algumas experiências a seguir, por ele ressaltadas. Para Ficher (2002) tratam-se de estratégias que vão aos poucos demarcando “territorialmente ou virtualmente” o espaço brasileiro.

Para Sachs (2002, p.42) essa realidade é resultado da inserção do Brasil no processo de globalização, o qual vem “figurando como um grande repositório de experiências de

¹³ Observação já salientada por Mello (2003)

desenvolvimento, de origens as mais variadas que representam, corretamente analisadas, uma importante fonte de inspiração para a criatividade social em resposta aos desafios trazidos pela dinâmica socioeconômica”.

Silveira (2001) aponta a metodologia Gespar (Gestão Participativa), no ano de 1993 como a experiência inicial para a constituição do DLIS. Sua linha de ação buscava capacitar as organizações associativas de produtores rurais e urbanos. Abrangeu as áreas da região Nordeste e norte de Minas Gerais, teve como parceiro o Banco do Nordeste e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Atualmente faz parceria com o projeto BNDES-Desenvolvimento Local, após um período de avaliação e reformulação tem como objetivo abarcar outras regiões.

Com o foco “local” também estão as Agendas 21 locais, fruto da Rio-92, passando a ser executada no Brasil desde 1996. No município de estudo, Canindé do São Francisco, até a data do encerramento do trabalho de campo (novembro/2004), o então Secretário de Turismo, informou que a Agenda 21 local encontrava-se em fase final de construção.

Há ainda um número considerado de iniciativas policêntricas, fora do foco metodológico e dos programas mencionados. São diversificadas na sua natureza e envolvem múltiplos ambientes, referências. São exemplos as experiências em regiões metropolitanas, com caráter submunicipal, municipal ou intermunicipal e ainda as experiências locais impulsionadas por programas estaduais Silveira op. cit.

Inseridas nesse contexto estão às iniciativas regionais. Algumas se destacam por possuir experiências com maior densidade institucional, a exemplo do Programa Xingó, cuja área de abrangência é a região do semi-árido dos estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Sergipe, onde está incluído o município de estudo.

Ainda há os organismos federais ou mistos com escala de atuação nacional ou macrorregional que vem priorizando o desenvolvimento local como elemento estruturante ou relevante nas suas orientações estratégicas. Entre estes o Programa da Comunidade Ativa, e o SEBRAE Desenvolvimento Local, objeto desse estudo.

Em Sergipe, a ONG IATEC (Instituto de Ação para a Organização de Produtores e Assistência Técnica das Comunidades Rurais) até o momento já executou o DLIS em 18 municípios do estado de Sergipe. Deste total, 10 são municípios que já foram abrangidos pela atuação do DLIS/SEBRAE-SE. Inserida no Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável¹⁴, em parceria com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) planeja multiplicar suas ações em 33 aglomerados de municípios selecionados da região Nordeste.

Existe ainda um número considerável de experiências locais que não foram aqui destacadas, assim como tantas outras em curso com enfoque e objetivos diferenciados, genericamente caracterizadas como DLIS.

4.2.1 - A metodologia DLIS no SEBRAE

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) tem sua origem na década de 60, surge vinculado a instituições financeiras a exemplo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), na época antigo BNDE, quando então é instituído o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME). Em 1972 por iniciativa do BNDE e do Ministério do Planejamento é instituído o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE), tendo em seu conselho deliberativo instituições como o FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), ABDE (Associação dos Bancos de Desenvolvimento) e o BNDE. O CEBRAE operacionalizou diversos programas voltados para as pequenas e médias empresas.

A partir de 1982, o CEBRAE, numa nova fase, passa a ser “canal de ligação entre as empresas e os demais órgãos governamentais no encaminhamento das questões ligadas aos pequenos negócios”. Nessa mesma época implodem os programas de desenvolvimento regional. Conforme o documento História do Sebrae¹⁵, houve grande investimento em pesquisa para elaboração de diagnósticos setoriais que fundamentassem a ação nos estados. Essas constantes ações tiveram como desdobramento a formação de uma diretoria, dentro

¹⁴ Mais informações no site http://www.iatec-se.org.br/meio_pnud.htm

¹⁵ Outras informações a respeito consultar o site: <http://www.sebrae.com.br/br/osebrae/historia.asp>

dessa estrutura, o órgão central tinha a responsabilidade de analisar e aprovar ou não o orçamento/programa de agentes dos estados.

Nos governos Sarney e Collor (1985-1990), o CEBRAE é transferido do Ministério do Planejamento para o Ministério da Indústria e Comércio. O órgão passa por diversas instabilidades orçamentária e em 1990 transforma-se em Sebrae, desvinculado da administração pública posto que reestruturado como “serviço social autônomo”.

Na gestão de FHC ocorre uma maior aproximação e fortalecimento entre o SEBRAE e os órgãos e ações governamentais, tanto em forma de parcerias com instituições públicas a exemplo da AED¹⁶ (Agência de Educação para o Desenvolvimento) como nos projetos federais a exemplo do Comunidade Solidária e Programa Comunidade Ativa.

É nesse contexto que entre as diversas linhas de atuação o SEBRAE volta-se para implementar o DLIS em todo o país cujos desdobramentos passam a ser encarados enquanto principais políticas públicas para os locais onde atua a serem executadas.

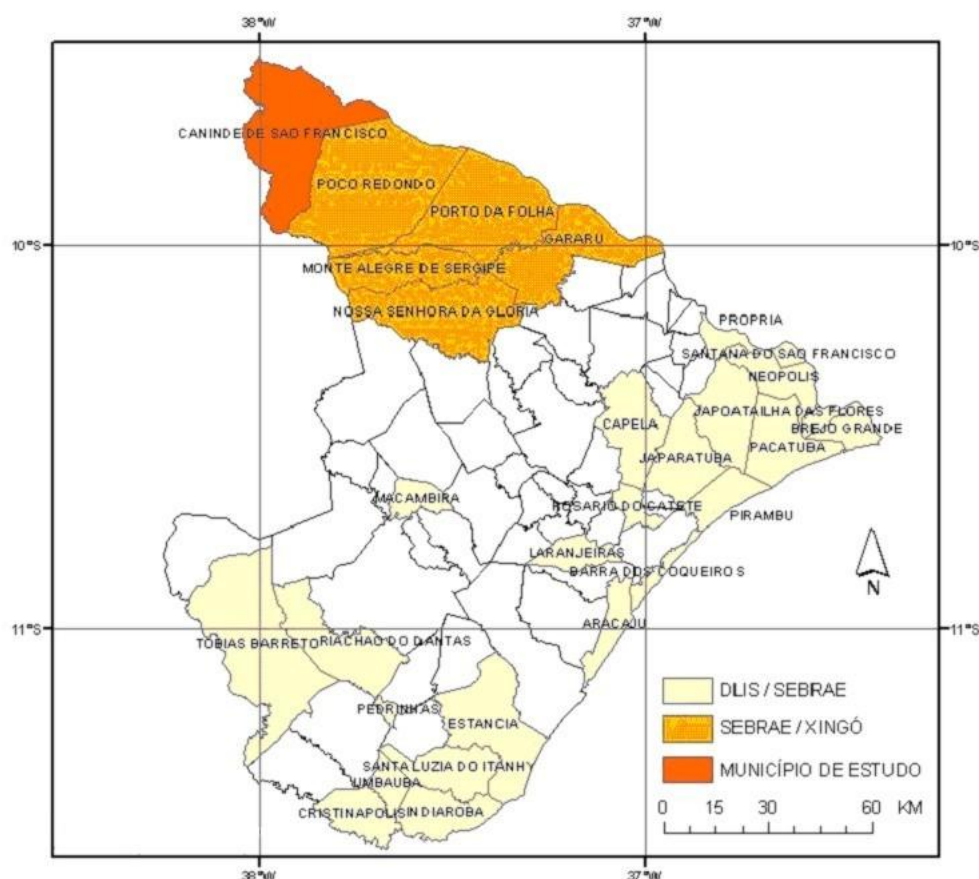
Conforme documentos pesquisados sobre a metodologia, a adoção do termo DLIS em programas governamentais em escala federal surgiu dentro do Conselho da Comunidade Solidária, criado por iniciativa do governo federal na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

No início de 1999 o SEBRAE Nacional começou a entrar no DLIS a partir de um trabalho de reformatação do programa PRODER (Programa de Emprego e Renda). Ao final do ano de 2000, o programa SEBRAE Desenvolvimento Local assumiu todas as ações do então extinto PRODER e em estreita parceria com o Programa Comunidade Ativa, iniciou suas atividades em março de 2001 e, até o final de 2002, chegou às 27 unidades da federação.

¹⁶ Trata-se de uma OSCIP criada em janeiro de 2001. Trata-se um programa público, sem fins lucrativos com propósito de aumentar a capacidade de gestão e de empreendimentos de micro e pequenas empresas, governos locais e organizações do terceiro setor. Uma de suas linhas de ação prevê a capacitação de agentes para o desenvolvimento Sachs (2002, p.151). Tem sido responsável pela capacitação desses agentes para dar continuidade ao processo implementado pelo DLIS.

O DLIS-SEBRAE tem como missão atuar como vetor de sustentabilidade econômica no apoio a programas de Promoção do DLIS, incluindo os municípios com ações da Comunidade Ativa e programas de cunho regional ou intermunicipal. Nesse âmbito, o SEBRAE-Xingó iniciou suas atividades em março de 2001 atuando no mesmo raio de ação abrangido pelo Programa Xingó. No estado sergipano esta área engloba os municípios de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Gararu, Poço Redondo e Canindé do São Francisco, este último, objeto desse estudo.

O SEBRAE é o principal parceiro e promotor do DLIS no estado de Sergipe. Conforme o mapa 4.1, até o final de 2004¹⁷ o DLIS já havia sido implantado em 26 municípios, em todos eles já constituído o DLIS.



Mapa 4.1 – DLIS/ SEBRAE no estado de Sergipe

(Elaborado por Helder Gama - Laboratório de Geoprocessamento - Instituto Xingó/INPE – 2003)

Fonte: Modificado - SEBRAE, 2003

¹⁷Devido as informações imprecisas e divergentes a construção do mapa espacial referente as ações do DLIS no estado de Sergipe passou por diversas reelaborações. O número de 26 municípios foi baseado nas informações cedidas pelos técnicos do SEBRAE e mapa de atuação da instituição no estado. Até o ano de 2004 não houve ampliação do número de municípios. Contudo, as últimas informações datadas de março do corrente ano elencam que o número de municípios abrangidos por essa instituição corresponde atualmente a 23 municípios.

4.2.2 A passologia do DLIS/SEBRAE

A metodologia DLIS/SEBRAE é executada seguindo oito passos. O primeiro é a constituição do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (FDLIS), através da mobilização e sensibilização dos atores locais e a escolha dos representantes que formarão o fórum e, posteriormente, a composição da equipe gestora. O segundo passo é a elaboração do Diagnóstico Participativo Local cujo objetivo é levantar e conhecer a realidade do município, bem como identificar seus problemas, descobrir suas vocações e potencialidades econômicas.

Após a identificação das vocações do município é definida uma para ser o eixo de orientação do desenvolvimento local que comporá o então Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS). Além das ações para negociação, nesse plano constam as parcerias e possíveis articulações interinstitucionais.

Constituindo o quarto passo da metodologia, do PDLIS é extraída ações específicas que comporão a Agenda Local, com ações prioritárias para negociação com atores extra municipais e outras a serem executadas com recursos da própria comunidade. Após elaboração dos três documentos citados os mesmos são aprovados após serem validados pela comunidade.

O quinto passo constitui-se na capacitação do Fórum para gestão empreendedora comunitária do DLIS através de capacitação para a negociação da Agenda, execução de oficinas de elaboração de projetos, de captação de recursos, e campanha de mobilização social, oficina de comunicação, entre outros. Os passos seguintes são: orientação para a constituição de uma OSCIP¹⁸ (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de apoio ao FDLIS; conexão com outras experiências de DLIS, e por fim, o acompanhamento, monitoramento e avaliação.

¹⁸ Qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos criada pela Lei 9790, de 23 de março de 1999.

Outras diretrizes para o DLIS nacional foram delimitadas na VIII Reunião do Conselho da Comunidade Solidária, e consolidadas no documento final base da XIX Reunião realizada em março de 1998 anexo D.

4.3 - AS PREMISSAS SUBSTANTIVAS DO DLIS

Os termos “capital humano” e “capital social” são componentes intrínsecos ao DLIS. Em que pese as diferentes posições acerca do uso e difusão desses termos, não é pretensão nesse capítulo abrir para a discussão. Embora a literatura e documentos sobre DLIS destaquem a inserção dos diversos capitais: natural, produtivo, cultural entre outros, para esse estudo interessa especificamente o capital social pelo fato desse ser associado a organização e cooperação das comunidades em processos de desenvolvimento local.

No que diz respeito ao conceito de capital social, seu nascimento não se deu no âmbito da economia e nem tão pouco com essa denominação. Surgiu vinculado “ao poder e a política” Franco (2002). A relação entre o desenvolvimento comunitário e os processos político-institucional e econômico foi abordada nos estudos de Tocqueville ao comparar o poder de organização da Nova Inglaterra, na região Norte em oposição as cidades européias Stein (2003).

Ao invés de “capital social”, o referido autor utilizou o termo “voluntariado”. O debate teórico ganhou expressão a partir da década de 80 com os estudos e proposições de Bourdieu (1984), Colenam (1988-1990), Putnam (1993), Fukuyama (2000) e Franco (2001) Stein op. cit.

A contribuição dos estudos do norte-americano Putnam a respeito das diferenças regionais da Itália¹⁹, e a expressão “Terceira Itália”, utilizada para designar o êxito do desenvolvimento territorial, associado aos fatores sócio-culturais presentes nessa região, inspirou teóricos e planejadores de diversas partes do mundo a perseguir o modelo que valorizava o novo recorte territorial. Nesse sentido, capital social passou a ser ampliado enquanto conjunto de características da organização social incluindo-se as redes de

¹⁹ Alusão feita por esse autor acerca de um novo padrão de desenvolvimento identificado no norte da Itália, caracterizando esta região como avançada em oposição ao sul da Itália, respectivamente atrasada.

relações, normas de comportamento, valores, cooperação, confiança, obrigações e canais de informação Moraes (2004).

A partir da década de 90 a incorporação do termo torna-se presente nas pautas dos governos, ONGs, e organismos internacionais de desenvolvimento. Na perspectiva do BIRD capital social é difundido enquanto: “as redes e relações que estimulam a confiança e a reciprocidade”. Trata-se de uma política de alianças entre diferentes setores Stein (2003, p. 158).

Vinculado ao capital social está o termo “*empowerment*” (empoderamento), numa referência a aquisição de poder pela população local proporcionando que a mesma, a partir da constituição de esferas públicas organicamente ligadas ao tecido social, possa influir sobre as políticas públicas Silveira (2001). Para Franco (2002, p.113) “o DLIS é um programa político, uma estratégia política de empoderamento das comunidades, uma tecnologia social inovadora de investimento em capital social”.

Franco (2002, p.62-63) extrai um outro conceito do âmbito empresarial, principal elemento do capital humano, o empreendedorismo, o qual engloba a inovação e a capacidade das pessoas de fazer coisas novas e correr atrás de seus sonhos. Para realizá-los deverá adquirir os conhecimentos imprescindíveis que tornem concretos seus desejos.

Em que pese à adoção do termo “capital”, para o que é social, humano, cultural e natural, esta aglutinação vem ganhando ramificações, a exemplo das novas dimensões propostas por Woolcock apud Moraes (2004) para o conceito de capital social: o capital social institucional; capital social extra-comunitário e o capital social comunitário.

Em oposição à corrente competitiva passa a ser conferido maior destaque às parcerias, referidas ao contexto da cooperação interinstitucional. São diferentes atores que passam a ter a mesma escala territorial como foco de suas ações, sendo necessário um processo de negociação.

Mello (2003) relaciona o grau de complexidade desse processo na mesma proporção do número das partes envolvidas. Contudo, independente da quantidade de

atores envolvidos, em se tratando de gestão, deve ser mantida em algum grau a aceitação do outro e a interdependência. Do contrário, o confronto pode levar a submissão ou anulação de uma das partes, ao invés da negociação, se buscará o acordo e o compromisso.

A despeito dessa questão, não se deve perder o foco de que além de defender seus interesses, as instituições estão a trabalho ou serviço que venha beneficiar a população alvo, pois conforme ressalta Ficher (2003) embora as interorganizações sejam de natureza diferenciada, ligam-se por propósitos comuns, ou seja, integrada, onde a associação se fará pela complementariedade, sendo esta a busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado.

O papel da parceria em processos como DLIS não está limitado “a um momento estanque, a uma mera assinatura de protocolo de intenções ou repasse de recursos financeiros, como condições para realizar ações segmentadas”. Parceria pressupõe a agregação de valor e a mudança de comportamento que se realiza pela prática, pelo curso da ação Zapata apud Mello (2003).

Para o referido autor o papel da cooperação deve estar desvinculado da obtenção de vantagens e concessões, pois se trata de cooperação em si mesmo. Falar de articulação institucional seria o mesmo que falar de cooperação institucional, distanciando-se assim do foco competitivo.

Não obstante, Ficher (2002, p. 28) enfatiza que a cooperação não exclui a competição, pois articulações e pactos são resultados da competitividade. Todas essas relações não se dão sem conflitos, tensões e interesses, permeados que estão pelo contexto político, pois há uma preocupação com a própria sustentabilidade das instituições e organizações envolvidas.

CAPÍTULO 5

DESVELANDO O DLIS ANÁLISE E DISCUSSÕES

5.0 - DESVELANDO O DLIS – ANÁLISE E DISCUSSÕES

“Humanizar é também culturalizar, porque a cultura é a ética e a estética do crescimento, tanto individual quanto comunitário, e o espelho onde todo ser humano pode reconhecer sua condição como tal”. (SOSA, Edgardo)

5.1 - CONHECENDO OS ATORES SOCIAIS LOCAIS

Esta parte da análise considerou os segmentos participante e desistente, composto por 24 atores sociais, sendo 14 participantes e 10 desistentes. A maioria dos representantes está inserida na faixa etária dos 40 e 50 anos de idade, seguida da faixa dos 30; 04 representantes encontram-se entre as faixas de 60 e 70. Em se tratando da questão de gênero a representatividade masculina é superior à feminina, totalizando 20 homens e 04 mulheres. Em relação ao vínculo empregatício com o governo local, três entrevistados são funcionários efetivos da prefeitura, dois deles classificados no segmento participante e um na categoria desistente.

Os participantes e desistentes em sua maioria eram lideranças autênticas. Nesse estudo, liderança autêntica foi entendida como o representante que ocupava na época do Fórum, um cargo na diretoria da organização social representada no Fórum, com poder de decisão. Em relação ao segmento participante a representação foi constituída da seguinte forma: 06 eram presidentes, 04 membros da diretoria (tesoureiros, secretários), 03 eram sócios e 01 era filho de sócio. O segmento desistente foi representado por 08 presidentes, 01 secretário e 01 vice-presidente.

5.1.1 - História de vida/participação em movimentos sociais

A importância que essa pesquisa atribuiu à história de vida dos atores sociais objetivou delinear e identificar os marcos de suas vidas com o desenvolvimento local. Dos 24 atores sociais entrevistados, formados pelos segmentos participantes e desistentes, 19 iniciaram sua participação em movimentos sociais nas organizações sociais que atuam até hoje. A exceção foi identificada em 03 participantes, dos quais 02

já estavam engajados com a luta pela conquista da terra e 01 que esteve ligado ao Movimento Estudantil. Em relação ao segmento desistente a exceção foi identificada em 02 membros. Um já atuava em movimentos sociais desde a década de 60, participou ainda da formação de sindicatos. O segundo já atuava em associações de moradores dos municípios em que residiu anteriormente.

5.1.2 - O sentimento que move a participação em organizações sociais

Os sentimentos que levaram os atores sociais a participarem de organizações giraram em torno de diferentes, mas não antagônicas razões:

Pela necessidade de estar organizado para conseguir melhorias para a comunidade, *“ resolvi participar pra desenvolver a comunidade que era muito atrasada e hoje está se desenvolvendo, tá melhorando aos poucos através da associação”*. O contato com a realidade local evidenciou as disparidades: *“Entreí um pouco sem querer, mas diante da necessidade e da recepção daquela comunidade que vivia dependendo das cestas de alimento que recebiam de três em três meses, diante disso eu resolvi aceitar a presidência, algum trabalho pra tirar o povo, a comunidade e todos os membros deste segmento, daquela situação difícil em que se encontrava”*.

Outro depoimento que ilustra esse sentimento: *“(…) fazendo o meu trabalho na comunidade (...) meu trabalho era mais com as classes menos abastadas e com isso eu fui vendo mais a dificuldade do serviço público, foi aí que eu arrumei um grupo de pessoas e convidei pra gente criar a nossa associação. (...) Existia um bairro aqui que era muito carente, faltava água, faltava luz, faltava saneamento básico principalmente na questão de pavimentação e de esgoto, foi aí que criou a associação para trabalhar essa questão*.

A coragem de representar as necessidades da comunidade: *“(…) era sócia de grupinho ajudando, aí de repente virou associação. (...) eu via a situação do povo, ninguém sabia resolver nada. Aí dessas pessoas que não tinham coragem de falar ou de andar, se tivesse de falar em algum lugar, desistia ninguém ia, aí eu ia porque tinha coragem de falar, representar (...)”*.

Em decorrência de algumas associações, que na avaliação dos entrevistados, estavam passando por uma má administração, o sentimento que os moveu foi a vontade de mudar a situação existente: *“Eu vi realmente a necessidade da comunidade, lá existia associação, mas era só o prédio de fato, não havia ações nenhuma, não havia projeto (...) então só se havia denúncia (...) aí eu me associei e parti realmente pra mudar a cara de uma associação que não existia até então”*.

Estar engajado em organizações sociais foi uma condição apontada como fundamental no processo de conquista e busca do desenvolvimento da localidade: *“ só largo associação quando morrer! Porque hoje em dia pra gente adquirir as coisas como associação é difícil, sem associação é pior, tem que ser com associação mesmo é o jeito”; “ (...) como presidente da associação você tem que se unir com o pessoal pra trazer coisas boas né? Pro povoado. (...) a gente fundou a associação daí pra cá a gente só tem trazido benefícios pra associação, temos projetos, conseguimos benefícios pra ela”*.

5.1.3 - O significado da participação

A participação foi interpretada pela maioria do segmento participante, enquanto processo coletivo, para eles participação é “se juntar”, “ficar integrado”, “estar engajado”, “se somar” é “coletividade”. Outros acrescentaram à participação o sentido de ação, “estar ativo”, “realmente participar”: *“Participação? É a pessoa está ativa, não adianta eu dizer que participo. Participação você tem que estar ativo, tem que estar engajado mesmo, lá botando a mão na massa”*.

Uma minoria compreendeu participação enquanto acesso a conhecimento e informação: *“A questão da participação pra nós ela é muito importante porque quando você participa você tá aprendendo algumas coisas, está buscando conhecimento esse conhecimento de coisas que a gente não tinha conhecimento, você sabe que ficávamos isolados enquanto pequenos e hoje temos conhecimento, qual é o nosso direito (...)”*.

Em concordância com os participantes, a despeito do importante papel da união no sentido de se trabalhar juntos, os desistente acrescentaram ainda ao significado de participação o que Teixeira (2001) descreve como “fazer parte”:

Poder opinar e representar o segmento no processo: *“participação é estar presente nas discussões participando e tentando influir dando sua opinião atentamente, não só a opinião pessoal como a do segmento representado pelo participante né? Pra mim participação é isso tem que discutir, contestar, aprovar etc, se envolver efetivamente nas discussões de interesse do segmento representado”*.

É um processo em que não se sai da mesma forma que chegou: *“é união, é participar de cursos, é... pronto! Que nem a senhora aqui, eu vim participar né? Se eu me recusasse de vir participar a senhora ia sair daqui, voltar pra trás do mesmo jeito não é?”* Participação também foi vinculada a conquistas, caso essas não ocorram não há porque continuar participando do processo. *“participar de tudo eu participo, esse programa aí²⁰ do... eu participava direto, direto mesmo, mas depois quando eu não vi futuro, aí a gente desacostuma (...)”*.

No processo de obtenção de conquistas para a comunidade, foi pedido que os atores sociais atribuíssem, em caso positivo, o valor dessas para a luta individual ou coletiva. Ambos os segmentos atribuíram à luta coletiva as diversas conquistas já obtidas para as comunidades. Na opinião destes, sejam elas poucas ou muitas, o quadro melhorou, pois foi esta luta que proporcionou maior poder de negociação: *“(...) porque a coletiva faz com que a autoridade veja com melhores olhos, individual fica mais difícil chegar às autoridades, e coletiva facilita mais o diálogo”* (desistente).

Apenas 03 representantes declararam não ter obtido conquistas nesse período para as comunidades representadas. Um destes pelo fato das documentações não estarem em dia, o outro porque a associação foi desativada. O terceiro justificou que a comunidade como um todo enxerga a figura do presidente como o “dono da associação” e atribuem somente a ele, o papel de articulador.

²⁰ Ao ser interrogado sobre qual programa o entrevistado estava se referindo, o mesmo citou outros que já estiveram presentes no município e o FDLIS.

5.2 - CONSOLIDAÇÃO E REPRODUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

A partir do exposto, as organizações sociais desse estudo surgiram a partir da iniciativa da comunidade, movidas pelo desejo de obter conquistas, sendo percebido que estas só seriam possíveis a partir da luta coletiva pela qual se poderia ter acesso a financiamentos, bem como maior poder de negociação. O grau de comprometimento dos representantes para com o desenvolvimento local foi evidenciado à medida que os mesmos buscaram caminhos, tomaram decisões que proporcionassem mudanças para o coletivo.

Esse contexto enquadra-se no conceito de organização social proposto por Pinto, citado por Souza (2000, p.93) quando expõe que este vai muito além de ser uma estrutura formal, “mas como articulação consciente, permanente, dinâmica, dos grupos de uma população, ao redor de interesses comuns, objetivos reais, mas percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos”.

Completando esse pensamento Souza (2000) cita Celats, pontuando que são os interesses sociais que fazem às organizações surgirem, e esse processo já vem imbuído de análise, reflexão e planejamento, todas estas são condições necessárias para atingir os fins perseguidos, ou seja, a satisfação de suas necessidades.

Fazendo menção ao trabalho de Vale (1999), ao utilizar o termo “valorização cultural” para referir-se ao “valor positivo ou negativo atribuído pela comunidade às suas características enquanto coletividade”, pode-se aferir que a auto-imagem que os atores sociais possuem da organização social em que atuam é positiva, de confiança mútua num futuro melhor.

Se esse sentimento de auto-confiança alcança as comunidades, ele permite às mesmas condições para buscarem e intervirem no processo de desenvolvimento em um contexto em que os atores sociais se sentem capazes de contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade.

Contudo, existem ingerências capazes de originar, mas não sustentar uma organização. Essa situação foi levantada no início da pesquisa exploratória. Na perspectiva de encontrar uma das organizações sociais listadas no cadastro fornecido pelo SEBRAE, após interrogar alguns moradores da localidade a respeito da associação de moradores, os mesmos associaram sua existência ao período em que o município sofreu intervenção, maio a outubro de 2001.

Os moradores prosseguiram em suas explicações salientando que o acesso a recursos financeiros só seria possível através das organizações sociais, daí sua fundação: *“Só existia associação no tempo que corria dinheiro, no tempo dos 40 mil (...) no tempo do interventor, depois que disseram que acabou o dinheiro, acabou a associação”* (morador da localidade cuja associação estava desativada).

As experiências relatadas contextualizam o grau já existente de participação, seja ela, cidadã, política, social ou comunitária. Souza (2000) afirma ser um erro crer que a participação opera no vazio, sendo necessária capacitação para torná-la concreta, quando de fato o processo participativo pode diferenciar-se em grau e estágio que se encontra, mas nunca ausente.

Portanto, este deve ser o ponto de partida para qualquer “investimento” em capacitação que tenciona promover a participação, considerar a potencialidade e criatividade já existente. Esta foi a realidade já existente por ocasião da chegada dos implementadores da metodologia DLIS/SEBRAE.

5.3. - GRAU DE SATISFAÇÃO DAS LIDERANÇAS COM O DLIS

5.3.1 Mobilização - seleção - envolvimento

Diversos meios foram utilizados para mobilizar os representantes das organizações: convites por escrito emitidos pelos agentes responsáveis pela metodologia no município; contato via COMDEM (Conselho de Desenvolvimento Municipal de Canindé do São Francisco), cujo representante foi convidado a integrar-se no processo de divulgar o encontro entre as associações; divulgação através da rádio

local, Xingó FM, situada na sede do município; e visita dos agentes do DLIS a algumas localidades fora da sede.

Do universo entrevistado, apenas dois integrantes do segmento participante informaram não terem sido convocados, uma vez que os mesmos tomaram ciência do Fórum observando a movimentação na sede no dia do primeiro encontro. Apenas um integrante do segmento não participante declarou não ter sido convocado a participar do processo.

Após a mobilização e sensibilização, o próximo passo foi a escolha dos representantes que acompanhariam as próximas etapas do Fórum. O critério utilizado foi em assembléia eleger os representantes das entidades presentes no clube Altemar Dutra, localizado na sede, conforme depoimento: *“era pra escolher os representantes, eleger o que tivesse ali, uma entidade com mais de uma pessoa, fazia uma eleição, era uma pessoa por cada entidade”*. Em outro depoimento, foi relatado que durante as visitas às comunidades feitas pelos agentes do DLIS, estas já foram orientadas a realizarem a eleição do seu representante.

As razões que levaram os segmentos participantes e desistentes a se envolverem no DLIS giraram em torno da necessidade de representar as organizações; por se tratar do desenvolvimento do município; pela proposta de aprendizagem e conhecimento e, ainda pela expectativa de sair algum recurso para a comunidade.

Embora nem todos da categoria participante conseguissem nomear as etapas que participaram no FDLIS, quando citadas, os mesmos assentiam ter participado de todas elas, apenas 02 participantes informaram ter participado na medida do possível.

5.3.2 - O significado do DLIS

O segmento participante explicou o significado do DLIS a partir da sigla. O termo “desenvolvimento” foi estendido à esfera coletiva e pessoal, e ao conhecimento adquirido: *“o próprio nome diz: desenvolvimento local e sustentável, em prol do desenvolvimento da nossa região (...) as lideranças comunitárias, representantes,*

empresários, e micro empresários reunirem-se e verem as reais necessidades das lideranças locais, para trabalhar o desenvolvimento sustentável”.

Outros depoimentos a esse respeito: *“O FDLIS seria mais uma luz que estava iluminando pra nós no fundo do poço aonde a gente podia chegar capacitando nós e o companheiro pra que a gente pudesse levar esse conhecimento até a nossa base. Todos nós que fizemos parte do FDLIS quando nós saímos daqui nós saímos em mão com a forma de como fazer um projeto”;*

“O DLIS pra mim é muitas coisa hoje né? Antes disso eu não tinha essa visão do que era o desenvolvimento, a verdade é essa, e com o DLIS ele abriu-se o horizonte, a gente começa a enxergar o futuro, mas lá na frente o que a gente deve fazer no presente pra ter um futuro melhor”.

Significou auto-estima: *“Para mim foi tudo. Porque foi onde eu desenvolvi mais, porque conforme dizem somos “amocados”. Aí levou ao meu desenvolvimento por igualdade de conhecer, e saber onde estava meus direitos e meus deveres como pessoa né? Para mim o DLIS foi tudo, foi uma das histórias boas da minha vida”.*

Mostrou que todos são responsáveis no processo de desenvolvimento: *“cada um tem que dar de si uma contrapartida, é lógico que cada um tem seu limite, eu tenho meu limite, só posso atingir até ali, é o que eu posso dar de mim, tem o governo local, tem que fazer a parte dele, o governo estadual a dele, e o governo Federal a dele, mas eu acho que foi um ponto fundamental do DLIS, mostrar que as pessoas podem dar sua contra partida”.*

A passologia “sensibilização” é o momento em que é apresentada a proposta e fundamentos que norteiam a metodologia. A referência à formação e acesso a conhecimentos é resultado da participação de alguns atores sociais no quinto passo da metodologia, voltada para a capacitação.

Ao serem interrogados sobre o significado do DLIS, os desistentes ressaltaram a ausência de resultados concretos, bem como teceram algumas críticas sobre a

passologia implementada no município e a falta de informação sobre a evolução do processo: *“Iam fundar um fórum de desenvolvimento aqui em Canindé onde tinha cinco, ou seis pessoas que iam acompanhar esse fórum, e a gente como presidente da associação, qualquer coisa que precisasse podia procurar. Que ia trazer desenvolvimento, mas até agora, parado! Eu nem sei como é que está, como ficou”*.

A falta de preparo dos representantes para participar: *“a metodologia aplicada para mim ela não surtiu os efeitos que deveriam surgir, porque essa questão de conhecer a população através de seus representantes, pessoas com pequena capacidade de discernimento, de ver o que é bom, o que é útil, sabem das suas necessidades, mas não sabem descrever sua necessidade, e a metodologia utilizada foi de ouvir os diretores das comunidades. (...) ele chegava lá não sabia nem dizer, era preciso que as pessoas os induzissem a dizer que aquilo era realmente importante”*.

Registros da passologia do DLIS em Canindé do São Francisco/SE -2001



Foto 5.1-Mobilização: abril/maio 2001



Foto 5.2-Sensibilização: abril/maio 2001



Foto 5.3 - Sensibilização

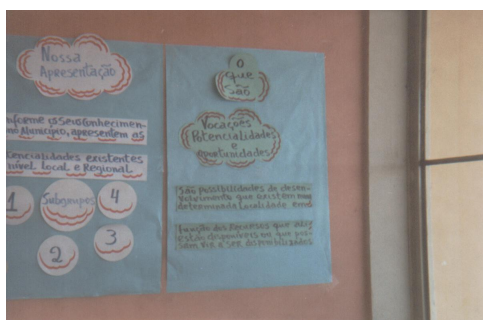


Foto 5.4 - Diagnóstico Participativo jul/agosto 2001
Fonte: Alzenir, 2001²¹



Foto 5.5 - Sensibilização na Câmara Municipal

²¹ Agente responsável pela aplicação da metodologia em Canindé do São Francisco

5.3.3 - A importância do DLIS para o município – das expectativas ao desalento

Os pontos considerados importantes para o município pelos participantes foram: a capacitação das pessoas com objetivo de mantê-las informadas e prepará-las para o desenvolvimento: *“o DLIS é o desenvolvimento, no meu alcance é o desenvolvimento para capacitar o povo, para aprender, o que não existia antigamente, agora está existindo mais participação, é o SEBRAE”*.

Proporcionou o encontro das organizações sociais e o debate sobre seus problemas e a busca do desenvolvimento coletivo: *“O DLIS mostrou que não é só você crescer, o que adianta você sozinho crescer, se seu vizinho está passando mal, não passa bem, o outro vizinho lá na frente também não tem a mesma expectativa de você, então fazer isso coletivamente, você não pensar só em você, pensar no seu vizinho tem a sua importância que eu vejo o DLIS, por causa assim, principalmente por causa do desenvolvimento igual que pregam cada um fazendo a sua parte, um ajudando o outro”*.

“Achei interessante a forma como eles começaram o trabalho, reunir as associações, envolver a comunidade para fazer um trabalho, ver o que estava faltando fazer, para levar as prioridades para o prefeito, foi a primeira vez que eu vi o envolvimento com a comunidade”;

O DLIS possibilitou o encontro das organizações sociais ainda que imbuídas de pensamentos diferentes, para buscar o desenvolvimento do município: *“No final o Fórum foi essa congregação de entidades de pensamentos diferentes no sentido de estar trabalhando a questão do desenvolvimento do município, também não visando competir com o poder do executivo, o poder está dentro do município e também dentro da própria sociedade, a sociedade é maior, bem maior, então aprendi a saber o que é o líder, é trabalhar tudo isso, é trabalhar o desenvolvimento sustentável”*.

Outro depoimento que destaca a participação da comunidade: *“De grande importância, o que nós achamos muito interessante é que antes mandavam engenheiro, técnicos, fazer investimento que não tinha nada a ver com a realidade local, hoje não, é*

a comunidade que vai participar junto com os administradores e pedir o que está realmente precisando”.

O diagnóstico da localidade: *“O DLIS é onde a gente elege a demanda do município, tipo um arquivo porque até aqui a gente não teve nenhuma ação desenvolvida, mas pelo menos a gente mostrou a necessidade do município e da zona rural, ao menos existiu um planejamento das necessidades”.*

O tempo decorrido entre a implementação da metodologia e o período da entrevista garantiu aos segmentos participante e desistente fazerem a ponte entre o dito (planejado) e o vivido (presente). Para o segmento desistente esta foi uma oportunidade de tirar do oculto os motivos do afastamento do processo. A seguir as considerações do segmento participante.

A falta de continuidade após o FDLIS: *“No começo nós achamos muita coisa importante. Através disso a gente ia ter muito conhecimento de coisa que a gente não sabia, não tinha conhecimento, ia ter prática, conhecimento, e depois parou, ia ter muita coisa que ia mexer com o município, ia saber mais das coisas, e parou que eu não sei em que parou, como está e porque está parado. Ninguém mais divulgou nada a respeito desse Fórum”. Outro depoimento a este respeito: “Eu participei até aqui, de lá pra cá não teve mais etapa, então foi uma modificação que fez apagar a luz de uma vez, ficou aquela luz lá no fim do poço, não teve coordenador, inclusive eu vou voltar às reuniões”.*

O esvaziamento do Fórum: *“Veja bem, o DLIS tem grande importância para o município se trata de um fórum, embora essa importância, no meu ponto de vista, não tenha sido tão reconhecida até mesmo pela sociedade né? Pela sociedade, pelas pessoas que faziam parte do fórum, porque o fórum ele foi esvaziando aos poucos, hoje ele ainda existe, mas a frequência é pequena ainda”.*

A desarticulação municipal: *“É importante se caso não tivesse desarticulado, no lado municipal”; “O FDLIS é muito importante e queremos que ele continue em Canindé do São Francisco, não se acabe, ele deu uma apagada um pouco, (...) nós*

tinha uma turma muito bem preparada (...) tava participando com nós (...) mas quando eles viu a falta de boa vontade dos governantes do município todo mundo praticamente desinteressou. Então por causa disso que o FDLIS deu uma parada, ele não acabou, mas deu uma parada até ver se tem alguma mudança."

Dando continuidade a respeito da importância da metodologia para o município o segmento desistente também apontou pontos positivos e negativos:

Possibilitaria a participação e orientação na busca de benefícios: *"Olha, eu acho que o DLIS é importante para Canindé, não só pra Canindé como para todo município sertanejo, porque o pessoal precisa participar mais, o pessoal precisa de mais participação".*

Deu certo em outros lugares: *"O trabalho que o SEBRAE faz é belíssimo, que dá certo em outros lugares, em Piranhas o DLIS²² tem um trabalho muito bom. O que eles fazem lá através do DLIS é belíssimo. Aí a gente chega aqui, chegam com esse discurso com esse blá-blá-blá todo e na hora "H", a coisa vai pro brejo".*

As reuniões se davam somente na sede do município: *"A importância do DLIS para Canindé, ficou para fazer reunião com toda comunidade, só faziam reunião no centro, para o interior não ia. Era importante encaminhar tudo junto".*

Faltou conhecimento da realidade local: *"O DLIS fez levantamento superficial sem conhecer as realidades, às vezes até induzindo que aquilo era necessário no lugar sem conhecer o lugar, então não poderia dar certo, eu acho que o DLIS tem que começar do zero (...) na minha ótica o DLIS teria sido um organismo capaz de trazer efetivamente o desenvolvimento regional com sustentabilidade (...) então o DLIS para mim eu considero um fracasso não estou vendo resultado, nem está encaminhando nada, está parado, como não poderia ser diferente".*

Proporcionou conhecimento/a expectativa da continuidade: *"foi importante o trabalho que o SEBRAE fez aqui, porque pegou muita gente, educou muita gente que*

²² Cidade que faz limite com o município de Canindé do São Francisco, localizada no estado de Alagoas.

não tinha conhecimento de coisas sociais, e de qualquer maneira foi uma bela duma lição, foi pena que depois houve alguma coisa que parece que esfriou né? (...) espero que apareça alguém que acenda essa vela novamente pra gente poder ter mais uma claridade do que o município precisa”.

Já caiu no esquecimento: *“eu acho que foi de grande importância, é porque de lá pra cá foi esquecido né? O pessoal para, porque quando o negócio continua e o pessoal vem abrir os olhos, abre o caminho pra ele enxergar, aí quer participar, agora quando acontece e depois encerra. Oh! Isso foi em 2001 não foi? Eu acho que só vocês que estavam lembrado”.*

5.4 - PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

5.4.1 - Segmento participante

O processo participativo no FDLIS foi avaliado pelos participantes como “satisfatório”, a partir desse ponto o segmento subdividiu-se em dois grupos: os que ficaram satisfeitos e não discordaram de nada: *“Fiquei muito satisfeito. Mas eu sempre concordei, nunca discordei de nada, sempre concordei”*; outro depoimento nessa direção: *“Eu concordei com tudo porque o grupo eram pessoas boas, que sabiam o que queriam porque aquelas pessoas desinteressadas nem lá ficaram né?”* (menção aos desistentes).

O segundo foi o grupo que embora concordasse com tudo que foi proposto, acredita que poderia ter sido melhor, caso algumas das ações tivessem sido concretizadas. *“Eu só não fiquei mais satisfeito infelizmente porque queria que esses objetivos fossem colocados em prática, mas infelizmente muito pouco nós fizemos em relação ao que entregamos, já entregamos bem resumido, realmente já era pra ter sido desenvolvido”* (menção a Agenda Local).

Durante o Fórum uma minoria expressou alguma opinião, tendo sido esta acatada ou não. *“Veja bem, tinham muita coisa com a qual a gente não podia se deparar, se esbarrar, até do ponto de vista do grupo, do ponto de vista das parcerias e*

administradores, e outras coisas mais. Por exemplo, eu queria muito iniciar alguma coisa no implante de criação de peixes, uma coisa que em pouco tempo dava retorno. Eu queria, levantava a mão naquelas reuniões grandes e pedia a voz, mesmo que nada, ninguém ouvia. Ficava descartado... eu coloquei a questão do artesanato, a mulher do Banco do Nordeste ficou entusiasmada e até repetiu 'vamos acolher a idéia do Sr. (...), é brilhante, fantástica. Para eles era arrasante'.

Alguns participantes explicaram que num processo coletivo nem sempre as opiniões são acatadas bem como todos podem ficar satisfeitos: *"Eu consegui. Eu consegui colocar minha opinião, mais nunca fica como a gente gostaria porque são opiniões diversas, numa assembléia, mesmo que muitas vezes se discute, nunca é... até porque a gente tem que trabalhar com muito respeito".*

"A gente sempre debate antes de se colocar no papel, discordar é natural, às vezes tem uma opinião, aí outro tem outra isso é normal em todo processo, se não não é democracia, se eu colocar só o que eu queria não adiantava os outros colegas estarem lá, da mesma coisa se fosse para eles colocarem só o que eles queriam lá, então não há um consenso entre as partes".

A diferença existente entre traçar planos e concretizar ações: *"(...) fiquei e não fique satisfeito, eu tenho muito mais pra dar, a verdade é essa, eu fiquei satisfeito por um lado porque a gente batalhou até onde pôde, isso foi satisfatório dentro das nossas limitações, até onde podia ir e fiquei satisfeito porque a Agenda que a gente fez tem muita coisa a se realizar. Infelizmente o que falta não é o que faltou a gente correr atrás, do apoio ou esforço nosso né? Mas deixou um pouco a desejar porque não é tão assim como agente pensa, colocar no papel é fácil, difícil é você tirar do papel, então isso me deixou a desejar".*

5.4.2 - Segmento desistente

Ao segmento desistente também foi proporcionada uma auto-avaliação, considerando os momentos vivenciados. Dos 10 desistentes, 01 participou do diagnóstico, 02 chegaram a participar em parte do PDLIS e os demais oscilaram entre

02 ou 03 reuniões. Em que pese este espaço ter sido interpretado uma vez mais para que este segmento delineasse os motivos que o levaram a interromper o processo, a minoria mencionou o fato de ter tido suas opiniões ouvidas, no entanto, assim como as demais, não foram colocadas em prática.

5.4.3 - Segmento não-participante

Esse segmento foi composto por 02 atores sociais entrevistados, representando uma associação e um sindicato.

Em se tratando da associação o motivo alegado foi o fato da mesma não estar na ocasião do Fórum com a documentação em dia, conforme depoimento: *“eu entreguei a associação pro presidente atual, tava tudo em dia, aí ele deixou atrasar tudo (...), quer dizer quando o pessoal procurava a associação, não tava no mapa, tá entendendo?”* O entrevistado informou ainda que foi formada uma nova associação na localidade e que o mesmo é o atual presidente.

Em relação ao Sindicato Rural dos Trabalhadores, nas poucas listas de frequência encontradas no SEBRAE Regional, foi identificada a assinatura de um representante deste sindicato, no entanto, em visita à sede, os associados presentes e a secretária não o reconheceram como associado, nem souberam indicar sua residência. Em outra oportunidade, a presidente do sindicato informou não ter participado do Fórum por não ter tomado ciência do processo.

Foi enviado para a responsável pela implementação da metodologia no município um questionário com algumas perguntas sobre o processo, foi pedido esclarecimento se o fato das organizações sociais não estarem em dia com a documentação foi um fator impeditivo de participação. O referido questionário não foi devolvido.

O interesse em localizar os não participantes teve em vista levantar os motivos da não participação destes no FDLIS. Conforme explicação no capítulo metodologia, essa ação proporcionou mensurar e localizar os desistentes. De certo que o número de

organizações sociais não participantes, incluindo as que não foram localizadas, é inferior ao número que estiveram presentes no início do Fórum.

5.5 - EVOLUÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO NAS ORGANIZAÇÕES APÓS O FDLIS

Os depoimentos seguintes traduzem a visão do segmento participante a respeito dos efeitos no processo participativo das organizações sociais após os representantes terem participado do FDLIS.

Mudou no sentido da organização ter mais acesso a conhecimentos e experiências, refletindo na forma de organizar, sendo necessário a continuidade do processo: *“Da formação política até que mudou bastante as pessoas que começaram com a gente na época estavam se afastando porque estavam desacreditadas e deixando de participar. Porque é aquela coisa, não é porque eles não têm cultura, instrução, mas tem uma sabedoria, então está sempre mudando, não é bom, é bom que venha mais gente, está no meio das pessoas que começaram pra dar força aquilo ali”*.

“Mudou porque eu aprendi mais a explicar ao povo, como é que se vive, porque o povo do interior, não tem a mentalidade, porque só na roça trabalhando, aí se não tiver uma pessoa que leve a verdade eles fica só naquilo, naquela coisa do tempo antigo”.

Não houve mudança significativa pelo fato desse tipo de participação já vir acontecendo: (...) *Esta evolução, antes do Fórum, nós já participávamos da sociedade com conselho (...) então nós temos esse dinamismo, antes do FDLIS a gente já fazia isso”*.

Não houve grande avanço uma vez que as ações não foram realizadas: *“Contribuiu na forma de organização, agora pra melhorar era obrigado que tivesse sido executado alguns dos projetos que foi planejado, e até agora não foi executado nenhum dos projetos, eu não sei se foi por falta de incentivo, ou apoio, ou se*

foi falta de verbas, eu só sei que deu uma parada e por causa disso você não pode dizer que houve um grande avanço”.

E por fim um participante colocou que o processo teria sido melhor se tivesse envolvido os demais associados: *“Mudou um pouco entendeu? Porque é o seguinte, se eles tivessem também tido a oportunidade de participar desse seminário, desse curso, teria sido até mais é incentivador para eles né? No caso, agora como é uma coisa que a gente ta repassando, aí já se torna mais difícil desacreditada, porque é aquela coisa: ‘Ah! Não sei o quê’, porque foi uma coisa que eu ouvi falar não presencie”.*

Os demais depoimentos envolveram as organizações em que não foram percebidas mudanças, pois as mesmas encontravam-se nas seguintes condições: uma associação foi qualificada pelo entrevistado como “estagnada” e a outra por ter sido desativada. Um terceiro caso deveu-se ao fato do representante após o FDLIS, ter mudado para uma nova associação, recém fundada.

Conforme os depoimentos, a mudança foi interpretada e explicada a partir do individual, foi associada ainda, à falta de ações concretas, nesse sentido não acrescentando mudanças às organizações. Outro ponto foi o fato de não ter se constituído novidade tendo em vista a participação em outros processos participativos. Face o exposto, o próximo passo foi abordar a respeito do repasse dos conhecimentos adquiridos nos cursos de capacitação e vivência no Fórum.

Quanto ao efeito multiplicador, a maioria dos atores sociais declarou ter repassado o que foi vivenciado no FDLIS para os demais associados, acrescentando ainda ser este o procedimento padrão toda vez que o representante participa de reuniões representando a organização. As informações teriam sido repassadas durante as reuniões com a comunidade. Contudo, os mesmos declararam que o processo e as informações deveriam ter sido repassado pelos próprios agentes do DLIS.

Essa parte da análise revelou alguns aspectos antagônicos referendados pelos representantes das organizações sociais. Ao tempo em que foi atribuído importância ao

processo de capacitação para o fortalecimento da comunidade, a deficiente formação escolar dos associados foi apontada como um entrave para a organização.

Já outros atores sociais identificaram essa característica em seus associados, mas ressaltaram a importância do “saber popular”. Essa questão chamou atenção na medida em que este contexto foi associado aos momentos vivenciados no Fórum, ou seja, após os cursos de capacitação, pois no início da entrevista, a condição educacional não foi apontada como entrave para a comunidade trabalhar junta na obtenção dos benefícios.

Esse embate pode ter dado início a um processo de substituição, ao invés de troca de aprendizado e respeito à diversidade: “(...) a base da nossa associação, dos associados, são pessoas semi-analfabetas, agora é que a gente está tentando mudar porque entrou agora um grupo de jovens dentro das associações e está administrando essa situação, eles estão trazendo pessoas com a cabeça melhor de pensar, pessoas que sabem ler e escrever bem”.

Encontrar nas comunidades pequena ou grande parte da população com baixa formação educacional ou mesmo iletrada, é uma realidade já esperada por muitos programas de capacitação. No entanto, este não deve ser um fator limitante para a efetiva participação, pois é possível recorrer a diversas estratégias de adaptação pedagógica dos conteúdos trabalhados e apresentados, e estabelecer um canal de comunicação pelo qual todos possam entender o que está sendo posto, bem como se posicionar, estabelecendo assim os canais necessários para uma participação consciente, em que o ator se sinta sujeito capaz de contribuir e decidir, ou seja, exercer uma participação cidadã.

O segundo aspecto está relacionado ao significado atribuído à participação no início da entrevista, e à auto-avaliação dos atores sociais no FDLIS. A partir de então participação foi encarada pela maioria como “concordar com tudo que é proposto”, embora tenham sido apresentadas justificativas pontuando os aspectos que fazem parte de um processo participativo e das características dos proponentes.

Esta imagem que os representantes possuem dos agentes externos foi apontada por Oliveira (1993, p. 89) como uma supervalorização que passa a considerar o agente como o “detentor exclusivo do saber”, via de regra o próprio agente se percebe assim, decorrendo daí eventuais posturas de dominação. Ou, como foi o caso dos atores sociais, a concordância com tudo que era proposto não deixa de ser submissão.

A relação inversa ocorre em situações em que há convergência dos saberes, ou seja, quando o saber local é valorizado, ocupa o mesmo papel de importância. Trata-se de respeito a alteridade, reconhecimento mútuo e orientado para a complementaridade desses saberes e das práticas a eles correspondentes, nesse sentido os atores se sentiriam mais a vontade para intervir no processo.

5.6 - IDENTIFICANDO AS AUSÊNCIAS - A VISÃO SOBRE O GOVERNO LOCAL

Em se tratando do segmento participante, a ausência mais destacada foi a do governo local através da figura do prefeito e legislativo municipal: *“A primeira ausência que nós sentiu, porque no fórum pedia que tivesse participando a câmara de vereador, e na pessoa do prefeito ou da prefeita tivesse alguém representando que era pra dar andamento no projeto, esses dois órgãos a câmara de vereador e a prefeitura nenhum dos dois participou com nós, que era o fator fundamental, vamos dizer 10%, aí nós não tinha esses 10%, aí tivemos que parar”*.

Na avaliação dos entrevistados o governo local era essencial para desencadear as atividades propostas: *“faltou à participação dos políticos, entendeu? Foi uma coisa assim que teve aquela carência... Seria importante os políticos estarem presentes porque é da política que gera toda a estrutura para os municípios, cada associação. Quer dizer, a peça chave não se estava presente, que no caso era os políticos, entendeu?”*

O governo local foi considerado o principal entrave para a realização do PDLIS e da Agenda: *“a gente coloca os nossos anseios em uma agenda, um projeto é uma coisa,*

agora quando bate na mesa, na cabeça dos administradores é totalmente diferente, é aí onde eles colocam, vem com desculpas que a gente vem com oposição e etc.”.

A ausência também foi interpretada como uma forma do governo local não dividir seu poder, uma vez que: *“aquelas ações do FDLIS teria um ganho político e esse ganho político era para o FDLIS, não seria distribuído aquilo para eles, autoridades constituídas”.*

Uma vez que os documentos elaborados traduzem as aspirações da comunidade, caberia ao governo local executá-las, propiciando assim o desenvolvimento do município e da comunidade: *“se todos os administradores locais, logo que tomassem posse pegassem uma agenda local dessa que já está prontinha e desenvolvesse essas ações, porque essa agenda aqui diz justamente o que a comunidade espera (...) você pode ter certeza que o município ia evoluir”.* A relação inversa acontece: *“quando a comunidade vai, que tem a força e o poder, que é o político que não abre porta, não abre brecha e limitando, não quer que a comunidade desenvolva”.*

A ausência mais destacada também foi responsabilizada pelos atores como a responsável pela não execução das ações propostas nos documentos elaborados no Fórum. Foi feito ainda, referência durante as entrevistas a respeito do fato do DLIS ter cumprido a sua parte, sensibilizando e capacitando a todos e até desenvolvendo outras atividades no município, a exemplo de um outro projeto (o PJ, especificado mais adiante), que na avaliação de alguns atores sociais, foi bem melhor que o FDLIS. A minoria mencionou a ausência das demais organizações sociais do município.

Foi pertinente a referência sobre o êxito do DLIS em outras localidades. Segundo a percepção dos entrevistados, este foi possibilitado devido ao entendimento maior entre sociedade civil e governo local. Situação inexistente no município de Canindé: *“se tem o governo problemático, aí tem duas forças, tem a sociedade, que no meu haver sempre tem que ser a força maior, é a sociedade que pare o poder público, o poder público é cria da sociedade, não pode ser maior que a sociedade, nesse confronto é que as pessoas não entendem. A sociedade, o papel dela é cobrar. Foi aí que a gente percebeu que o poder público se ausentou (...)”.*

Tendo como base a metodologia do SEBRAE, o primeiro passo do DLIS qual seja, mobilização e sensibilização foi cumprido no município de Canindé do São Francisco. Os meios utilizados para mobilização foram considerados satisfatórios, as organizações sociais do município, das mais próximas as mais longínquas, estiveram presentes, situação que não foi mantida no decorrer do processo. Ou seja, houve mobilização, mas não houve simetria de interesses, o que ocasionou o número expressivo de dez desistentes.

Foi destacada por alguns participantes a participação do governo local no início do processo sendo que esta referência pode ter sido feita em relação aos representantes do Conselho de Meio Ambiente e ou, aos funcionários das Secretarias do município. Geralmente não há uma distinção por parte dos munícipes quando representante das organizações sociais também ocupam cargos públicos, pois estes são sempre associados a representantes do governo local, daí a menção: *“Eu preferia que a prefeitura e a câmara de vereador tivesse participado mais. Não se via um vereador, às vezes tinha representante da prefeita lá mais ela mesma não ia, a gente ia pedir alguma coisa a um representante? Não, porque não ia sair mesmo, ia só representar mesmo”*.

Baseado no depoimento da agente responsável pela aplicação da metodologia DLIS no município e dos registros fotográficos mostrados o governo local, representado pelos legisladores municipais participou de um momento de “sensibilização” específico, realizado na Câmara Municipal, quando então foi apresentada a proposta da metodologia. No entanto, dada à ausência de registros, não foi possível precisar o número de vereadores presentes, bem como se o contato destes com a metodologia foi limitada a esse momento.

A ausência do governo local, bem como a crença exacerbada na figura deste para executar os projetos, é um dos impactos já identificados em metodologias participativas que tem como escala local o município. Para Ficher (2003, p.27) o DLIS enquanto processo que articula “múltiplos níveis de poder individual e social (...) não pode conceber a gestão enquanto uma função exercida apenas por um gestor, mas por um coletivo que pode atuar em grau maior ou menor de simetria/assimetria e delegação, o

que traz uma carga potencial de conflito de interesses entre atores envolvidos e entre escalas de poder”.

Abramovay (2002, p. 120) classifica o poder político do município como limitado e insuficiente para criar a dinâmica de valorização dos potenciais de um dado território. Associado a essa questão: “em muitas situações, a colaboração intermunicipal direta, entre organizações de base (...) pode representar um importante contrapeso ao poder clientelista de lideranças municipais encasteladas nos poderes de uma prefeitura”.

Concordando com essa assertiva Campanhola & Silva (2000) enfatizam que o clima social para que essas interações ocorram “nem sempre pode ser criado pelo poder local, já com vícios e tendências do passado, com vieses ideológicos e muitas vezes “clientelistas” dos grupos mais organizados”.

O não engajamento do governo local decerto enfraqueceu o processo de articulação entre sociedade civil e demais instituições, prováveis parceiras, presentes no Fórum. Não obstante, essa ausência foi detectada no início do Fórum e não foi fator considerado limitante para a continuidade das etapas da metodologia pelos agentes promotores do DLIS.

Se de um lado foram ressaltados pelos atores sociais os pontos a serem considerados em processos participativos, de outro, faltou uma análise mais crítica, de conjuntura, que permitisse abordar os fatores que influenciam o êxito ou fracasso de planejamentos participativos voltados para o desenvolvimento local que envolvem diferentes atores. Essa realidade detectada no município levanta algumas questões a respeito do processo de capacitação para participação.

Geralmente, as instituições responsáveis por esses processos já chegam ao local de atuação com planejamento definido, em que pese à comunidade legitimar um ou outro curso presente, eles já são oferecidos “prontos” sem modificações. Face o exposto, a reflexão envereda pela necessidade desse processo ser menos técnico e criar espaços em acordo com a singularidade de cada local. Em convergência com os saberes

locais os objetivos e contrapartida de cada parceria devem ser claros, bem como sua limitação.

Não basta repassar informações para ter acesso a recursos. As informações precisam ser transformadas em conhecimentos o que consiste num processo de reflexão e inter-relações. A contrapartida local é importante, mas não suficiente para operacionalizar os projetos, considerando ser esta a razão do processo implementado no município.

Nesse sentido, a contrapartida das parcerias, traduzidas em recursos financeiros são essenciais. Qualquer informação contrária a esse respeito objetiva “isolar a política social do contexto econômico-produtivo, porquanto uma das maneiras mais efetivas de esvaziar qualquer política social é dissociá-la das questões econômicas, como se fossem autônomas ou incompatíveis” Demo (2001, p.8).

Essa atitude permite passar de uma postura ingênua para uma tomada de consciência crítica, que ao contrário de engessar pode desencadear a mobilização para conseguir atingir as metas propostas, saídas de dentro, legitimadas por quem mais tem interesse em vê-las realizadas. Ou seja, os atores devem se sentir dentro do processo para poder agir. Conhecer as dificuldades, possibilidades e relações de poder que permeiam esse processo, resulta em não creditar toda a responsabilidade a um possível “tutor”.

A participação deve ser um instrumento de aproximação, em que pese a assimetria de poder, este ainda é um exercício em construção, tanto em esfera nacional quanto local. O processo não pode ser interrompido, pois se trata de conquista permeada por ganhos e perdas.

5.7 - INTERROMPENDO A PASSOLOGIA (DESISTENTES) - PORQUE NÃO PARTICIPAR DO FDLIS

Ao longo da entrevista o segmento desistente foi tornando explícito o sentimento de insatisfação com o processo desencadeado no município. Inicialmente apenas dois

desistentes justificaram a saída do Fórum alegando falta de tempo, tendo em vista as outras atividades desenvolvidas. Posteriormente, estes foram acrescentando outros fatores que desencadearam a ruptura.

Considerando o que já foi exposto, este foi de fato o espaço direcionado a entender o motivo da desistência dos dez representantes das organizações sociais que iniciaram o FDLIS. Para fins metodológicos foi destacado o que ainda não havia sido revelado.

Para os desistentes as idéias apresentadas no FDLIS eram de “revolucionar”, “integrar”, cujo mote seria a participação e integração na busca das soluções dos problemas do município. Foi destacada a importante contribuição da ação educativa orientadora do DLIS, no sentido de levar conhecimento às comunidades, a exemplo de como elaborar projetos, esclarecer direitos e deveres das comunidades. No entanto, diversos fatores surgidos durante o fórum, foram considerados impeditivos para esse segmento prosseguir com a participação.

A expectativa em torno dos recursos que não chegaram: *“Aconteceu que veio assim que nem eu falei, (...) e veio a fim de trazer alguns recursos para as associações, aí foi quando não veio recurso nenhum, aí foi que a associação não foi só a minha associação não, foi todas... Esfriou tudo, tudinho”*.

Necessidade de trabalhar para prover o sustento: *“A falta de condições e de amparo, condição financeira porque de qualquer maneira hoje, a gente que vive no campo, ou a gente ta dia a dia no lote ou então, se a gente não tiver uma boa condição, a gente não tem condição de ir até o fim. A falta de condição financeira”*.

Divergência de idéias a respeito do papel do governo local *“o poder público deu um apoio bom, depois ficaram criticando, eu falei: oh! Não critique não, porque infelizmente, tem os gestores? Tem, então vamos procurar mais, aqui houve vínculo político, quem começou a ficar a frente, alguns gestores do Fórum, que começaram digamos a ficar com politicagem, eu até disse na reunião: ‘eu não vou participar mais porque está tendo outra linha, outra visão por isso que eu vou sair’. (...) então eu saí*

por essa razão, porque não estava caminhando com a proposta que veio. O DLIS foi dispersando um, dispersando outro, começaram a perceber que estava tendo outro interesse, o DLIS passou a ter outro interesse. De novo me decepcionei com algumas pessoas que vem como salvador da pátria”.

A superposição de processos participativos no município: “Na época que eu estava participando do DLIS eu estava participando de outros cursos também, pra ir pra um e ir pra outro, ia acontecer de eu não fazer nada no lote né? Aí eu disse: vou afrouxar esse e participar desse”.

5.7.1 - O olhar dos participantes sobre a desistência

Interessou igualmente a este estudo como essa não participação foi interpretada ou repassada para os que seguiram no processo, pois tendo em conta a saída dos “agentes” do município, o passo seguinte seria que as organizações assumissem o processo através da constituição de uma OSCIP, ou seja, concretizando a proposta de gestão participativa.

Nesse contexto, é relevante avaliar como eles passaram a se enxergar e em que medida isso alterou a sinergia local, entendida como um processo cultural em permanente construção entre as organizações locais na busca de soluções e superação dos problemas.

Na visão do segmento participante, o processo de desistência foi desencadeado por diversos fatores: o descrédito, a falta de esperança, uma vez que outros programas anteriores presentes no município não concretizaram as ações propostas, limitando-se a promessas; a ausência do governo local e de seus representantes inviabilizando a execução de qualquer ação; a falta de recursos e estrutura que possibilitasse a participação dos representantes no Fórum, em sua maioria do interior e de difícil acesso a transportes.

Os olhares sobre a questão da desistência não foram antagônicos. Percebe-se até mesmo certo grau de cumplicidade uma vez que não houve acusações e sim

justificativas para a saída dos representantes. Apenas dois participantes citaram o imediatismo ou a participação vinculados a liberação de recursos. Contudo, também salientaram as explicações anteriores.

A postura assumida pelos dois segmentos durante o Fórum remete a seguinte reflexão: até que ponto a desistência, nesse caso, e em contextos similares, pode ser considerada como não participação? Uma vez que “situações em que a população não consegue ter o mesmo grau de reflexão e a apatia, a ausência, a indiferença, o mutismo se apresentam como características maiores, estes elementos, aparentemente de não-participação, podem ser indicadores de participação” Souza (2000, p. 85). Muitas vezes essa é a alternativa encontrada para protestar ou resistir a processos que a população não os vê como construtivos e sim, impostos.

De acordo com os relatos, alguns desistentes em determinados momentos intervieram de forma direta no Fórum. Os momentos divergentes no FDLIS foram gerados a partir dessas manifestações. Posicionamentos diferentes acerca da contrapartida do governo local; desconsideração do diagnóstico anterior do município, realizado em 1997, pelo PRONAF e as comunidades, o qual, segundo depoimento de um representante, não foi considerado por ter sido avaliado como ultrapassado. Não há como desconsiderar que durante o FDLIS houve momentos de conflitos, falta de consensos, e uma das consequências foi a saída dos dez representantes.

A respeito de processos participativos, Spósito (2001) esclarece que o consenso não deve ser visto como o ponto de partida para a interação dos atores, sob pena de obscurecer a diversidade, pois decisões e consenso são construções coletivas que perpassam pela discussão e o conflito. O problema consiste quando os conflitos são ignorados.

Em situações percebidas como relações de dominação, os atores sociais formulam e reformulam formas de resistir. O lado positivo é que esta ausência pode ser justamente o ponto desencadeador para uma participação consciente, conforme ressalta Demo (2001). E o lado negativo, é quando estas “experiências” comprometem a própria articulação das organizações, parte do processo cultural, por isso mesmo dinâmica. A

esse respeito, Souza (2000) adverte para o risco deste processo ser desviado ou simplesmente desarticulado.

Assim sendo, os atores sociais foram contextualizando outras realidades geradoras de conflitos não resolvidos. Uma delas diz respeito a um fator já discutido dentro da categoria participação, mas que também cabe nesse contexto, pois trata-se do que Oliveira (1993) classifica como “relação de poder-saber com o agente externo”, retratado no relato a seguir.

Após o término da entrevista, desligado o gravador e feito os devidos agradecimentos, o ator social entrevistado demonstrou satisfação com a rica colaboração, e narrou um episódio ocorrido em Canindé do São Francisco. Segundo ele, uma moça que veio de São Paulo pediu uma reunião com as associações, mas só a mesma queria falar e quando as associações falavam, ela não queria ouvir, *“era como se ela soubesse tudo e nós não soubesse nada”*, quando foi no turno da tarde, ele e outros representantes das associações não compareceram, *“ficou um pouco de gente com ela, pois tudo que ela estava falando não era novidade”*. (desistente)

A segunda realidade bastante salientada pelos entrevistados foi quanto ao número de reuniões que os mesmos vêm participando. Não só por conta do FDLIS, mas porque ao final, somando esta a outras ações desencadeadas por instituições que se fazem presente no município, as “muitas reuniões” acabam por gerar rebatimentos em diversas esferas.

Abramovay (2003, p. 64)²³ também elegeu este como um fator a ser reconsiderado em processos participativos, pois “ nos municípios rurais em que a base da economia é a agricultura esta situação se agrava em função das distâncias serem maiores e pelo fato de que este excesso de reuniões acaba subtraindo um tempo que para o agricultor significa redução da carga horária em que permanece trabalhando na terra”.

²³ Esta observação refere-se a um dos problemas detectados pelo professor Sérgio Schneider, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul durante o processo de capacitação dos conselheiros de desenvolvimento rural.

No município de estudo, a pesquisa evidenciou que além desta perda relativa, também há casos em que a perda é direta, uma vez que alguns representantes declararam ter pago diária para poderem participar das reuniões: *“Participei de todas as etapas, fiz curso (...) enquanto houver eu participo, eu deixo meus afazeres, minha propriedade, pago uma pessoa, pago 10 reais a diária pra ficar no meu lugar, mas venho participar”*. (participante)

Os transtornos gerados por essa incompatibilidade: *“a pessoa do campo num semi-árido como esse, num período de seca que está arroteando seus animais com palmas, que é um trabalho cotidiano, ter que largar suas atribuições a toque de caixa, sem saber até o que vinha fazer aqui (...)”*. Outro depoimento a esse respeito: *“você chegava nas reuniões, você ficava duas horas, três horas de reunião pra você ouvir picuinha (...) crítica as comunidades, você sabe que aqui é muito longe e as pessoas aqui tem ocupação, claro, você vai pro interior daquele, a maioria dos associados vivem do leitinho que tira do seu gado, marca reunião (...) não tem carro pra vir, o povo vinha duas, três vezes... às vezes a reunião era cancelada”*. (desistente)

Contudo, para os atores sociais, o tempo só é considerado “perdido” quando não ocorrem os resultados esperados: *“aí o pessoal falou: ‘rapaz eu só andando pela associação e não vem nada, é parar e pronto’, eu só ando pela associação porque tenho um empreguinho (...), aí tenho um tempozinho de andar assim, e muitos aí que não tem salário nenhum? Aí, tem muita reunião. Para pedir recursos para associação tem que estar sempre disposto para participar de reunião, porque quando vem recursos e não vai pra associação aí diz que é porque a associação não participa de reunião, aí por isso que a pessoa fica frio, frio de ouvir tanta promessa”*. (desistente)

As participações em cursos não trazem mudanças: *“e outra também, aqui é que vem muita participação de reuniões, curso nós já vem fazendo, se eu lhe mostrar os diplomas que eu tenho aí você vai dizer ‘esse cara parece que... ou fizeram ele de besta, ou ele é doido’. Mas agora, até hoje eu não senti o resultado né? Porque quando está no meio da embalagem aí desaparece.”* (desistente)

Quando o repasse das informações compromete a confiabilidade depositada no representante: *“o que nós reclamou muito é que nós faz essa reunião, sai muita proposta bonita e é engavetado, vai pra lá, e não vem ninguém de lá dar uma satisfação e você passa por mentiroso para associação, ninguém vem explicar para as comunidades. Aí o cabra passa por ruim”*. (desistente)

A carga horária dos cursos: *“nem todos participaram do curso porque tinham atividades que não dava para cobrir aquelas cargas horárias, o de “liderança” mesmo era de manhã e a tarde, tinham cursos que era à noite, então muita gente não tinha tempo disponível”*. (participante)

Foi relatada ainda outra questão que pode ter contribuído para aumentar esse desgaste. O fato de muitos presidentes de associações estarem no segundo mandato, sendo este permitido ou não pelo estatuto. Segundo depoimento, este fato deve-se a resistência por parte dos demais membros da comunidade em assumir a presidência. Caso outro membro seja eleito, o antigo presidente passa a ocupar outro cargo da diretoria, no entanto com as mesmas atribuições de presidente.

Muitos representantes do FDLIS estavam participando simultaneamente de outras discussões: *“por um lado era benéfico, por outro deixava a desejar. Por um lado ele sabia dos problemas que tava acontecendo em tudo, por outro lado ele não tinha tempo de participar tanto, de ser uma pessoa bem ativa porque tinha outras obrigações (...) então ficava o tempo dele só de reunião em reunião e ele só ouvindo conversa fiada (...) e nada de sair do papel”*. (participante)

De fato, no período de trabalho de campo, foi possível comprovar a dinâmica participativa desses atores em outras discussões, sejam na esfera local, como conselhos e sindicatos, reuniões com a Secretaria de Agricultura do Estado ou em esfera nacional, a exemplo da formação do Conselho de Segurança Alimentar/ Fome Zero. Do segmento participante, 06 estavam envolvidos nesses processos, quanto ao segmento desistente, todos os 10 estavam envolvidos em outros processos também adjetivados como participativos.

A questão levantada sobre os transportes foi um fator investigado, uma vez que a distância poderia ter sido um fator limitante para a participação. Mas, segundo os atores sociais, essa relação foi descartada. Os representantes das organizações, cujas localidades mais distavam da sede, a exemplo de Salinas, Caqueiro, Colônia Santa Rita, foram classificados pelos dois segmentos, como os que tiveram “participação ativa”. Durante o trabalho de campo a presença destes representantes foi percebida nas diversas reuniões que ocorreram na sede.

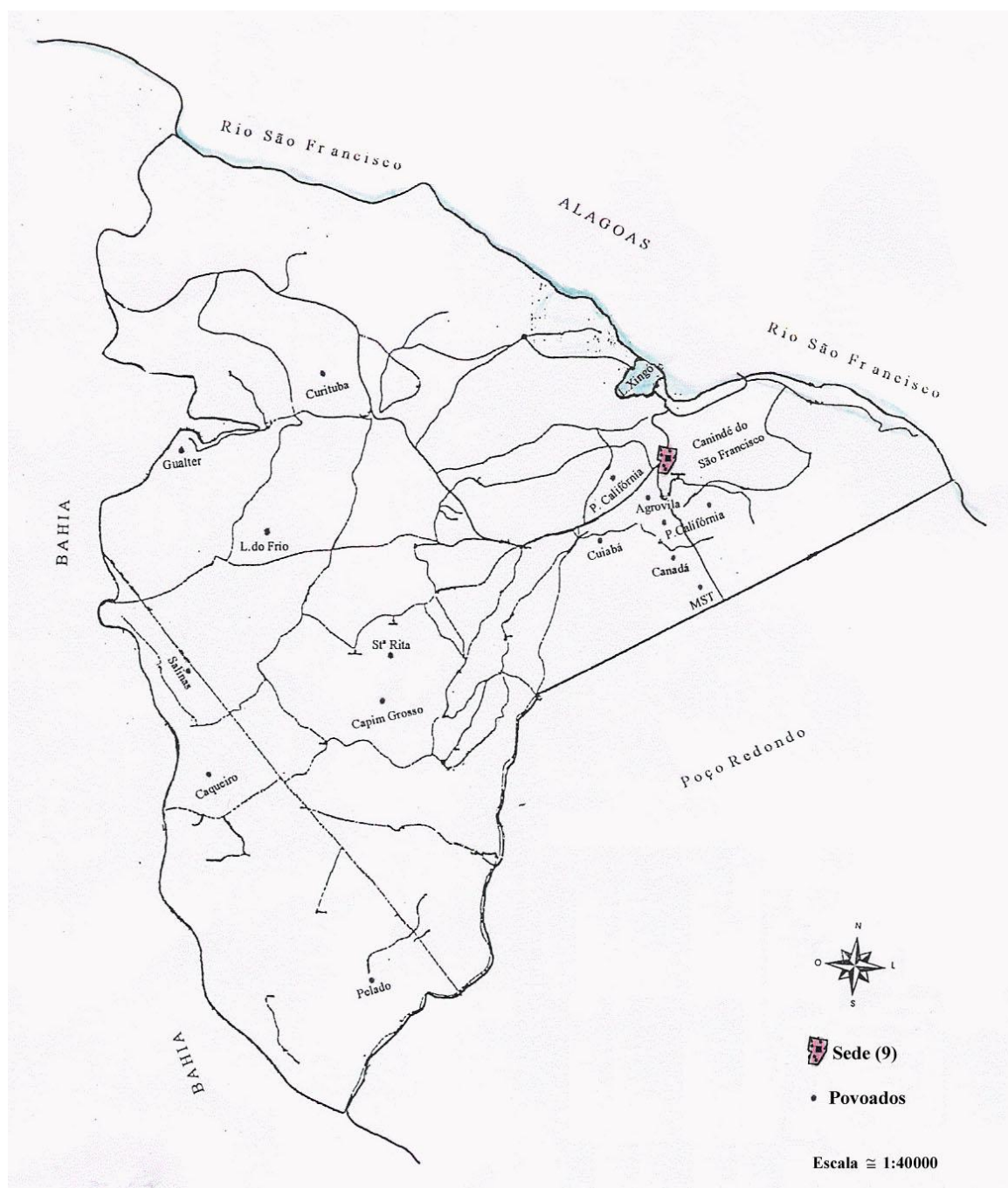
Face o exposto, a leitura do mapa 5.1 aponta não ter sido a distância geográfica²⁴ um entrave para participar do FDLIS. No entanto, pelo fato de não existir um controle de frequência, que permitisse averiguar o grau de assiduidade dos participantes, não pode ser descartado que este fator pode ter contribuído para uma fraca assiduidade de alguns representantes nas etapas do Fórum.

Na sede municipal estão localizadas nove organizações sociais e a residência de seus respectivos representantes, deste total 01 integrou o segmento não participante e 03 integraram o segmento desistente²⁵.

Raffestin (1993, p. 150) ressalta que o fator distância e acessibilidade de um grupo ou indivíduos pode ser apreendido em termos espaciais, temporais, psicológicos ou econômicos. Neste caso a distância pode referir-se a uma interação econômica, sócio e cultural ou política, resultante de jogos de oferta e procura.

²⁴ Diz respeito a distância relativa, ou seja, a posição de um ponto (no caso as localidades) em relação a outro(s), nesse estudo a sede do município.

²⁵ As demais localidades cobertas pela pesquisa ainda não possuem registro cartográfico.



Mapa 5.1 – Canindé do São Francisco-SE – localização das organizações cobertas pela pesquisa.

Fonte: Modificado - mapa de atuação rural do PSF, 2001²⁶

²⁶ Programa de Saúde da Família executado pela Prefeitura Municipal de Canindé do São Francisco.

5.8 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5.8.1 - Percepção de desenvolvimento sustentável após o FDLIS

Para o segmento participante o desenvolvimento sustentável foi percebido como capaz de manter as pessoas em sua localidade; ter acesso as condições propícias para desenvolver as atividades que são próprias da localidade e do conhecimento das pessoas do local; quando toda a coletividade é beneficiada.

Desenvolvimento sustentável foi associado à capacidade de gerar emprego e renda; a continuidade do processo desencadeado no município, sendo esta interpretada como o sentido da sustentabilidade; ao processo de capacitação das pessoas, das organizações, onde seria fundamental o repasse desse conhecimento.

Outros participantes destacaram o sentimento de responsabilidade para com as gerações futuras e o meio ambiente: *“É o desenvolvimento que prioriza o ser humano e desenvolve a sociedade sem agressão ao meio ambiente”; “Não visa uma melhoria imediatista”; “O próprio nome já diz, é um desenvolvimento que trata de alcançar outras gerações, não somente para o presente, mas também para o futuro”*.

Quanto ao segmento desistente, três representantes entrevistados declararam nunca terem ouvido falar no termo desenvolvimento sustentável, bem como não tinham idéia do que se tratava. No entanto, os demais, em concordância com os participantes, também interpretaram desenvolvimento sustentável como aquele que é capaz de desenvolver a comunidade, garantindo assim a permanência das pessoas em sua localidade, sem precisar que estas se desloquem para as grandes cidades. Além das condições materiais, outros fatores foram valorizados: *“A gente deseja uma vida digna e alegre (...) e tem condições, só é os nossos governantes saberem trabalhar com os projetos, projetos existem, mas nunca chega na prática o que é desenvolvimento no papel”*.

Nesse contexto, o conhecimento tem papel fundamental, mas de forma articulada, pois não basta à comunidade ser alvo de novas propostas produtivas, é preciso antes que

esta se aproprie das mesmas: *“Não adianta eu querer instalar uma cooperativa aqui se a comunidade não tem noção do que é associativismo, do que é comprometimento com aquela cooperativa (...) antes eu tenho que trabalhar a comunidade”*.

Em relação ao próprio termo desenvolvimento sustentável, um ator social fez a seguinte consideração: *“Desenvolvimento para mim só pode ser com sustentabilidade, na minha ótica esse negócio de chamar desenvolvimento sustentável para mim é a mesma coisa de dizer: eu caí uma queda”*.

5.8.2 - O DLIS é uma ferramenta do desenvolvimento sustentável?

Para a maioria dos participantes a metodologia DLIS foi considerada uma ferramenta do desenvolvimento sustentável, pois gerou uma agenda contendo tudo que a comunidade precisa; proporcionou a reunião das organizações para que as mesmas apontassem as reais necessidades das comunidades e cobrassem do governo local: *“É uma ferramenta, é uma alavanca, que poderá ser muito forte e abrangente. Como se fosse uma inovação nas atividades”*.

Uma minoria destacou que o DLIS é “em parte” esta ferramenta, uma vez que seus resultados só virão em longo prazo: *“Abriu as portas (...) é uma planta que a semente foi plantada, mas essa planta pra dar fruto vai demorar um pouco”*. Seria uma ferramenta do desenvolvimento sustentável, caso houvesse conscientização: *“por parte das pessoas, dos órgãos, dos parceiros e estabelecessem a parceria com esse objetivo de colocar em prática”*.

O segmento desistente, em parte admitiu que o DLIS pudesse ser uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, uma vez que trouxe conhecimentos, resgatou o potencial da região, as necessidades locais, possibilitando um “retrato falado da região”. Todavia, a maioria dos entrevistados sugeriu mudanças no processo, tais como: não isolar alguns participantes das discussões por ter posicionamentos diferentes; inserir a comunidade dando voz aos que são do local, conforme o depoimento a seguir:

“Poderia, desde quando nós pudéssemos participar, tivesse participação do pequeno produtor até chegar lá, porque o pequeno produtor, ele já é uma ferramenta, eu não sei dizer o que é que meu vizinho sofre, mas ele junto comigo, a gente pode dizer (...) às vezes pessoas que vem de Brasília..., por exemplo, você que vem chegando aqui, você não sabe o que a gente passa no assentamento, quais são as dificuldades, então tem que ser participativo, tem que ter participação do pessoal do assentamento, do pessoal das pequenas comunidades pra que a gente possa desenvolver esse projeto DLIS”.

Outra condição apontada foi “refazer a escolha dos gestores” do Fórum e “começar do zero”. Ainda foi feito o seguinte questionamento: *“cadê então esse desenvolvimento sustentável? Que ações esse povo vem mostrar?”*

5.9 - O DLIS EM REGISTRO – DIAGNÓSTICO, PDLIS E AGENDA LOCAL

Com objetivo de analisar a sustentabilidade cultural dos projetos propostos para implementar o desenvolvimento local do município de estudo, bem como quais saberes foram significativos nessa elaboração, foi seguido dois delineamentos. O primeiro consistiu na análise dos documentos oficiais do DLIS para o município, sendo o Diagnóstico Participativo Local (janeiro/2001)²⁷, e os documentos subsequentes: o Plano de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (PDLIS) e a Agenda de Desenvolvimento Local.

O outro delineamento foi a inserção dos atores sociais entrevistados, participantes e beneficiários desse processo, no que diz respeito a percepção destes em relação as propostas formuladas no FDLIS apontando as mais importantes, e as capazes de propiciar o desenvolvimento sustentável para o município.

O Diagnóstico Participativo local constitui livreto publicado pelo SEBRAE em parceria com a Prefeitura Municipal e a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) cujo teor é as *necessidades, dificuldades e potencialidades*

²⁷ Na contra capa anuncia a data de julho/2001.

locais, levantadas pelo Fórum Local e pela Equipe Gestora de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável do município. (grifo nosso).

No entanto, a forma de apresentação, segmentada e estatística dos conteúdos dificulta a leitura e o entendimento das necessidades, dificuldades e potencialidades. Do texto sobre a origem e formação do município apreende-se a produção de um espaço marginal cujas relações de produção basearam-se na subsistência com roças e pesca e, na pecuária extensiva.

Somente a partir de 1987, o município passa a ter expressão urbana e, evidentemente, populacional, com a construção de uma nova sede “na parte de cima”, ou seja, no platô distante da margem do rio. A construção da Hidrelétrica de Xingó foi o determinante para a mudança, mas, sobretudo, pelo incremento populacional do município, pois na nova sede foram erigidas mais de 3000 casas, número bastante superior às poucas mais de 120 casas da antiga sede à beira do rio.

Em seguida, o documento traz dados de limites, aspectos físicos (clima, vegetação, geomorfologia), transporte, ocupação (povoados, localidades e assentamentos), população e organização social e política. O conteúdo é essencialmente descritivo demonstrando a situação de semi-aridez da base física, e a baixa densidade demográfica.

Capim Grosso e Curituba são as maiores aglomerações rurais, as 36 localidades existentes conformam assentamentos mais dispersos que contém de 02 a 30 casas. Destaque para os 03 assentamentos e 01 acampamento do Movimento dos Sem Terra (MST), instalados no município na década de 90 com até 700 casas, como o de Alto Bonito.

Embora o documento não registre a evolução de população desde a segunda metade do século XX, que mostraria o marco da construção da Usina de Xingó e do MST, registra crescimento significativo entre 1996 (14 513 habitantes) e 2000 (17 749 habitantes), chamando atenção para o predomínio de homens com relação às mulheres.

São apresentadas 14 instituições religiosas sendo 05 católicas e 08 presentes na sede; 09 Conselhos e comitês; 12 associações ativas e 10 sem documentação ou desativadas. Essas informações, associadas aos 10 171 eleitores (2000) e aos 908 Km² do território, traduzem uma dinâmica social em formação, mas que na sede apresenta-se preponderante em todas as representações, à exceção daquelas associadas ao MST.

Os capítulos seguintes apresentam estatísticas educacionais, de saúde, comunicação, saneamento, ação social e segurança, enfim, o quadro de infra-estrutura social do município. De pronto, as informações detalhadas sobre a educação destoam com a generalização dos demais conteúdos. Com efeito, a política educacional e o direcionamento de verbas, mesmo com falhas e sujeitas à críticas, demonstram a fragilidade dos demais segmentos. Nesse sentido, a realidade de Canindé do São Francisco não se distingue da realidade dos demais municípios brasileiros, guardando as especificidades de políticas locais, tamanho e orçamento, dentre outras.

Outro aspecto que chama atenção no conteúdo apresentado sobre a infra-estrutura social diz respeito à apresentação mesmo que sucinta, de problemas, leia-se as dificuldades anunciadas na apresentação do documento. Por exemplo, no texto sobre comunicação, “jornal local não há”. O mesmo é registrado para saneamento básico (...) “um dos gargalos mais estreito é a saúde pública (...) agravado pela má qualidade da prestação dos serviços médico-hospitalares (...)” “o abastecimento de água, tão fundamental, infelizmente, não tem sido priorizado pela política pública municipal, resultando em constantes períodos de racionamentos e, o que é pior, uma péssima qualidade de água” (p. 23-24).

A realidade de carência de infra-estrutura social permanece na descrição dos dejetos humanos (...). “o sistema de saneamento básico do município encontra-se desativado desde 1999”, “(...) e hoje, os esgotos produzidos na cidade, são jogados a céu aberto e, sem nenhum tratamento”; “o lixo vem sendo lançado em local aparentemente inadequado” (p.24-25).

Os dados de ação social confirmam a carência sócio-econômica de parcela significativa de população que recebe cestas de alimentos, em torno de 5000

beneficiários. É dado destaque ao setor agropecuário com ampla descrição das condições e características dos solos, do alcance do perímetro irrigado Califórnia, bem como da atuação da EMDAGRO, no município, com comentários “as sementes distribuídas tiveram bom índice de germinação, apesar de pouca chuva no município, porém não indica boa colheita” (p.35).

As ações da EMDAGRO são apresentadas com discriminação de Programas e órgãos/instituições envolvidos tais como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a CODEFI – Coordenadoria de Defesa e Inspeção Agropecuária.

No entanto, no item seguinte, “situação econômica Municipal” as carências e dificuldades do setor primário são anunciadas “(...) apesar de importantíssima presença do Projeto Califórnia, predomina no município a ausência do uso nacional das técnicas inerentes às atividades agronômicas, tais como a adubação, tratamento fitossanitário, conservação de solos, mecanização adequada e outros”; “(...) o município não dispõe de infra-estrutura de armazenagem, mesmo porque a produção de grãos, que é realidade apenas nas áreas de sequeiro, é pequena e voltada para a alimentação familiar”. Mas, também, as potencialidades “(...) é comum a presença do gado mestiço holandês (...) o que tem sido a redenção e o estímulo da agropecuária familiar, pois a venda do leite e seus derivados garante alimentação desses microprodutores” (p. 38-39).

O setor secundário é destacado através das ações de programas, como PRONAF atendendo na Queijaria Escola pela produção de laticínios e processamento de frutas de pequenos estabelecimentos situados na sede e em povoados. A última parte do documento é dedicada à apresentação das potencialidades e às considerações finais sobre o diagnóstico e a metodologia DLIS.

O turismo é posto em primeiro plano das potencialidades com memorial descritivo das vocações e potencialidades do turismo histórico, ecológico, religioso, gastronômico, cultural, rural, de aventura, dentre outros. O agronegócio é também apontado como potencialidade, mas, contudo, com texto genérico e discrepante com relação ao nível de detalhe das vocações turísticas.

A seguir, são apresentadas, na íntegra, as limitações identificadas pelo Diagnóstico (p. 48-49) que, em última instância, nortearam a confecção do Plano de Desenvolvimento Local e da Agenda de Desenvolvimento Local e também, nossa análise.

Entre as limitações, destacam-se a falta de:

- Utilização de tecnologias;
- Capacitação gerencial;
- Estudos de demanda de mercados;
- Capacitação profissional;
- Estrutura física;
- Conscientização das comunidades para o associativismo e cooperativismo;
- Informações;
- Consciência para o ecológico;
- Eletrificação rural;
- Água nos povoados Salina, Pelado, Caqueiro e outros;
- Estradas na zona rural, carecendo de recuperação e melhoria; no Projeto Califórnia, imprestáveis para o escoamento da produção;
- Centros de saúde adequados no meio rural;
- Escolas bem estruturadas no meio rural;
- Bom funcionamento do hospital e dos postos de saúde;
- Recursos humanos qualificados para as funções necessárias.

Assim propostas, as limitações elencadas no Diagnóstico delimitam as ações que deveriam ser desencadeadas para o desenvolvimento das potencialidades – turismo e agronegócio e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local. Com efeito, os 29 projetos propostos no PDLIS do município são consoantes às limitações levantadas e preconizam em seus objetivos o rompimento de situações precárias e o melhoramento de atividades e o alcance do desenvolvimento local. A relação dos projetos está exposto no anexo C na mesma ordem apresentada no PDLIS.

De pronto, observa-se uma carência de ordenação de conteúdos, temas e setores, o que dificulta ao leitor a percepção de prioridades. Igualmente, o prazo de execução não está apresentado por blocos de curto, médio e longo prazo, o que apresentamos a seguir, no quadro 5.1, na tentativa de analisar a coerência entre o Diagnóstico e as prioridades do PDLIS.

Quadro 5.1- Prazos para execução dos projetos contidos no PDLIS

Prazo	Projetos
Curto	1)sorrir com saúde; 2)água tratada, saúde restaurada; 3)Incentivo pelo ecoturismo, turismo aventura, calendário festivo e cultural; 4)aulas de dança, música; 5)artesanato; 6)turismo rural; 7)óculos para crianças; 8)reativação de grupos folclóricos.
Médio	1)desenvolvimento ovinocaprinocultura; 2)transporte utilitário; 3)desenvolvimento de bovinocultura; 4)renascer do Velho Chico (esgoto na SEDE); 5)apicultura; 6)centro de apoio para deficientes físicos; 7)tanques para resfriamento de leite; 8)centro de formação e capacitação profissional; 9)Dignidade, emprego e moradia; 10)moradia com dignidade, melhoria sanitária domiciliares; 11)cidadania e organizações sociais; 12)curso de nutricionistas; 13)construção de quiosques; 14)museu do cangaço; 15)melhorias de pequenas agro indústrias; 16)reforma do estádio municipal.
Longo	1)piscicultura; 2)trator: mecanização agrícola 3)eletrificação das escolas rurais; 4)filarmônica municipal; 5)desenvolvimento sócio-cultural desportivo e educacional.

Outro aspecto relevante apresentado no PDLIS (p. 03) diz respeito às premissas fundamentais, ou seja, os princípios e conceitos que balizam sua execução. Estes são apresentados nas páginas que antecedem as fichas dos projetos encabeçados pela definição de modelo de gestão como “um processo de gestão com formas de intervenções diferenciadas, algumas mais temporais, outras mais permanentes, dos quais dá suporte às diversas categorias no programa”.

À definição de modelo de gestão, seguem definições de papéis, explicitando a participação dos poderes constituídos, dos Conselhos e entidades municipais e da

sociedade, sintetizando que “a gestão de política social, nesse novo arranjo, está ancorada na parceria entre Estado, sociedades civis e iniciativas privadas e num valor social, que é o da solidariedade”. (p. 03) Assim, “a ação de parceria nesse sentido é redentora. Cada vez mais a idéia de parceria se adéqua a um mundo de globalização de objetivos com eficiência e compromisso de organização” (p. 04).

O que se observa nessas premissas fundantes é a construção de bases preparatórias à execução da etapa seguinte, correspondente à Agenda de Desenvolvimento Local. Nesse sentido, são ainda anunciadas as premissas do trabalho em equipe e da capacitação da equipe gestora, detalhando os papéis do gestor principal, do acompanhamento e da avaliação de desempenho.

Todavia, ao acessar a Agenda de Desenvolvimento Local, em cuja apresentação está explícito: “foi elaborada a partir das ações traçadas no Plano de Desenvolvimento Local, para tanto os participantes do Fórum priorizaram as ações relacionadas neste Plano”, o leitor se depara com a supressão dos prazos de execução, ou seja, das prioridades. Estas, balizadas temporalmente no Plano como curto, médio e longo prazo, são aqui apresentadas sem qualquer explicação, hierarquizadas de 01 a 06.

Um aspecto positivo da Agenda resulta em sua apresentação definida de acordo com as competências dos gestores delineados no Plano de Desenvolvimento. A apresentação é simples, de fácil leitura e entendimento, subdividida em três partes distintas pelas competências de: 1) parceiros (nível federal, estadual/municipal); 2) SEBRAE e 3) Comunidade. As prioridades estão assim caracterizadas na Agenda: 01- infraestrutura; 02-meio ambiente; 03-turismo; 04-agricultura; 05-pecuária, a serem executadas pelas parcerias 1 e 3, no caso do SEBRAE, foi acrescentada a prioridade 06 referente ao item “capacitação”.

Mesmo sem esclarecimentos sobre os prazos das prioridades listadas de 01 a 06, e na tentativa de aproximar nossa análise, foi elaborado o quadro 6.2 com o intuito de comparar as propostas contidas no PDLIS e na Agenda e a adequação dos prazos de execução com as prioridades estabelecidas para o desenvolvimento local sustentável. Para facilitar a leitura, subdividiu-se e destacou-se com a cor verde as ações de curto

prazo comuns aos dois documentos, com a cor azul, as de médio prazo e, com a cor vermelha, de longo prazo.

O que se observa é que das 60 prioridades elencadas na Agenda, apenas 26 são constantes no Plano. E, ainda com inversão de prazos, como tanques de resfriamento e salas de ordenha propostas para serem implementadas antes da eletrificação rural. As propostas de sensibilização e capacitação estão postas corretamente no curto prazo e com ênfase na ação do SEBRAE e no envolvimento da comunidade.

No entanto, as prioridades para os governos federal, estadual e municipal encerraram as ações propulsoras do desenvolvimento, mas que, como exposto, seus representantes não tiveram atuação compromissada no processo de construção da Agenda.

Quadro 5.2 – Comparação das propostas do PDLIS e Agenda Local

Projetos Prazos	Plano de Desenvolvimento	AGENDA
		Prioridades para o Gov. Federal – Estadual – Municipal
• Curto	Sorrir com saúde Água tratada Incentivo p/ ecoturismo, turismo aventura, cultura local Aulas de dança, música Artesanato Turismo rural Óculos para crianças Reativação de grupos folclóricos	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação eletrificação rural • Implantação adutora e cisternas • Recuperação da rede viária do Projeto Califórnia • Centro de desenvolvimento rural • Zoneamento do reservatório da Usina Xingó para exploração atividades aquícolas/tanque e rede • Canteiro de mudas nativas • Reflorestamento da caatinga e margem do Rio São Francisco • Drenagem das águas do P. Califórnia • Implantar usina de beneficiamento do lixo • Sensibilização de preservação do meio ambiente • Campanha de conscientização p/ importância do turismo sustentável. • Construção do museu do cangaço • Terminal rodoviário c/ampliação das linhas • Pavimentação dos acessos aos pontos turísticos • Espaço para comercialização do artesanato local • Centro de abastecimento de produtos agrícola • Aquisição de implementos agrícolas • Diversificação das culturas com assistência técnica permanente • Criar linha de crédito subsidiado p/indústrias de benef. Leite existente • Salas de ordenha simplificadas • Tanques de resfriamento de leite • Identificar financiamento adequado para o setor da pecuária
• Médio	Desenvolvimento da ovinocaprinocultura Transporte utilitário Desenvolvimento da bovinocultura Renascer do Velho Chico (esgoto na SEDE); Apicultura; Centro de apoio para deficientes físicos; Tanques para resfriamento de leite; Centro de formação e capacitação profissional; Dignidade, emprego e moradia; Moradia c/ dignidade Cidadania e organizações sociais; Curso de nutricionistas; Construção de quiosques Museu do cangaço Melhorias de pequenas agro indústrias Reforma do estádio municipal	<p>Prioridades para o SEBRAE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conscientização p/ utilização racional de água • Campanha de sensibilização e preservação do meio ambiente • Projeto de uma usina de beneficiamento do lixo • Curso de gerenciamento p/ empreendimento turístico • Curso de atendimento ao turista p/ bares e restaurantes • Curso de atendimento ao turista para a rede hoteleira • Excelência no atendimento ao turista • Planejamento e organização de eventos • Elaborar estudo de viabilidade p/ criação do museu do cangaço • Capacitação em gestão empresarial • Curso p/operadores de máquinas operatrizes • Elaboração de projetos técnicos, econômicos e financeiros • Sensibilização das associações e sindicatos s/sua importância • Curso de manejo • Orientação s/as boas práticas de produção • Curso Liderar • Curso saber empreender • Curso de Olho na Qualidade Rural • Curso Capacitação Rural
• Longo	Piscicultura Trator mecanização agrícola Eletrificação das escolas; Filarmônica municipal; Desenvolvimento sócio- cultural desportivo e educacional	<p>Prioridades para a comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conscientização s/ utilização racional da energia elétrica • Conscientização p/utilização racional da água • Plantio de mudas nos canteiros e praças públicas • Conscientização p/ o descarte do lixo residencial e industrial • Sensibilização p/o uso dos recursos naturais • Despertar a comunidade p/o convívio pacífico com o meio ambiente • Estimular a comunidade p/a importância do turismo no desenvolvimento • Campanha educativa s/as condições adequadas de vida • Selecionar pessoas com potencial p/participar de cursos s/turismo • Internalizar a cultura local p/ despertar os atrativos turístico local • Divulgação do artesanato local junto aos pontos turísticos • Sensibilização dos produtores rurais p/utilização de culturas diversificadas evitando a degradação do solo • Identificar nas unidades produtivas, equipamentos obsoletos p/ serem colocados à disposição da comunidade, através de leilão • Fortalecer as associações existentes através de campanha • Demonstrar aos produtores a importância de contratação coletiva de um técnico nas áreas agrícola e pecuarista • Conhecer os créditos disponíveis do setor (agricultura e pecuária) • Sensibilização dos prod.rurais p/melhora genética dos animais • Sensibilização dos produtores s/higienização no ordenamento

5.9.1 - Da elaboração a aceitação – percepção dos atores sociais

Na segunda etapa dessa análise foi considerado o hiato de tempo entre o período do FDLIS (2001) e a pesquisa (2004), nesse sentido, algumas estratégias foram adotadas. Inicialmente os entrevistados foram solicitados a elegerem as atividades mais importantes contidas no PDLIS e na Agenda, os mesmos responderam não se lembrar do conteúdo.

Em seguida foi apresentado aos entrevistados de forma simplificada o anexo C com os títulos dos projetos contidos no PDLIS. Foi pedido que os mesmos elessem em ordem de importância as atividades consideradas mais importantes. Quando solicitado, foram prestadas outras informações que facilitasse a compreensão do documento analisado, uma vez que o PDLIS é bastante denso e está escrito numa linguagem técnica.

A mesma solicitação foi feita em relação à Agenda Local, a qual foi apresentada na íntegra. Em situações em que o ator social entrevistado não apresentou desenvoltura no seu manuseio, tal como as que foram manifestadas como leitura em voz alta, comentários a cerca do conteúdo, lembranças de alguns momentos vividos e até a menção de possuir cópia do documento, lhe era perguntado se preferia que a pesquisadora lesse a Agenda em voz alta. Explicações com base no documento, quando solicitadas também foram prestadas.

Tomado como referência os dois documentos, 09 participantes demonstraram mais afinidade em avaliar o PDLIS e 05 a Agenda Local. Não foi exigido que os mesmos se detivessem em avaliar igualmente os dois documentos, uma vez que, tal atividade se tornaria exaustiva. Facilidade de entendimento, ou concordância com os respectivos documentos pode ter sido fatores considerados pelos atores sociais. A consulta aos documentos suscitou ainda considerações a respeito do que foi proposto e realizado, exposições essas que serão retomadas mais a frente.

Inicialmente, os atores sociais entrevistados comentaram que “tudo que foi proposto era importante”, após a consulta do anexo PDLIS, elegeram em primeiro plano

as atividades consideradas mais importantes, destacadas no quadro 5.3 de forma hierarquizada:

Quadro 5.3 – Projetos contidos no PDLIS considerados mais importantes

PROJETOS MAIS IMPORTANTES NO PDLIS
1º) Apicultura; Aquisição de trator e mecanização agrícola; Eletrificação das escolas rurais.
2º) Tanques de resfriamento de leite; Piscicultura e Turismo rural.
3º) Renascer do Velho Chico; Criação do museu do cangaço.
4º) Dignidade emprego e moradia; Moradia com dignidade.
5º) Centro de apoio aos deficientes físicos; Cidadania e organizações sociais; Artesanato, construir um centro para venda dos produtos;

Em relação ao PDLIS, as atividades apontadas como mais importantes, oscilaram entre os projetos classificados no documento como “agronegócio”, e os denominados no PDLIS como “políticas básicas sociais”, estas subtraídas da Agenda Local. A maioria das ações pontuadas como mais importantes, foram as previstas para serem executadas em médio e curto prazo.

Em relação a Agenda Local, foram eleitas as prioridades que tinham como parceiros os governos Federal, estadual e municipal para executarem as ações de infraestrutura, as ligadas ao meio-ambiente, as atividades voltadas para desenvolver o rebanho geneticamente e o SEBRAE para desenvolver as prioridades voltadas para a capacitação.

As ações priorizadas pelos atores entrevistados podem ser melhores visualizadas no quadro 5.4 a seguir:

Quadro 5.4 – Projetos contidos na Agenda Local considerados mais importantes

PRIORIDADES MAIS IMPORTANTES NA AGENDA
Implantação de rede de eletrificação rural
Implantação de adutoras e cisternas
Reflorestamento da caatinga e margem do Rio São Francisco
Usina de beneficiamento do lixo
Executar obra de drenagem do Projeto Califórnia
Programas de sensibilização de preservação do meio ambiente
Desenvolver rebanho geneticamente
Capacitação p/desenvolver a comunidade

Sobre quais atividades poderiam deslanchar o desenvolvimento sustentável, a maioria considerou as mesmas atividades pontuadas nos quadros anteriores, alguns teceram considerações a respeito do fato das ações e projetos não terem acontecido: *“teria sido sustentável caso elas tivessem acontecido”*.

Apenas 05 participantes elegeram atividades/projetos seguindo a ordem de importância: piscicultura; turismo (com a observação feita por um entrevistado que este não deveria ser rural), e o desenvolvimento da ovinocaprinocultura.

Em seguida, o desenvolvimento do rebanho geneticamente, seguido das ações descritas como “políticas sociais básicas” contidas no PDLIS: “Dignidade, emprego e moradia”, cujo objetivo geral é “criar programas de incentivos ao emprego, a construção de moradias e a melhorias de habitações”, e o projeto “Moradia com dignidade” objetivando “construir melhorias sanitárias domiciliares (privadas, banheiros, fossas absorventes e ligações a rede de esgotos)”. As demais atividades não tiveram representatividade.

Questionados se julgavam ter faltado alguma atividade considerada importante nos documentos, 02 atores ressaltaram a falta de projetos que previssem a instalação de pequenas indústrias para a geração de emprego e renda e a ampliação da área de irrigação. Foi destacada ainda por 01 entrevistado a ausência de projetos voltados para a

pesca artesanal. O participante colocou que esta foi uma atividade reivindicada, mas não atendida, interrogado sobre a razão da exclusão, foi respondido que os técnicos do SEBRAE foram contrários.

Conforme depoimento, a atividade voltada para a implantação da apicultura também foi motivo de divergência, tendo sido pleiteada por algumas localidades. No entanto nem todos foram contemplados no projeto, pois foi colocado como entrave o preço das roupas. Esta situação, no momento da entrevista, foi ressaltada como o motivo de desistência da comunidade no processo.

A pesquisa exploratória levantou a dinâmica adotada no FDLIS para a elaboração dos projetos. Segundo o relato dos atores sociais entrevistados os projetos elencados no PDLIS foram resultado dos grupos de trabalho compostos pelos representantes das organizações, técnicos e os gestores do Fórum. Num primeiro momento, os grupos trabalharam em separado, agrupando segmentos com interesses afins, a exemplo do grupo de pescadores, grupo de produtores em áreas de irrigação, grupo de produtores em áreas de sequeiro, etc. e depois as propostas desses grupos foram apresentadas a todos presentes para serem colocadas em votação.

Essa dinâmica justifica o termo descrito ao final das páginas de cada projeto: “grupo de trabalho...” bem como no referido documento constar projetos específicos para determinadas comunidades, identificadas no PDLIS como “beneficiários do projeto” e outras para o município em geral.

5.10 - A SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL DO DLIS NO MUNICÍPIO

A Agenda 21 descreve a sustentabilidade institucional enquanto capaz de criar e fortalecer engenharias institucionais considerando critérios de sustentabilidade. Já Silva (2003, p. 66) acrescenta que a sustentabilidade institucional é em si mesmo, um recurso estratégico para o desenvolvimento, uma vez que é capaz de mobilizar os atores sociais para atingirem o *momentum* sinérgico das inter-relações, determinando obrigações mútuas e os direitos dos seus membros, criando internamente funções especializadas de gestão, estabelecendo sistema de autoridade e responsabilidades internas, promovendo

normas e comportamentos considerados úteis para o grupo. Pode ser mensurada sob diversos aspectos.

A sustentabilidade institucional da metodologia foi avaliada pelos atores sociais locais, considerando as inter-relações de quatro premissas fundamentais em se tratando de DLIS: a cooperação, a articulação/parcerias, coordenação central, conhecimento sobre a localidade, e um último tópico no qual foram tecidas pelos atores sociais, sugestões para garantir a sustentabilidade do processo desencadeado pela metodologia no município.

5.10.1 - Cooperação - coordenação central - articulação/parcerias

Para os atores sociais participantes e desistentes da metodologia, a cooperação é de grande importância para garantir a sustentabilidade do DLIS. Essa cooperação precisa ser mútua, envolver a sociedade civil. Contudo, a cooperação principal advém do governo local, na figura do gestor e do legislativo municipal, incluído os governos estaduais e federais. Esta inclusão é na visão dos atores sociais essencial para viabilizar as demandas contidas nos documentos PDLIS e Agenda Local. Os depoimentos a seguir traduziram essa questão:

“Se o governo local não tiver uma visão, não cooperar acabou o DLIS (...) se não tiver isso vai só haver o DLIS de conhecimento assim no papel, mas de coisas concretas não vai existir (...)”.

“Cooperação é um processo também, tem que envolver. Cooperação não é só de um lado, se a sociedade se envolve mas o poder público não se envolve então ela tende a não ir a lugar nenhum (...)”.

“Através dos companheiros presidentes da associação e cooperativas, mas o mais importante seria na questão do governo do estado, na questão do governo Federal se ele puder ajudar (...). O poder municipal é a peça mais fundamental (...). Tem projeto que ele pra sair ele não depende da minha pessoa enquanto presidente da associação ou da cooperativa (...) ele necessita de alguém que dê uma contrapartida, ela tem que

sair do governo do estado ou praticamente do município, nem do governo federal não é, seria exatamente do governo municipal”.

Em relação à coordenação central foi consenso que esta deva existir, no entanto os atores sociais se dividiram em três posições. As duas primeiras defenderam uma coordenação local diferindo entre quem deveria estar a frente da coordenação. A terceira posição foi de que esta coordenação deveria ser feita pelo governo, mas não o local.

A sociedade civil deveria coordenar o processo, pois esta é conhecedora das necessidades do município, o que não ocorreria com alguém vindo de fora: *“Olhe, coordenação central eu não sei, eu prefiro mais uma coordenação local, tem que ter coordenação, mas é aqui dentro de Canindé, porque é aqui dentro que nós sabemos das necessidades. Você acha que uma pessoa de Aracaju vai ter condições de resolver nossos problemas aqui? Até resolve, pessoas que estejam interessadas. Não é simplesmente cair de pára-quedas dentro daquele projeto e já dizer que é dono, isso e aquilo, que é o que eu vejo muito aqui no DLIS, pessoas que aparecem de última hora, principalmente agora que é ano de eleições”.*

Poderia ser coordenado pela sociedade civil, o que facilitaria uma ação “descentralizada”, “livre”, “sem ser partidária”, que todos fossem responsáveis, ainda que não desse certo: *“(...) nesse movimento aprendi a não querer alguém que mande, (...) Precisa de uma pessoa que não seja autoritária: ‘eu dito regras e o outro vai cumprir’”. Tem que reunir a comunidade, ‘você tem que fazer’ não! Nós vamos fazer. Se isto acontecer é uma das coisas melhor que vai acontecer no município, se não der certo somos todos culpados. ‘Eu mando e você obedece’, dentro do nosso movimento não é assim, temos regras e deveres”.*

Ainda a esse respeito: *“É, em toda organização é necessário haver liderança. Embora essa liderança ela não pode ser uma coisa partidária, por que aí começa a se fragmentar, se dividir em vez de somar. A direção central do FDLIS, ela deve caber a um representante da sociedade, da sociedade civil no caso, quem sabe os presidentes da associação que fossem eleito né?”*

A segunda posição optou por uma coordenação local envolvendo o “governo local”, uma vez que se trata de desenvolvimento local: *“Primeiramente do governo municipal, já que é desenvolvimento local, depois dos outros órgãos”*; outro depoimento a esse respeito: *“Eu acho que primeiramente a prefeitura porque é do município (...) eu acho que deveria estar de frente, porque queira que não queira é quem manda no município”*.

Por fim, uma minoria propôs coordenação na esfera do governo estadual e Federal, a qual facilitaria a articulação com o governo local viabilizando assim as demandas retiradas durante o FDLIS.

O trabalho conjunto das organizações sociais, comunidade e sindicatos também foi ressaltado pelos entrevistados. Eles indicaram as instituições já presentes no local como parceiras, sendo elas o Programa Xingó, a EMDAGRO, a COHIDRO, o PRONESE e as Universidades. Os três níveis de governo também foram inseridos.

Os atores sociais reconhecem a importância das parcerias através da soma: *“Qualquer entidade precisa de parceria não é só o DLIS não. (Quais?) o próprio SEBRAE que é o principal parceiro do DLIS do SEBRAE, a prefeitura, o Estado, entidades de pesquisas e entidade que já estão caminhando com as próprias pernas deveriam é se engajar nessa luta do DLIS”*.

A ausência dos parceiros foi questionada por alguns entrevistados: *“Tem outras instituições que também ficaram listadas aqui e que, no entanto não fizeram sua parte (...) cadê o Banco do Nordeste? Cadê as outras instituições?”*.

Outra questão levantada foi referente a ausência de informações sobre as possíveis ações das parcerias acordadas no Fórum, ou seja, não é creditado a este momento as ações que são realizadas no município, podendo ser estas decorrentes de ação individual desenvolvida por outras instituições: *“Que sinal já deram essas instituições que iria se envolver? Quando a comunidade pergunta ‘é o DLIS?’ eu não vou mentir, até agora ninguém viu ação das partes envolvidas”*.

Partindo do pressuposto que parceria, cooperação, coordenação entre outros componentes, visam à união de esforços entre diferentes grupos, poderes, interesses, competências, tendo em vista os recursos necessários para viabilizar os resultados almejados, nesse caso os apontados no PDLIS e Agenda Local. Conforme explicita a metodologia, a formulação do PDLIS e da Agenda foi antecedida pelo contato das instituições que comporiam essas parcerias.

Contudo, a maioria dos atores sociais participantes se sentiu afastada desse processo, uma vez que ignoram qualquer contrapartida destas parcerias após o FDLIS, bem como os desdobramentos do processo. Isso reflete a distância política que foi criada entre os participantes, gestores e demais representações.

Socializar as informações acerca de como os processos são gerados, e em que grau se encontra, evitaria expectativas demasiadas e frustrações, bem como diminuiria o risco de comprometer o projeto em construção que visualiza uma nova relação entre sociedade e governos. Os atores sociais não estão se isentando da sua contrapartida, mas faz-se necessário os recursos disponíveis para que os mesmos possam se firmar enquanto sujeitos possuidores de direitos e obrigações.

Eleger os governos como principais parceiros está de acordo com as propostas elencadas pelos atores como mais importantes, ou seja, são ações que dependem de uma contrapartida desses atores e não da comunidade. Após terem participado de outros momentos de capacitação, os mesmos viram na metodologia DLIS/SEBRAE uma oportunidade de ver o quadro sócio-econômico da localidade mudado. Nesse sentido, o grande chamariz foram os projetos contidos no PDLIS e a possibilidade de ação das parcerias presentes.

5.10.2 - Importância atribuída ao conhecimento/estudo da realidade local

O segmento participante e desistente considerou esse ponto como relevante para o êxito do DLIS no município. Os depoimentos a seguir resumem o consenso a esse respeito: “*De grande importância, porque se o cara não conhecer o local, ele não sabe*

de nada”; “E como, é porque uma coisa é você escrever outra coisa é você ver”.
(desistentes)

O saber local, bem como os conhecimentos adquiridos em outros processos de capacitação devem ser considerados: *“É importante (...) é a sabedoria popular que faz a gente chegar nesse setor mais difícil”; “Eu acho que é imprescindível, sem isso não pode haver sustentabilidade, nós inclusive já tivemos aqui pessoas com mestrado, PHD, que vieram dar palestras as pessoa, da minha associação. O DLIS chegou aqui pensando que estava descobrindo a pólvora, até diagnóstico nós já tínhamos e já vínhamos passando por esse processo de capacitação, palestras, a um bom tempo”*(participante e desistente respectivamente).

O segmento participante salientou que em qualquer projeto o ponto de partida deve ser o conhecimento da realidade local, uma vez que esse procedimento seria um facilitador na hora de definir metas para o município. As considerações a seguir destacaram outras colocações a esse respeito, bem como quem são os detentores desse conhecimento:

“Se eu estou tendo conhecimento do município, então eu também posso passar o conhecimento (...) às vezes as pessoas até endoidam sem saber se aquilo é verdade (...) se eu sei do que estou falando, se eu tenho conhecimento do meu município, eu posso falar: ‘Não rapaz, você está falando de uma coisa que não tem conhecimento’, mas eu posso falar, eu vivo direto com esse pessoal, então eu sei”.

“Não adianta vamos supor, sair de Brasília ou sair de Aracaju, e passar dois dias aqui e não conhecer a realidade da região e dizer: ‘o projeto pra você é esse’. Não acho que tem de vir de lá pra cá, mas chegar aqui e ter o conhecimento da região e conhecer o problema. Qual o problema? O que que ta afetando aqui”?

Quando as informações sobre o local vêm de fora, estas deveriam ser estendidas à comunidade da zona rural e de forma mais freqüente, uma vez que essa socialização poderia propiciar condições para que as pessoas soubessem reivindicar: *“Eu acho que precisa estudar mais e não só ir uma vez no ano, principalmente no interior porque eu*

acho que o pessoal do interior precisa muito de visita do pessoal (...). A falta também de compreensão do pessoal de lá mesmo, eles precisam ser mais informado das coisas pra eles não ter medo de falar pra pedir o que quer”; “Se não conhecer o município está isolado igual a um tatu no chão”.

5.10.3 - O que é necessário para o DLIS dar certo

Este espaço destinou-se a traduzir a opinião dos atores sociais participantes a respeito dos pontos necessários para o DLIS ser sustentável no município. Em que pese alguns terem declarado satisfeitos com os pontos abordados, a maioria teve algo a acrescentar, conforme descrito a seguir:

- *Implantação, não só na cabeça dos adultos, mas dos jovens que aí temos. Quando todos os jovens passarem a entender o que é a nossa vida.*
- *Para dar certo eu acho que seja se juntar os parceiros todos pra poder dar certo, porque sem se juntar nada dá certo.*
- *A princípio, nós vamos esperar um pouco mais um administrador que tenha o mesmo gosto, de ver o DLIS florescer. Inclusive nós ainda vamos nos interessar por isso.*
- *É a fé e crer que vai acontecer. E crer que vai acontecer e ter coragem..*
- *Acho que mais participação das pessoas, que se empenharam, como eu, no caso eu tou um pouco distante. Até que virou OSCIP eu estava lá.*
- *Termos uma correlação de forças, e sintonia com o poder público, divergir quando necessário, sem perder a harmonia, ser harmônico... Se fechar o caminho o Fórum pode não dar certo. Porque o fórum é a sociedade civil mais o poder público.*

- *União... de todos os envolvidos. Quando a comunidade se mobiliza eu acredito que tudo que ela quiser, tudo, dentro das possibilidades ela consegue.*
- *Para o DLIS dar certo, tirando o governo municipal, que não depende só dele. O governo estadual, porque o governo federal já fez, mas ficou muito no papel. Com o governo municipal, mais o estadual, vai dar outra visão, com os dois articulados junto para dar um bom desenvolvimento. O que a gente colocava de ajuda o governo municipal colocava: "depende do estadual". O governo estadual deveria sentar em cada município, para discutir, aí sim o negócio mudaria totalmente de figura.*
- *Para o FDLIS dar certo a sugestão é o seguinte: que esse projeto fosse apresentado de uma maneira assim mais eficaz para os órgãos públicos principalmente, embora nem tudo seja responsabilidade do setor público, mas ele é o maior responsável por desenvolver a maioria das ações, tudo passa por lá, uma boa parte. Então se não houver envolvimento por parte do setor público, não tem como funcionar bem, porque tudo vai se esbarrar na hora que precisar de um apoio, do apoio logístico na hora da execução de alguma obra que é necessário o poder público, questão de viagem, isso eu falo poder público e não me refiro só ao municipal, mas tanto estadual a federal deveria investir assim num trabalho voltado para isso né? Se o governo não comprar essa idéia não tem como dar certo.*
- *Eu queria que isso fosse à frente... se todo ano fosse eleição.*
- *Muitas coisas, mas agora o mais necessário seria retomar de novo a questão do FDLIS e a gente seguir a discussão em frente, pra ver se a gente continuava e buscava alguma coisa diferente, né?*
- *Falta fazer prédio, porque a casinha onde funciona o DLIS é alugada.*
- *Eu acho assim, o que eu citei aí, acho que ta realmente, eu já resumi tudo na verdade o que deve acontecer, a participação de quem tem de ser, eu acho que o*

ponto fundamental é essa parceria que deve existir, é essa união, essa parceria, se realmente acontecer, tudo tem pra dar certo né?

- *Dar continuidade ao que começou para que as pessoas acreditassem, se não nada mais vai dar certo. Não adianta mais colocar outras atividades, é desenvolver as que já estão, começou em 2001, precisa ter um seminário para lembrar o que foi feito e o que pode ser melhorado.*

Do segmento desistente, apenas quatro atores sociais locais destacaram pontos importantes além dos salientados na entrevista. Para o DLIS dar certo no município de Canindé do São Francisco é:

- *Importante é a participação. Participação hoje das autoridades constituídas porque a comunidade já se reuniu, já elegeram, ela não vai ter poder de decisão. O gestor vai projetar direcionar o projeto a quem for de direito, se é Secretaria, Ministério, todos os níveis.*

- *A contribuição tem que ser mais do povo, se o povo não participar não existe. Então quando o governo destina uma coisa pra um local deve ter as pessoas que saibam explicar bem, tenha paciência porque o povo hoje... Qualquer conversinha meio abrasada o cara já foge, então tudo tem que ter calma porque se o cara não for com calma não arruma nada.*

- *Eu sugeriria que ele retomasse as atividades que já foi prestada aqui, procurasse rever as ações que já foram feitas, fazer uma nova avaliação, procurar vários (citou o próprio nome) que tem por aí a fora, e fazer um estudo para saber se é aceito a gente continuar com esse trabalho. É uma questão de consultar, pra não dizer "o governo mandou", "sicrano trouxe", "fazer pra você". Não, vamos botar pra trabalhar, vamos caminhar. Você conhece quem? Você trás quantos sócios? Quantos amigos seu você trás pra representar? Qual a situação do seu bairro? De cada lugar você pega um, e dali você caminha, é um barco pesado, mas agente navega.*

- *Ter parceria municipal, estadual e comunidade, associação.*

5.11 - SUPERPOSIÇÃO DE PROJETOS - NO MEIO DO DLIS TINHA UM PJ

Na ocasião do pré-teste desvelou-se uma nova questão. O SEBRAE, responsável pela metodologia DLIS no município de Canindé do São Francisco, também implantou um outro projeto intitulado “Protagonista Juvenil”²⁸ (PJ). Esta presença foi revelada após a tentativa de localizar os atores sociais participantes do FDLIS tendo como referência o cadastro fornecido pelo SEBRAE regional, no qual constava os nomes e endereços dos jovens participantes do PJ. Esse foi de fato uma ocasião de estranhamento apontando para a possibilidade de abandonar o município de estudo, caso todos os participantes do cadastro, excetuando as instituições, fizessem parte do PJ, o que não justificaria a pesquisa em questão.

Passado esse primeiro contato com o Programa, buscou-se compreender a participação deste segmento no FDLIS. Os entrevistados desse projeto ora afirmam só terem se integrado ao Fórum após a construção da Agenda Local, nesse caso não tendo participação no processo, ora afirmam terem participado de todas as etapas ou de algumas delas. Face o exposto, a amostra de 03 representantes desse projeto justifica-se a partir destes terem confirmado participação no FDLIS, os demais contatados, disseram não ter participado do processo, bem como estavam afastados do PJ.

Esse ponto divergente não pode ser esclarecido inicialmente em virtude da ausência de documentos que tivessem registrado essa participação. Por fim, a localização da agente responsável pela aplicação da metodologia no município, em entrevista, não gravada, declarou que o PJ iniciou suas atividades no município em

²⁸ “O Programa Protagonista juvenil é uma iniciativa de educação para o desenvolvimento, com foco no adolescente protagonista. Se baseia em quatro estratégias: a endogenia microrregional, a mobilização social, o empreendedorismo e o protagonismo juvenil. Integra um elenco de projetos específicos, com ações próprias articuladas entre si, que visam além da educação pessoal do adolescente (capital humano), o fortalecimento da sociedade local (capital social, e a organização da produção (capital produtivo)”. Ver mais a respeito em: www.protagonismojuvenil.org.br

março de 2003²⁹, esse segmento teria tomado conhecimento do Fórum a partir de um momento específico, conforme depoimento:

“Os jovens participaram do ‘Vivenciando o DLIS’, para tomar conhecimento do Fórum e da Agenda. Se tivessem vindo junto com o DLIS teria sido diferente, os jovens tomaram conta por falta de apoio, por isso que o pessoal sumiu, e com certeza estaria junto com os jovens”. Ainda a esse respeito: “O resultado do DLIS é que tornou as pessoas mais críticas, ampliou o horizonte, o pensamento dos cidadãos, que era fechado, principalmente os jovens. O PJ veio por conta do DLIS” (agente responsável pela aplicação da metodologia DLIS no município).

A superposição de programas e projetos de diferentes instituições vem sendo apontada como um entrave, um dispersor de energias, “por sua vez, superpõem agendas, dispersam e fragmentam esforços, para não perder oportunidades de financiamento” Ficher (2003, p. 25). Entretanto, ainda era desconhecido o impacto que projetos diferentes, da mesma instituição, inseridos em dimensão temporal diferente, poderiam acarretar.

Este estudo não objetivou aprofundar essa questão, tramitando apenas nos limites da percepção que os atores sociais do FDLIS tiveram em relação a entrada desses “novos atores” bem como apreender a visão destes sobre os participantes do FDLIS e, os respectivos impactos ocasionados na passologia da metodologia implementada no município.

As colocações feitas pelos integrantes do PJ e demais segmentos do FDLIS evidenciam que a relação se deu com conflitos e divergências. O segmento PJ ao ser questionado se houve algum momento no FDLIS que eles não haviam concordado³⁰, fizeram as seguintes declarações: *“ não havia oportunidade para os jovens se colocar,*

²⁹ Em uma das folhas de assinatura presente no SEBRAE-regional há registro de ter sido realizada uma oficina com o PJ em 03/07/01.

³⁰ A mesma entrevista foi utilizada para os integrantes do PJ, inserindo mobilização, seleção e outros aspectos direcionados para o respectivo programa, pois até então não se tinha conhecimento que os mesmos tinham participado do momento denominado “vivenciando o DLIS”, nem eles próprios faziam essa diferenciação, antes afirmavam ter participado do FDLIS.

as reuniões eram muito chatas, (...) aí o pessoal queria ir embora. Propomos que o pessoal (do Fórum) participasse, ou saísse e desse espaço para nós”.

As colocações feitas por parte dos participantes do FDLIS durante as entrevistas ocorreram de forma espontânea ao serem questionado se os mesmos sabiam como estava o andamento do fórum: *“Está com um grupo de jovens muito interessante, mas ele não está com esse apoio todo que as coisas necessitam”* (participante).

O próximo depoimento é decorrente da ocasião em que foi questionado como se deu a seleção dos participantes no FDLIS, sendo feita a seguinte colocação em relação ao PJ: *“(...) eles achavam que não eram do DLIS, era outra coisa e gerou muita polêmica a respeito disso, porque eles achavam que era outra coisa (...)”* (participante).

Em que pese a divergência entre as datas, cabe ressaltar que embora tenha sido tomado como escala de tempo para essa análise, os passos descritos como mobilização e sensibilização; e os voltados para a elaboração dos documentos (Diagnóstico, PDLIS, Agenda Local), o processo desencadeado continuou a reunir alguns atores sociais, conforme depoimentos, uma minoria dos envolvidos nas etapas anteriores citadas. Portanto, as divergências entre os participantes do FDLIS e segmento PJ podem ter sido ocasionadas após os passos iniciais, conforme o exposto a seguir.

Como resultado da passologia no município, a etapa em que consistia em garantir uma representatividade institucional deu-se através da criação da ADESC (Associação de Desenvolvimento Sustentável de Canindé do São Francisco), constituída em 28 de janeiro de 2003 e qualificada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, ainda não é uma OSCIP.

A sede fica situada no prédio em que funciona a Secretaria de Agronomia na sede do município, em sala cedida pela gestora anterior. Conforme os depoimentos, apenas 02 ex-participantes do FDLIS e alguns jovens do então Protagonismo Juvenil estão participando de forma ativa à frente da ADESC. A maior parte dos ex-participantes do Fórum desconhecia esse desdobramento. Na visita realizada à sede da ADESC os

jovens do PJ apresentaram uma última versão da Agenda Local elaborada em 20 de novembro de 2003.

Ainda em relação à superposição de projetos, os atores sociais fizeram menção a diversos momentos vivenciados em outros encontros que embora envolvesse o FDLIS, tratava-se de uma outra ação. A pesquisa de campo e a vivência da pesquisadora na área de estudo permitiram identificar que se tratava do PDRS³¹ implantado em 2002, o qual reuniu diversas organizações e instituições. As referências a esta ação se deram de seguinte forma: *“(...) no início deu briga, porque veio dois grupos e até hoje... era o SEBRAE e depois teve outro grupo, aí eles diziam: ‘não é isso não, o que está sendo colocado...’, tinha um bairrismo, uma coisa assim ‘nós estamos fazendo e é nosso, não sei porque está aqui esse outro’.*

“No PDRS, o coordenador sempre colocava que era necessário enxergar tudo como um só projeto, mas o que ocorria era uma colisão de forças por parte do FDLIS, o poder local também demonstrava aparecer ameaçado, os jovens do Protagonismo Juvenil não se viam enquanto FDLIS, não sabiam por que estavam lá.”

Ao fim do trabalho de campo, os três últimos atores entrevistados do segmento desistente, em forma de desabafo declararam: *“agora nós tamos aí com 40 dias de curso de novo, diz que ta vindo aí o PRONAGER, a gente vai ver se vai ter futuro porque se não tiver, a gente vai ter que esquecer porque já lutemos demais”.*

O PRONAGER (Programa de Organização Produtiva de Comunidades Pobres) é um “programa utilizado como instrumento de promoção da política de desenvolvimento regional, adotada pelo Ministério da Integração, que busca fomentar os diferentes potenciais das regiões brasileiras, os quais refletem a diversidade social, econômica, ambiental e cultural”³².

³¹ O PDRS (Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Baixo São Francisco) foi implantado em 2001 e tinha como proposta integrar os municípios numa parceria de forma que fossem unificados os projetos e se trabalhasse mediante consórcios intermunicipais. Abrangeu os mesmos municípios de atuação do SEBRAE/Xingó: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre, em todos estes municípios já constituídos o FDLIS.

³² Mais informações no site <http://www.agencia.se.gov.br>

Os objetivos desse programa não diferem dos demais já em curso no país, tem como foco reduzir a situação de desemprego, gerar renda visando melhorar a qualidade de vida das comunidades. Em Sergipe, o município de Canindé foi escolhido “em virtude do seu panorama turístico invejável”.

É importante salientar que o que é designado como “panorama turístico” diz respeito ao Museu Arqueológico de Xingó, ao Xingó Parque Hotel, Hidrelétrica de Xingó, o Cânion e o passeio de catamarã. Todos esses pontos turísticos ficam afastados da sede municipal. A proposta do referido Programa em parceria com o SENAC visa desenvolver cursos semelhantes aos propostos no PDLIS e Agenda Local, elaborados no FDLIS.

O turismo vem sendo considerado como uma atividade potencial capaz de gerar emprego e renda, tratando-se de uma alternativa para o desenvolvimento econômico dos municípios de semi-árido, “uma vez que essa região apresenta frágil condição climática, que dificulta a produção intensiva voltada para a agricultura e o interesse por indústrias de ali se estabelecerem” Morato (2003, p.22).

De fato, o turismo para o município de Canindé do São Francisco vem sendo apontado por diversos programas como a atividade capaz de propiciar o desenvolvimento local, ao menos na “elaboração” das propostas, uma vez que até aqui as atividades desenvolvidas não ultrapassaram as capacitações e treinamentos tanto para o atendimento ao público, como para a “conscientização” da população local para essa atividade.

O olhar lançado para o local pelas diversas instituições de planejamento está destoante do olhar dos atores sociais, os quais não vêm considerando essa atividade como capaz de deslanchar o desenvolvimento local sustentável e propiciar uma melhora coletiva. É preciso admitir que as atividades de suporte ao turismo nem sempre são percebidas como tal.

Diversos setores e produções acadêmicas vêm focando o turismo ora como uma alavanca do desenvolvimento sustentável, ora como mais uma estratégia capitalista

imposta pelo processo de globalização, que num processo homogeneizador busca inserir os locais à lógica do mercado. São considerações feitas à luz do contexto político e ideológico e seu sentido valorativo da escala espacial que envolve essa atividade, questões estas que não cabem nas pretensões e limites deste estudo.

Contudo, as necessidades fundamentais da população local devem ser priorizadas e estas são alcançadas através da gestão participativa, garantindo a diversidade e autonomia cultural das comunidades, exercitando assim o fortalecimento das organizações da sociedade civil.

Esta constante proposição (ou seria imposição?) das instituições vem destoando da proposta de desenvolvimento local sustentável. Dentro da racionalidade econômica até o objetivo “melhorar a qualidade vida” vem sendo propalado como se fosse um padrão a ser seguido, mimetizando experiências, tendo como referência um padrão do que deu certo, sem respeitar as diversidades, os valores e tradições próprios do local.

A comunidade, que sofre os impactos dessas investidas, intermitentes, pontuais ou mal sucedidas, deve se enxergar nas propostas que dizem respeito as suas vidas. Contudo, sua maior colaboração está em ver seu saber local valorizado e presente nestas propostas, seja o efeito positivo ou negativo, as potencialidades locais, tal qual as limitações serão ações endógenas, e esse exercício proporciona as sinergias para o crescimento da participação cidadã, cujos desdobramentos serão sempre a constante busca para alcançar os objetivos e significados singulares do que seja qualidade de vida.

Ao invés de lançar mão de novas tecnologias ou adequá-las para atingir novos fins, estas devem ser propostas em harmonia com a diversidade de cada local, seus valores e tradições. É importante salientar mais uma vez que esse estudo não compreende a cultura enquanto processo estático, as mudanças ocorrem naturalmente, nesse movimento o homem muda e também transforma, pois esse é um processo cultural intrínseco a humanidade. No entanto, a forma como essas mudanças ocorrem e são apreendidas é que fará toda a diferença entre propostas de fato sustentáveis e endógenas ou, estratégias insustentáveis e exógenas.

Conforme propõe Oliveira (2003), integrar a sustentabilidade cultural às políticas de desenvolvimento local requer respeitar e afirmar as identidades existentes, satisfazer as necessidades na perspectiva dos mais interessados, reconhecendo-os enquanto seres criativos e expressivos, envolvendo diversidade de trabalho, artes criativas, desenvolvimento de habilidades e talentos e produção de eventos culturais que colaborem na formação de agentes de transformação social.

Obviamente essa é uma questão muito mais ética do que prática, pois há todo um arcabouço teórico afirmando que as comunidades não sabem decidir o que é melhor para elas, colocando como justificativa, “a questão global”, a racionalidade econômica. No entanto, um dos pontos destacados como condição “exitosa” de planejamentos é o fato da comunidade/alvo se enxergar neles, ser participante e não vê-los como propostas pré-definidas, pacotes para serem legitimados e executados, quando então é montado todo um aparato para “certificar o que não é certificável, legitimar o que não é legítimo”³³.

Esses foram os resultados dos passos trilhados, no processo de desvelar o fenômeno estudado, os quais, se espera, tenham deixado pistas claras e suficientes para uma possível retomada do caminho, pois a depender do enfoque, ainda tem muito a ser desbravado, pois é “caminhando que se faz o caminho”.

³³ Essa expressão surgiu durante discussão no II encontro da ANPPAS (Associação Nacional de Pesquisas e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade) em Indaiatuba - SP durante o GT: Conhecimento local e meio ambiente em 27 de maio de 2004.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um estudo de caso não tem a pretensão de generalizar, no entanto os entraves e olhares aqui levantados podem ilustrar o que vem ocorrendo nas demais localidades do país, a despeito das considerações feitas em relação às experiências avaliadas como “as que deram certo”, tendo em vista replicá-las.

O município de Canindé do São Francisco é uma amostra da insustentabilidade do DLIS, mas não podemos perder de vista que este é um processo em curso. Sendo assim, esta análise pretende contribuir para a reavaliação das ações no que se refere aos pontos de estrangulamento, mas também o fortalecimento dos pontos positivos, ambos apontados por aqueles que são considerados os beneficiários das ações inferidas.

Cabe ainda esclarecer que alguns pontos aqui destacados já foram apontados por grupos de estudos e pesquisas realizadas sobre DLIS como “impactos”, “fatores de êxito” e “fatores de fracasso”, portanto o presente estudo validou algumas proposições e desvelou outras. As respostas pertinentes às questões desse estudo, bem como as geradas durante a investigação, suscitaram muito mais novas discussões e investigações, do que esclarecimentos.

O DLIS/SEBRAE conseguiu mobilizar a maior parte das organizações sociais, unidade de análise desse estudo. Estudos apontam que o fato da escala municipal ser alvo constante de projetos intitulados como participativos, a população acaba atendendo as primeiras convocações, mas não ultrapassam a etapa de negociação/elaboração. Nesse estudo o fator responsável foi a distância política, entre as quais, a divergência de interesses entre proponente e beneficiários.

O DLIS conseguiu inicialmente mobilizar um número considerável de representatividade, embora ao final o resultado apontasse uma proporção entre participantes e desistentes de 14 por 10. A princípio, esta foi uma oportunidade propícia para gerar sinergias, confiança, e demais características necessárias para promover o desenvolvimento sustentável local. Conforme foi destacado pelos atores sociais, possibilitou a auto-estima, o encontro das organizações sociais do município

representadas pelas lideranças, ressaltando ainda o caráter “autêntico” dessas lideranças, num mesmo local, para discutir acerca dos problemas da localidade.

Não obstante esse processo foi abalado por diversas questões que tornaram insustentáveis as ações iniciadas no município. Uma das premissas do DLIS consiste no processo de capacitação para fortalecer as organizações sociais, na linguagem DLIS, “aumentar ou gerar capital social”, em que pese num primeiro momento da avaliação, os atores terem declarado satisfeitos com a participação nos cursos, terem compreendido a importância da prática coletiva em oposição às práticas individualistas. Contudo, frente a toda essa compreensão, contrariamente o DLIS optou por privilegiar um representante por organização. Ou seja, tudo que foi “investido” teve repercussão mais individual do que coletiva.

É possível questionar se os resultados não teriam sido qualitativamente maiores, caso a comunidade tivesse sido incluída. O DLIS perdeu um momento ímpar para envolver, através da participação co-responsável, todos os integrantes das comunidades, estimulando novas lideranças e envolvendo as antigas, não só para assumir um papel dentro da organização, mas para somar o coletivo, garantindo a sustentabilidade das organizações e do processo de negociação.

Essa estratégia colaborou com a centralização ainda muito forte dentro das organizações sociais. Decerto que essa questão perpassa por uma discussão não aberta aqui, ou seja, qual a melhor forma de inserir a população em processos participativos? A democracia representativa ou a democracia participativa? é possível em processos decisórios limitar participação?

Até que ponto pode-se caracterizar o processo decisório como participativo se nem todas as partes relevantes e interessadas participaram? Parte esta, fonte de conflitos, os quais se não forem dada a devida atenção, sendo ignorados, colocam qualquer projeto na ordem da insustentabilidade.

Essa é uma decisão política a despeito do que se espera com determinados encaminhamentos: legitimar o que não é legítimo ou exercitar a participação cidadã.

Outra consequência dessa ação, levantada nesse estudo, é o rompimento do diálogo a partir do desligamento do representante do Fórum quando este se afasta da organização, ou da localidade, realidade essa constatada também entre algumas instituições parceiras.

Embora momentos como estes geralmente sejam palcos de divergências e conflitos entre diferentes atores, no local de estudo, esses efeitos foram bem evidenciados. A hierarquia de poder não foi diminuída uma vez que a aproximação entre governo local e sociedade civil não foi estabelecida, não só pela ausência de negociação, mas pela visão que foi formada a respeito do governo local, impossibilitando qualquer aproximação.

Os demais atores, identificados nesse estudo como desistentes não se sentiram contemplados no que diz respeito às suas posições, ou seja, os conflitos de opinião não foram resolvidos de forma democrática. Por sua vez, o segmento participante se sentiu isolado do processo após a fase de elaboração dos projetos, desconhecendo as fases em que o processo desencadeado se encontra.

O objetivo ligado à proposta integradora do DLIS para estabelecer novas relações entre a comunidade e as parcerias, afim de que aquela assumisse o processo desencadeado também não se consolidou, haja vista para os atores sociais as atividades das instituições parceiras não terem se tornado transparentes, em que pese estas terem ocorrido ou não.

Diante desse quadro, algumas questões se impõem: Até que ponto esses desdobramentos comprometem a sinergia local? Qual o rebatimento desses impactos na capacidade criadora dos atores sociais buscarem novas alternativas, levando em consideração as características culturais, decidindo o que deve ser aceito ou não em relação às propostas exógenas? *“um dia eu me senti tão angustiado, perguntando-me se meu trabalho valeria a pena, voltar a fazer questionamento, (...) porque está cada vez pior, as pessoas estão desacreditadas, e não estão participando das comunidades. Porque houve participação, tinha representante que até pernoitava para participar”.*

Aumento da descrença, frustração e desencanto, contribuem para aumentar a desmobilização. Esse sim poderá ser de fato um impacto negativo difícil de ser sanado. A falta de credibilidade dessas iniciativas em sua maioria é abalada pela falta de resultados concretos, cobrança justa, uma vez que se cria todo um clima de expectativas, nas quais são depositadas sonhos, esperança e tempo.

Contribui para esse quadro a repetição de ações similares implementadas por outras instituições no mesmo local. Ações estas que conforme depoimentos não trazem mudanças. Trata-se de um processo que aos poucos vai minando a confiança e tolerância para compreender processos participativos, e propostas em longo prazo. Esses foram pontos levantados nesse estudo que requerem soluções que extrapolam objetivos de ação, pois dizem respeito a princípios e redirecionamentos conceituais que tocam em relações de poder e cultura institucional.

A história de vida realizada nessa pesquisa pode ser uma boa estratégia a ser seguida, uma vez que a mesma proporcionou uma avaliação do envolvimento e experiência dos atores envolvidos com o desenvolvimento local, bem como saber das experiências anteriores no que concerne a capacitação e experiências com outros projetos similares. Obviamente que o momento será mais rico ainda considerando que a metodologia consegue reunir, ainda que num primeiro momento, um grande número de atores.

Os municípios têm sido a escala territorial valorizada para as ações de programas de cunho participativo. Se for levado em conta o termo “construção coletiva” na definição dos projetos de desenvolvimento-econômico, social e ecológico, conhecer as características da comunidade, e não só do local, passa a ser essencial.

Em um município que o próprio diagnóstico apontou a maioria da população como rural, foi desconsiderado o aspecto cultural, tal qual a atividade da maioria estar relacionada com as atividades desenvolvidas no campo, a ponto dos atores reivindicarem menos reuniões e, não somente na sede. De fato, um dos direcionamentos para que as reuniões ocorram nas sedes municipais, é a garantia de apoio, ou seja, transporte e alimentação.

Dadas as características históricas de um país como o nosso, tem sido uma conquista a cada passo a participação, e nesse sentido o que vier na contra mão, ao invés de fortificar pode estagnar, ou como em alguns casos, levar os atores sociais a só se comprometerem com o que pode ser traduzido em atividades concretas através do financiamento já garantido, excetuando o momento de elaboração participativa dessas ações.

Nesse sentido, o “olhar” dos atores para essas ações passa a ser traduzido como *“tudo o que foi proposto é importante”*, independente das ações estarem vinculadas à peculiaridade local e as características da população, ou se os projetos reforçam vínculos de pertencimento, ou ao contrário, apresentem propostas que diferem do ideal dos atores de *“poder viver na localidade com dignidade”*. O que passa a contar é a possibilidade de alguma ação se realizar.

Nesse contexto, a linguagem econômica tem grande força, o vocábulo “vocação” é um exemplo, e desse assunto, entendem melhor os técnicos capacitados, cuja proposta de homogeneização não abre espaço para o diálogo entre os diferentes saberes. Quanto a gestão participativa do espaço realizada pela comunidade, pode-se aferir que esta ainda é um embrião no nosso sistema social, mas difícil será amadurecer esse processo se a comunidade não se reconhecer como autora das demandas, onde é acentuado os aspectos culturais, o saber tácito Valle (2003).

O padrão de desenvolvimento sustentável, embora pautado em princípios gerais, não tem um caminho único, mas sim diversificado, segundo as diversidades locais e regionais. Trata-se de reconhecer o homem em todas as suas dimensões e por consequência o seu “lugar”. Esse é um ponto diferencial na medida em que o local passa a ser visto em toda a sua diversidade, no entanto como singular.

De fato, os pressupostos do desenvolvimento local sustentável cujos desdobramentos deveriam garantir a equidade social, bem como abarcar as gerações futuras não foi um intento alcançado no município de Canindé do São Francisco, haja vista não ter alcançado os anseios da geração presente: *“... a gente começa a enxergar o*

futuro, mas lá na frente o que a gente deve fazer no presente pra ter um futuro melhor” (segmento participante).

Neste sentido, conforme propõe Vieira³⁴ (1999, p. 68) é preciso reavaliar a jornada sem perder de vista a visão utópica que nos leve a transcender o futuro tendo como ponto de partida o “agora”, pois a utopia sempre nos lança a um passo à frente, ela nos põe sempre a caminho, a ir além, a não nos contentar com o realizado, mas a *fazermos*³⁵ mais.

Futuras pesquisas poderão ser desenvolvidas tendo em vista ampliar a discussão desse estudo. Considerando os projetos de médio e longo prazo e o contexto político que requer a mudança dos dirigentes das organizações parceiras e de autoridades governamentais, é essencial apontar mecanismos que garantam a continuidade, e engajamento das organizações e dos atores locais no processo desencadeado.

Com intuito de avaliar a qualidade da multiplicação do processo de capacitação, futuras pesquisas deverão estender a avaliação até os outros membros das organizações representadas, a fim de verificar como se dá o repasse das informações e formação obtida pelos seus representantes, constituindo-se em indicador de êxito alcançado ou a ser perseguido, bem como avaliar os impactos da democracia representativa.

A escala territorial eleita para ações do DLIS é o município, este é por natureza, histórico e culturalmente espaço de poder, conflitos e diferenças. Seria salutar termos um estudo sobre o grau de envolvimento do governo local, como estes recebem a chegada de programas que desencadeiam políticas públicas.

Os indicadores de sustentabilidade cultural aqui formulados para a análise foram ferramentas imprescindíveis. Espera-se assim que os mesmos com as devidas adaptações, considerando os diferentes contextos, possam contribuir para o alcance social e econômico de projetos de âmbito nacional e subsidiar a elaboração e execução de políticas públicas participativas e sustentáveis no Nordeste.

³⁴ Vieira, T. P. O nosso Deus: um Deus ecológico por uma compreensão ético-teológica da ecologia. São Paulo: Paulus, 1999.

³⁵ Grifo meu.

CAPÍTULO 7

TRILHA METODOLÓGICA

7.0 - TRILHA METODOLÓGICA

“O caminho da pesquisa não é um mero elo que liga o sujeito a um tema a ser pesquisado: antes, é a relação profunda, pois a partir deles emergem procedimentos que os identificam mais ainda, e os tornam cúmplices de um mesmo processo. Diz-se, portanto, que a metodologia é uma síntese desta relação” (José E. Mendes).

7.1 - BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA

Podemos concordar com Matos & Vieira (2001) quando apontam que o desenvolvimento da ciência é resultante da insatisfação humana frente o desejo de obter respostas que possibilitem compreender os mistérios que norteiam o mundo. No entanto, o próprio processo evolutivo da ciência não limita a esta o direito de se investir como único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade, antes são as “formas de conhecimento, conteúdos inteligíveis que dão um sentido a determinado aspecto da realidade” Severino (2002, p.151).

É a forma de observar os distintos conhecimentos (popular, filosófico, religioso e científico), que vai caracterizá-lo como conhecimento científico e “no processo de apreensão da realidade do objeto, o sujeito cognoscente pode penetrar nas diversas áreas (...) e por sua vez, estas formas de conhecimento podem coexistir na mesma pessoa.” Lakatos & Marconi (1986, p. 18).

Tornar os fenômenos e as complexidades claras ao entendimento só é possível à medida que o conhecimento científico reduz e recorta o real em objetos de estudo e nesta trilha em busca da apreensão da realidade é indispensável uma organização do pensamento e procedimentos metodológicos. A pesquisa coerente “consegue incorporar seu ecletismo as contribuições de perspectivas teóricas diferentes, articulando dialeticamente a vida, os dias, o sofrimento dos miseráveis e as estruturas sociais, incorporando uma viva e rica experiência das contradições e conflitos que o cientista social inevitavelmente vivencia” Mendes (2002, p.180-181).

A própria complexidade do mundo social suscitou inúmeras possibilidades de abordagens e procedimentos para diferentes tipos de fenômenos presentes no tecido social. Sendo assim, “o método amplia-se, pluraliza-se, e passa a se referir à caminhada, dependendo tanto do objeto quanto do sujeito da pesquisa, devendo ser explicitado no intuito de se garantir o rigor e a fidedignidade das informações, para que a partir delas se desvendem relações que configurem o real” Mendes op. cit.

7.2 - O LOCAL – ÁREA DE ESTUDO

A povoação de Canindé teve origem por volta de 1936, às margens do Velho Chico, formando dois pequenos arraiais situados entre morros, que ficaram conhecidos como Canindé de Cima e Canindé de Baixo. Essa povoação deixou de existir a partir da implantação da usina de Xingó. A justificativa para a transferência da sede do município foi que, além da cidade não ter espaço para se expandir, situava-se na chamada área de risco da hidrelétrica.

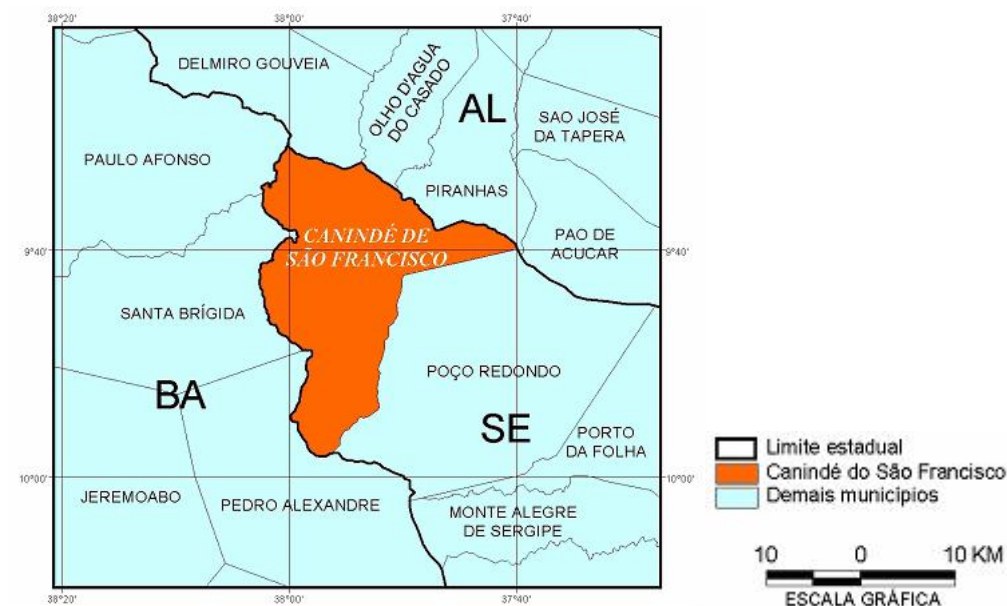
A nova Canindé foi construída pela CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – e entregue aos moradores. A cidade, apesar de projetada, com áreas administrativa, comercial e residencial, não foi estruturada o suficiente para receber a quantidade de gente que procurou o local com o sonho de melhorar de vida.

Desde meados da década de oitenta a área de estudo vem sendo alvo de diversas políticas públicas estatais, projetos e atuação de instituições locais. Projetos como a Hidroagrícola Califórnia, a construção e o funcionamento da Usina Hidrelétrica Xingó, e em consequência o deslocamento de sua sede original, causaram impactos nas diversas esferas.

Em História dos Municípios (2002, p. 47) o escritor Alcino Alves Costa faz a seguinte narrativa sobre os efeitos desse deslocamento:

A Nova Canindé era o grande eldorado de Sergipe. E os pioneiros da velha Canindé? O que foi feito deles? Quais as providências e cuidados que as autoridades do Estado e do País tomaram em relação às famílias do pequeno núcleo ribeirinho? [...] Cada um daqueles beiradeiros sonhava com melhores dias, uma condição melhor, uma mesa farta, e junto a esses sonhos, a certeza da continuidade da paz e harmonia que gozavam no pequenino lugar de seus troncos e raízes. O tempo passou. Lá se vão 14 anos da inauguração da nova cidade. O município enriqueceu, o povo empobreceu ainda mais. A maioria dos que vieram da Velha Canindé perdeu sua identidade e hoje é considerada resto de um povo que perdeu suas casas, sua tranquilidade e o aconchego das ruazinhas poeirentas do lugar em que nasceu e viveu os melhores anos de sua vida.

O município de Canindé do São Francisco está localizado no extremo noroeste de Sergipe, na mesorregião do Sertão Sergipano e integra a Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco. Limita-se ao norte com a cidade de Piranhas (Alagoas), separado pelo Rio São Francisco, ao sul e oeste com o estado da Bahia, e a leste com o município de Poço Redondo. Possui área de 908,2Km², a distância até a capital é de 213 km e a principal via de acesso é a rodovia estadual SE-208. Sua população atual, segundo o IBGE (2000), é de 17.749 habitantes.



Mapa 7.1 – Localização do Município Canindé do São Francisco-SE
(Laboratório de Geoprocessamento - Instituto Xingó/INPE, 2003)
Fonte: IBGE – 2003

Após a construção da hidrelétrica o município passou a ser um dos mais visados do estado, tanto comercialmente quanto politicamente. A receita mensal do município era uma das menores, mas decorrente do ICM da usina, ultrapassou os R\$2,5 milhões, só perdendo para a capital do Estado.

Além da implementação da metodologia DLIS, a partir de 2001 também foram executados no município os programas estruturantes como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo), Projeto Alvorada, PRONESE, Farol do Desenvolvimento, ações em diversas áreas pelo Programa Xingó, Comunidade Solidária e Comunidade Ativa.

7.3 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O recorte que delimita o fenômeno estudado reivindicou uma abordagem qualitativa. Etimologicamente a palavra qualidade deriva de *qualitas* e refere-se à essência das coisas, essa abordagem, segundo Demo apud Lustosa (2003) contempla temas como cidadania, pobreza, política e participação, uma vez que estão intimamente relacionados com as discussões de qualidade.

Para Lustosa (2003, p.177) ao trabalhar com abordagens qualitativas de um fenômeno social pretende-se, “em que pese as dificuldades de se medir o essencial, é buscar compreender a realidade observada para além dos seus traços sujeitos à formalização, agregando nesse esforço diferenças, profundidades distintas, perspectivas políticas, em suma, qualidade”.

Em se tratando de avaliação de processo a pesquisa qualitativa valoriza a perspectiva interna considerando o ponto de vista dos sujeitos participantes da situação em estudo, nesse sentido buscou-se conjugar os diferentes conhecimentos num esforço para melhor apreender a realidade do fenômeno estudado. Este tipo de investigação conforme destaca Godoy (1995, p. 63) permite verificar a influência de determinado fenômeno nas diversas esferas, pois: “não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações”.

A abordagem qualitativa possibilita ainda compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, e em dadas situações as observações qualitativas podem ser usadas como indicadores do funcionamento de estruturas sociais e em outro aspecto propicia a compreensão de aspectos psicológicos os quais, dada a natureza complexa, justifica estudos dirigidos à análise de atitudes, motivações, expectativas, valores, opiniões etc. Oliveira (1999, p.117).

Os diversos olhares e perspectivas no processo de análise é resultado da evolução da ciência, especificamente da pós-modernidade, no entanto este ainda é um caminho norteado por posições antagônicas que requer um constante ato de (des)construção. A este respeito Santos Boaventura (2003, p.89) afirma ser necessário,

reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador mas, apesar

disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico.

Essa interpelação entre senso comum e conhecimento científico é um ousado convite do autor para se inovar um novo padrão investigativo, e esta não poderá ocorrer sem a inversão da ruptura epistemológica ocorrida na ciência moderna quando houve “o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum” Santos Boaventura (2003, p.90).

Os métodos de procedimentos, numa tentativa de diferenciá-los dos métodos de abordagem, podem ser admitidos como técnicas, pois pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno, limitadas a um domínio particular Lakatos & Marconi (1992). Em se tratando de pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais, a presente investigação se valeu do estudo de caso com enfoque exploratório, descritivo, e explicativo.

Para Triviños (1987) os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência bem como encontrar os elementos necessários que possibilitem, em contato com determinada população obter um melhor conhecimento sobre o objeto de estudo. Essa assertiva aplica-se aos estudos de caso uma vez considerado sua natureza complexa tendo como foco fenômenos atuais, que só podem ser analisados dentro de um contexto de vida real. Investiga ainda situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claros. No processo de revelação, múltiplas fontes de evidência são empregadas Godoy (1995).

A etapa descritiva do estudo permite ao investigador descrever aspectos gerais e amplos do fenômeno pesquisado através de sua ordenação, classificação, análise e interpretação bem como estabelecer causas, relações e conexões com outros fenômenos. Estabelecer um limite entre as pesquisas descritivas e exploratórias torna-se dispensável, pois algumas pesquisas definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo para proporcionar uma nova visão do problema, podendo assim também serem classificadas de exploratórias Gil (1996).

O enfoque explicativo objetiva identificar os fatores que determinam ou influenciam a ocorrência dos fenômenos. A busca da explicação é intensamente perseguida durante todo o processo de condução Campomar (1991, p.97).

Nesse sentido, a essência ou tendência do estudo de caso é tornar compreensível “uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas foram tomadas? Como elas foram implementadas? E, quais os resultados alcançados? Uma das limitações mais apontada dessa técnica refere-se ao seu caráter “particularizante”, no entanto o estudo de caso não representa uma amostragem e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). E ainda que sejam pouco abrangentes, as generalizações através das replicações ou estudos de casos múltiplos podem ganhar novos significados, ilustrando diferentes contextos Yin (2003).

7.3.1 - Sinalizando a trilha - o delineamento da pesquisa

Diversas técnicas de coleta de informações foram utilizadas tendo em vista apreender a totalidade do tema e explorar as evidências que possibilitassem o desvelar do fenômeno estudado. Segundo Oliveira, (2002, p.164) “a produção de uma pesquisa é um processo que se efetiva com a participação de vários sujeitos e a partir de conhecimentos já elaborados sobre a temática”. Trilhando esses passos o processo investigativo desse estudo utilizou a documentação direta e indireta.

A documentação indireta é gerada a partir da pesquisa documental e bibliográfica a quais possibilitou gerar os dados secundários. Os dados secundários são aqueles coletados por pessoas que não participaram da sua elaboração, podendo se constituir de material já elaborado cientificamente ou não Lakatos e Marconi (1992).

Nesse estudo a pesquisa documental reuniu todo material resultante do que a metodologia DLIS classifica como participativo, a saber, o Diagnóstico Participativo, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, a Agenda Local do Município,

bem como o que havia disponível de memórias das reuniões e listas de presença e outros documentos ligados à execução da metodologia.

No estado de Sergipe os seguintes órgãos foram consultados: o SEBRAE, executor da metodologia, cuja sede estadual localiza-se na capital Aracaju e o SEBRAE regional, situado no município de Nossa Senhora da Glória-SE. Ainda foi realizada consulta via internet ao banco de dados da Comunidade Ativa³¹, AED³² (Agência de Educação para o Desenvolvimento) e SEBRAE³³.

Em Canindé do São Francisco foi feita consulta ao CONDEM (Conselho de Desenvolvimento Municipal de Canindé do São Francisco) para levantamento sobre o funcionamento, localização, composição e forma de participação das organizações sociais no município.

A pesquisa bibliográfica norteou todas as etapas investigativas desse estudo. Em decorrência da problemática pesquisada e reconhecendo o valor cumulativo da ciência, foi feito levantamento em bibliotecas acadêmicas de forma direta e indireta, pela internet, a fim de verificar o que já havia sido produzido a respeito do tema em questão.

A pesquisa documental direta foi constituída pela técnica de entrevista semi-estruturada, com questões semi-abertas de caráter individual (anexo), e pela observação simples, o que possibilitou a geração dos dados primários, compreendidos como aqueles “produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que estão sendo estudados” Godoy (1995, p.22).

Mesmo possuindo limitações, as técnicas de interrogação viabilizam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos atores envolvidos. É ainda um meio eficaz para a obtenção de informações acerca do que a pessoa “sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz, ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes” Selltiz apud Gil (1996, p. 55).

³¹ <http://www.rededlis.org.br>

³² <http://www.aed.org.br>

³³ <http://www.sebrae.se.com.br>

No contato com os atores sociais entrevistados os procedimentos iniciais foram de apresentação do pesquisador e da instituição, do objetivo da pesquisa e relevância da contribuição solicitada. A maioria das entrevistas ocorreram na sede do município, algumas realizadas no local de trabalho, e as demais nas localidades em que os representantes das associações residiam.

Com prévia autorização foi feito uso do gravador. A introdução desse instrumento foi justificada ao entrevistado considerando a assertiva de Queiroz apud Mendes (2002, p.178) ao validar sua utilização, uma vez que o mesmo “permite apanhar com fidelidade os monólogos do informante, ou diálogo entre informante e pesquisador”, portanto o momento foi de grande contribuição e este procedimento evitou o risco de perder informações.

Em relação as transcrições foram suprimidos nomes bem como suas respectivas organizações ou qualquer detalhe que identificasse os autores, compromisso assumido antes da gravação tendo em vista garantir a espontaneidade e veracidade das informações e evitar constrangimentos posteriores, visto que uma das propostas após a conclusão desse estudo é apresentar os resultados para os envolvidos e demais interessados. Decorrido o tempo oficial da entrevista e desligado o gravador a “conversa” tinha prosseguimento por parte do entrevistado e muitas declarações ainda foram feitas.

A entrevista enquanto técnica não é garantia de respostas sequenciais. A relação de confiança estabelecida entre pesquisador e depoente é uma conquista que se dá ao longo da entrevista. Nesse sentido, muitos questionamentos só foram respondidos após estabelecida essa relação de confiança, quando então os atores sociais faziam ressalvas, ou retomavam o assunto anterior. Para efeito de análise foi obedecida a seqüência estabelecida na entrevista. As transcrições deram-se na íntegra, e este foi um momento rico no sentido de possibilitar reviver o momento vivido, um esforço de através das falas, entonações, reticências e silêncio, tentar captar a essência do que se quis passar, bem como o que se buscou encobrir.

A observação simples ocorreu durante todo o processo *in locu* através dos contatos com as pessoas do local para localizar os atores e as sedes das organizações; presenciando

eventos que reuniram alguns representantes e organizações sociais na sede; a movimentação dos munícipes em decorrência do processo eleitoral, no ouvir com respeito e atenção as opiniões, complementos e desabafo dos entrevistados acerca do que estava ocorrendo no município.

Ocorreram ainda participações em eventos e discussões que abordaram temas pertinentes ao fenômeno estudado em nível regional e nacional, tal como a Feira do Empreendedor, promovido pelo SEBRAE em Aracaju - SE, cuja palestra proferida foi: “Sensibilização para o DLIS; o II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), realizado em Campinas/Indaiatuba (SP), grupo de trabalho: conhecimento local e meio ambiente; o IX EREG – Encontro Regional de Estudos Geográficos, Eixo Temático: Relações de poder, atores sociais, (Re) territorialização no nordeste, realizado na Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão e a V Semana de Meio Ambiente, realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

7.3.2 - Universo, amostra e unidade de análise

O universo desta pesquisa delimitado a priori, pretendeu abranger as organizações sociais inseridas nos conselhos municipais, sindicatos e associações de moradores envolvidos na passologia da metodologia DLIS, denominada FDLIS (Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), implementada pelo SEBRAE no município de Canindé do São Francisco.

Do cadastro dos participantes do FDLIS fornecido pelo SEBRAE regional foi possível levantar os nomes dos representantes, organizações e endereços. Entretanto, a pesquisa exploratória revelou não ser este o melhor instrumento para localizar e identificar os atores sociais locais³⁴ envolvidos no Fórum, uma vez que foi identificado organizações, cujos representantes não participaram ou desistiram de continuar participando e não constavam no referido cadastro.

³⁴ Segundo Vargas (1999, p.9) os atores sociais locais são os representantes locais das demandas sociais, trata-se, portanto de um universo heterogêneo formado pelos prefeitos, vereadores, líderes políticos locais, dirigentes de órgãos e instituições governamentais e civis. São os atores receptivos e/ou receptores das políticas de desenvolvimento.

Nesse sentido, o passo seguinte foi tomar como referência as organizações listadas nos documentos: Diagnóstico Participativo, visto que neste constava o quadro representativo do município a época da implementação do FDLIS, conforme quadro 7.1, e o cadastro do CONDEM (Conselho de Desenvolvimento Municipal de Canindé do São Francisco), fundamentais enquanto meio de orientação para a localização e confirmação das associações existentes. A seguir, o quadro das organizações sociais do município e, em destaque, aquelas abrangidas pela pesquisa de campo.

Quadro 7.1 - Organizações sociais do município

ENTIDADES RELIGIOSAS
02 Igrejas Católicas (Sede)
01 Igreja Católica (Pov. Capim Grosso)
01 Igreja Católica (Pov. Curituba)
01 Igreja Católica (Assentamento Cuiabá)
01 Igreja Assembléia de Deus Mins. Missão (Sede)
01 igreja Assembléia de Deus Mins. Missão (Pov. Capim Grosso)
01 Igreja Assembléia de Deus Mins. Missão (Pov. Curituba)
01 Igreja Assembléia de Deus Mins. Perus (sede)
01 Igreja Universal (Sede)
02 Igrejas Cristãs do Brasil (Sede)
01 Igreja Testemunhas de Jeová (Sede)
01 Igreja Testemunhas de Jeová (Sede)
01 Igreja Testemunhas de Jeová (Sede)
01 Igreja Testemunhas de Jeová (Sede)
01 Igreja Deus é Amor (Sede)
ORGANIZAÇÕES CIVIS/ CONSELHOS MUNICIPAIS E COMITÊS
CTCA - Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMS – Conselho municipal de Saúde
CMT – Conselho Municipal de Turismo
CONDEM – Conselho de Desenvolvimento Municipal
CME – Conselho Municipal de Educação
CCEEDJB – Comitê Comunitário da Escola Estadual “Dom Juvêncio de Brito”
CCCEDMB – Comitê Comunitário do Colégio Estadual “Delmiro de Miranda Britto”

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS
Associação do Comércio e Indústria de Canindé do São Francisco – ACICASF
Associação Comunitária da Agrovila – ASCOAGRO
Associação Comunitária da Comunidade Salinas – ACCS
Associação Comunitária do povoado Pelado – ACPD
Associação Comunitária Nossa senhora da Conceição – ACNSC
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Curitiba – ADCC
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Caqueiro – ADCPC
Associação de Desenvolvimento Comunit. São Marcelo do Pov. Volta – ADCSMPV
Associação dos Agricultores Irrigantes de Canindé do São Francisco – ASSAI
Associação dos Pescadores de Canindé do São Francisco – APECASF
Associação dos Pescadores do Povoado Cabeça do Negro – APPCN
Associação dos Prod. Rurais da Área de Sequeiro do Perímetro Irrigado Califórnia – APRASPIC
*Associação Agropecuária do Gualter – ASSAGUA
*Associação dos Moradores e Trabs. Rurais do Pov. Curitiba – AMTRPC
*Associação dos Moradores da Localidade Lagoa do Frio e Adjacências – AMLLFA
*Associação dos Peq. Prods. Rurais do Perímetro Irrigado Califórnia – APICAL
*Associação dos Peq. Prods. Rurais e Piscicultores de Xingó – APROPEC
*Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Cuiabá – ATRAC
*Associação dos Rurais do Assentamento Nova Canadá – AMTR
**Associação Comunitária de Capim Grosso – ACCG
**Associação Comunitária e Produtiva Antônio Apolônio Costa – ACPAAC
**Associação de Moradores de Capim Grosso – AMCG

■ Organizações entrevistadas

(*) Associações faltando atualizar parte de sua documentação

(**) Associações desativadas

Fonte: Diagnóstico Participativo Local – Canindé do São Francisco/SE – Janeiro -2001, SEBRAE.

As organizações sociais descritas no Diagnóstico Participativo Local como “organizações não-governamentais”, conformam o segmento priorizado do processo investigativo por terem sido estas as que mais tiveram representatividade no Fórum, constituindo a unidade de análise desse estudo.

Além das 21 organizações levantadas no Diagnóstico, a pesquisa exploratória identificou mais 05 organizações sociais envolvidas no Fórum: a COOFRUCAL (Cooperativa de Fomento Agrícola do Projeto Califórnia) antiga ASC (Associação dos

Funcionários da COHIDRO), a Associação dos Produtores Rurais da Colônia Santa Rita, a Coordenação Regional do MST representando o Assentamento Jacaré Curitiba, a Associação Comunitária do Bairro Olaria (atualmente desativada) e o Conselho de Meio Ambiente Municipal³⁵.

Associações com documentação desatualizada ou incompleta não foi um critério totalmente considerado no levantamento, pois esse poderia não ter sido um fator impeditivo de participação no FDLIS. Sendo assim, o universo pesquisado foi composto de 29 atores sociais locais, sendo estes divididos em 03 segmentos:

- a) O segmento participante formado por 09 representantes, presentes na relação do diagnóstico e cadastro do SEBRAE Regional, e 05 levantados pela pesquisa exploratória, totalizando 14 participantes. Nesta análise foi considerado participante os atores sociais que participaram pelo menos dos quatro primeiros “passos” da metodologia DLIS: “mobilização e sensibilização”, “elaboração do Diagnóstico Participativo”, “elaboração do PDLIS” e “elaboração da Agenda Local do município”. Embora a passologia não se encerre nesse âmbito, só após a conclusão da pesquisa exploratória foi possível avaliar o grau de inserção dos participantes nas demais etapas da metodologia;
- b) O segmento desistente foi composto por 10 representantes, estes não estavam listados no cadastro e nem no Diagnóstico, sendo resultado da pesquisa exploratória, quando então se buscava levantar os não-participantes. Os desistentes são os atores locais que participaram de parte do processo sem terem chegado até a última etapa participativa destacada nessa análise. O processo investigativo revelou que uma minoria ultrapassou a etapa de “sensibilização”, não excedendo a três reuniões, com exceção de um representante que participou do diagnóstico e dois que revelaram ter dado assistência até o início da elaboração do PDLIS.
- c) O segmento não-participante foi formado por 01 organização social, listada no Diagnóstico como organização não-governamental, e 01 Sindicato dos

³⁵ Ao final do trabalho de campo, o secretário de turismo informou que o referido Conselho havia sido desativado.

Trabalhadores Rurais listado apenas no cadastro fornecido pelo SEBRAE. Caracteriza esse segmento a não participação em nenhuma das etapas da metodologia,

- d) Ainda foi identificado a participação múltipla de 02 atores sociais visto que os mesmos estavam representando duas organizações sociais no FDLIS.

No entanto, algumas organizações sociais listadas no diagnóstico não compuseram o universo dessa pesquisa devido ao difícil acesso aos representantes. Foi o caso da Associação dos Pescadores do Povoado Cabeça do Negro, cujo representante não foi localizado; a Associação Agropecuária do Gualter, localizada no acampamento de mesmo nome, pelo fato do representante ter se deslocado para outra localidade; a Associação dos Moradores e Trabalhadores Rurais do povoado Curituba, cuja representante não reside no município e nas duas viagens à localidade a mesma não estava presente; e por fim a representante da Igreja Católica da Sede, que teve participação confirmada no Fórum, mas foi transferida para outro Estado.

Na perspectiva de descobrir entre as organizações existentes quantas e quais participaram diretamente no FDLIS, após o levantamento verificou-se que a amplitude do universo não seria um fator limitante, sendo este considerado uma população pequena, nesse caso conforme justifica Mattar (1996, p.260-261) “realizam-se censos das populações (...) quando os requisitos do problema em estudo impõem à obtenção de dados específicos de cada elemento da população”.

Sendo assim o universo dessa pesquisa abrangeu a totalidade dos componentes do universo, não ocorrendo, portanto, a retirada de amostra, caracterizando a pesquisa como censitária. O tipo de variação de amostragem segundo Mattar op. cit. foi classificada como auto-gerada, pois, à medida que se localizava um dos atores sociais locais era lhe solicitado que indicasse outros representantes que tivesse participado do FDLIS, sendo este o principal fator que levou a investigação fazer uso dos documentos anteriormente citados.

Além do censo, foi identificado o segmento Protagonista Juvenil (PJ), composto por três representantes, identificados no cadastro como participantes do FDLIS. No

entanto, a pesquisa exploratória evidenciou tratar-se de um outro projeto desenvolvido pelo SEBRAE no município de estudo, conforme exposto no capítulo 5 intitulado: “Desvelando o DLIS - análise e discussões”.

Além dessas representações foi identificada a presença das seguintes instituições: ENSETUR (Empresa Sergipana de Turismo), PRONESE (Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe), o Programa Xingó, e a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe).

7.3.3 - Ferramentas operacionais: variável – dimensão - indicadores

As variáveis são definidas como características mensuráveis de um fenômeno, que podem apresentar diferentes valores ou serem agrupadas em categorias, são aspectos observáveis de um fenômeno, devem apresentar variações ou diferenças em relação ao mesmo ou a outros fenômenos. Richardson (1999, p.117). Para Kerlinger (1980, p. 45). são conceitos e constructos, podendo representar um termo geral que expressa a suposta idéia central por trás de objetos particulares relacionados. Nesse sentido, esse estudo constitui-se de uma única variável, a metodologia DLIS/SEBRAE, analisada sob a dimensão da sustentabilidade cultural.

Se o conceito de sustentabilidade não pode ser considerado pronto, sendo antes foco permanente de (des) construção, tendo em vista a complexidade advinda de um mundo em constante transformação de ordem econômica, ambiental e cultural, o mesmo pode se dizer em relação à formulação de indicadores de sustentabilidade, uma vez que, segundo Marzall & Almeida (2000), também encontram-se em processo de construção, testes, correções e adaptações. Esse caráter dinâmico do quadro conceitual e metodológico vem dificultando o consenso, tais quais os objetivos para tais.

Esse contexto só aumenta a relevância em investir na construção de indicadores para avaliar as diversas dimensões da sustentabilidade (social, econômica, política, cultural, etc.). Em se tratando de inovação foi possível constatar, através de pesquisa bibliográfica, que há um considerável número de investigações voltadas para a formulação de indicadores ambientais, no entanto a inserção das dimensões da sustentabilidade requer

indicadores que possibilitem avaliar os impactos gerados não apenas sobre o meio natural, mas alcance as dimensões socioculturais.

No que se refere à participação, enquanto vetor isolado, o campo já é mais vasto, sendo possível encontrar indicadores já em uso e outros em construção, isto porque no contexto atual cada vez mais o processo participativo passa a ser uma condição de êxito nas políticas e garantia de financiamento.

Com efeito, o que já existe de indicadores culturais encontra-se em um nível muito abrangente, a começar pela noção que se tem da “cultura”, remetendo-a muitas das vezes apenas ao enfoque erudito. Ao eleger a dimensão cultural como norteadora desse estudo, tomou-se como parâmetro o fato da cultura estar fortemente articulada ao processo de desenvolvimento.

Em sua dimensão antropológica a cultura é o elemento constitutivo do desenvolvimento compreendendo o conjunto dos elementos responsáveis pela organização socioeconômica e pela fixação da identidade social e das aspirações coletivas. Em sua dimensão patrimonial, a cultura define-se como o conjunto de riquezas materiais (recursos mobilizáveis, instrumentos) e imateriais (conhecimentos, técnicas) de uma sociedade formada ao longo de sua história e de sua interação com o meio natural Candeas (1999, p.140-147).

A dimensão organizacional compreende a racionalização das práticas sociais por meio de elementos normativos, institucionais e morais. Os conceitos e os papéis econômicos do Estado e do mercado são construções culturais, e mais que a racionalidade econômica, os comportamentos e regras pertencem às esferas da cultura política e da psicologia social Candeas op. cit.

Cohem & Franco (2002) destacam os indicadores enquanto instrumentos e procedimentos que possibilitam medir os resultados alcançados de um projeto ou política *respaldando ou não a alocação de recursos*. Já os indicadores ambientais e de sustentabilidade são ferramentas indispensáveis para o seguimento e a definição das

políticas, ações e estratégias que conduzam a um desenvolvimento sustentável e a *análise dos custos e benefícios* PNUMA-CIAT (1996).

Nesse estudo, a formulação de indicadores de sustentabilidade cultural visa avaliar o impacto dos passos já implementados (sensibilização e mobilização, e a elaboração dos documentos participativos) pela metodologia DLIS/SEBRAE sendo estes essenciais para desencadear a proposta de desenvolvimento local sustentável.

Em se tratando das pesquisas qualitativas discute-se como medir dimensões sociais. A idéia de que a medição está relacionada com a quantidade, cálculos e formas que só podem ser empregadas em pesquisas de cunho quantitativo, inibe o uso e a construção de indicadores no âmbito social e cultural. No entanto Raposo apud Krutman (2004, p. 32) reforça a construção de indicadores intangíveis posto que esta “é tarefa artesanal, a ser executada sob medida para cada projeto”.

Para Torquebiau apud De Camino & Muller (1996) os indicadores são uma medida de efeito da operação do sistema (no caso desse estudo, a variável metodologia DLIS/SEBRAE) sobre o descritor, se o sistema é sustentável tem um efeito positivo sobre o descritor, caso contrário o efeito é negativo.

Na perspectiva de responder as perguntas de pesquisa desse estudo foram formulados quatro indicadores: representatividade e envolvimento das organizações sociais, governo local e instituições parceiras; passologia da metodologia DLIS executada no município; participação dos atores sociais locais entrevistados; percepção de desenvolvimento sustentável após participação no FDLIS.

Os descritores, entendidos enquanto “características significativas para a manutenção e o funcionamento do sistema que permitirão alcançar o padrão de sustentabilidade idealizado”, são de natureza genérica e qualitativa. Os dados obtidos a partir deles para serem significativos devem referir-se a parâmetros, que necessariamente não são universais, estáticos e imutáveis, ao contrário estes são “limites que determinam o nível ou a condição em que o sistema deve ser mantido para que seja sustentável, balizadores fundamentais de um processo de medida da sustentabilidade”. Estes são

formulados de forma que reflitam os interesses concretos que se colocam para o avaliador naquele determinado momento histórico. Deponti et al. (2002, p.44-46)

O quadro 7.2 sintetiza a relação operacional entre essas ferramentas avaliativas e delimitadoras desse estudo.

Quadro 7.2 - Ferramentas operacionais

Dimensão	Variável	Descritores	Indicadores	Parâmetros
Sustentabilidade Cultural	Metodologia DLIS/SEBRAE	Representação social	Representatividade e envolvimento das organizações sociais, governo local e instituições parceiras.	<ul style="list-style-type: none"> -Atores presentes e ausentes -Autenticidade das lideranças locais -Poder de deliberação (autonomia) -Maior aproximação entre organizações sociais e governo local -Envolvimento e participação
		Passos da metodologia	Passologia da metodologia DLIS executada no município.	<ul style="list-style-type: none"> -Estratégias de mobilização -Importância atribuída a metodologia para o município -Continuidade das ações -Mudança no processo participativo das organizações
		Atores Sociais	Participação dos atores Sociais locais entrevistados.	<ul style="list-style-type: none"> -Diagnóstico Participativo -PDLIS -Agenda Local -Poder de negociação frente as opiniões opostas -Mudança no processo participativo das organizações após o FDLIS
			Percepção de desenvolvimento sustentável após participação no FDLIS	<ul style="list-style-type: none"> -Metodologia DLIS -Importância atribuída a cooperação, parceria, coordenação central e estudos sobre o local -Projetos contidos nos documentos (PDLIS, Agenda)
		Padrão tecnológico	Percepção de desenvolvimento sustentável após participação no FDLIS	<ul style="list-style-type: none"> -Projetos contidos no PDLIS -Projetos contidos na Agenda Local

A presente pesquisa objetivou apresentar uma proposta que possa contribuir para a avaliação do alcance social e econômico de projetos locais de âmbito nacional e ainda, que possa subsidiar a elaboração e execução de políticas públicas participativas e sustentáveis no Nordeste. Essa meta justifica-se a partir da compreensão de que “um bom indicador alerta sobre um problema antes que ele se torne muito grave e indica um caminho para a solução de possíveis crises, e assim para um futuro melhor” Sato (2003).

7.4 - ANÁLISE DOS DADOS SECUNDÁRIOS E PRIMÁRIOS

Nesta pesquisa foi adotada a análise de conteúdo cabendo aqui as considerações concernentes a esse procedimento revogando a flexibilidade e a criatividade, características próprias da pesquisa qualitativa.

A introdução dessa técnica na pesquisa qualitativa foi possível devido a superação da obrigatoriedade do enfoque quantitativo e descritivo o qual reduzia esse tipo de análise a índices de frequência. A análise de conteúdo é designada como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” Bardin apud Godoy (1995, p.23).

Ao pesquisador cabe a busca pela compreensão das características, estruturas e/ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. A análise de conteúdo parte do pressuposto de que, por trás do discurso aparente, simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar. Ainda segundo esta autora a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: op. cit. (1995, p.24).

- Pré-análise - ocorre o primeiro contato com os documentos; fase de organização envolvendo a leitura “flutuante”;
- Exploração – adota-se procedimentos de codificação, classificação e categorização;
- Tratamento dos resultados e interpretação – torna significativo e válido os resultados brutos.

Após a transcrição e digitação foi feita a leitura individual de cada entrevista. Em seguida as percepções dos atores foram codificadas e classificadas. Após análise individual foi feita análise comparativa. Em cada eixo da entrevista foram observados pontos em comum e divergentes. O próximo passo foi a reorganização dos temas identificados nas análises individuais agrupando-os em categorias mais amplas. O exame contínuo sobre os dados proporcionou novas reflexões que por sua vez exigiram a ampliação de novas categorias. Como resultado desse processo, foram elaboradas 11 categorias, subdivididas em tópicos.

- 1 Conhecendo os atores sociais locais
 - 1.1 História de vida³⁶, participação em movimentos sociais
 - 1.2 O sentimento que move a participação em organizações sociais
 - 1.3 O significado da participação
- 2 Consolidação e reprodução das organizações
- 3 Grau de satisfação das lideranças com o DLIS
 - 3.1 Mobilização, seleção e envolvimento
 - 3.2 O significado do DLIS
 - 3.3 A importância do DLIS para o município – das expectativas ao desalento
- 4 Participação dos atores sociais
 - 4.1 Segmento participante
 - 4.2 Segmento desistente
 - 4.3 segmento não-participante
- 5 Evolução do processo participativo nas organizações sociais após o FDLIS
- 6 Identificando as ausências – a visão sobre o governo local
- 7 Interrompendo a passologia (desistentes) - porque não participar do FDLIS
 - 7.1 O olhar dos participantes sobre a desistência
- 8 Desenvolvimento sustentável
 - 8.1 Percepção de Desenvolvimento Sustentável após o FDLIS
 - 8.2 O DLIS é uma ferramenta do desenvolvimento sustentável?
- 9 O DLIS em registro – Diagnóstico, PDLIS e Agenda Local
 - 9.1 Da elaboração a aceitação – percepção dos atores sociais

³⁶ Nesse caso trata-se da “história de vida típica a qual focaliza uma etapa ou um determinado setor de experiência em questão” Denz apud Minayo (1992).

- 10 A sustentabilidade institucional do DLIS no município
 - 10.1 Cooperação, coordenação central, articulação/parcerias
 - 10.2 Importância atribuída ao conhecimento/estudo da realidade local
 - 10.3 O que é necessário para o DLIS dar certo?
- 11 Superposição de projetos – no meio do DLIS tinha um PJ

Vale salientar que os quatro segmentos definidos no universo dessa pesquisa, a saber: participante, desistente, não participante e protagonista juvenil, não constituíram bloco de análise dentro de cada uma das sete categorias expostas. Os segmentos, individualmente ou agrupados se fizeram presentes no processo da pesquisa e, conseqüentemente, na definição e construção das categorias. A distinção ou agrupamento estão expostos e justificados no capítulo: “Desvelando o DLIS, análise e discussões”.

Na análise e discussão desse estudo foi considerada a conjugação dos saberes, articulando referencial teórico, interpretação da pesquisadora e dos atores entrevistados. No processo de integração trechos das entrevistas foram intercalados, facilitando assim a compreensão do fenômeno estudado, possibilitando propor novas considerações e propostas investigativas, uma vez que se tratando de ciência este é sempre um processo inconcluso.

7.4.1 - Trabalho de campo - o coração da pesquisa empírica

Em relação ao trabalho de campo, cabem aqui diversas considerações que têm implicações diretas nos resultados alcançados. Trata-se de fato de um trabalho exploratório, uma vez que se parte para uma verdadeira exploração rumo ao desconhecido. O trabalho de campo é o *core* da pesquisa, reafirmando planos de trabalho ou redefinindo-o. Ao escolhermos as técnicas de trabalho estas não devem ser o fim, mas o meio para avaliar a realidade investigada, portanto são passíveis de mudanças evidenciadas no desenrolar do universo pesquisado, como foi o caso da pesquisa em questão.

Num primeiro momento pensou-se em utilizar a observação direta intensiva através da técnica de *Focus Group* na primeira etapa a qual permitiria a inserção de todos os atores sociais no processo de avaliação, já que se trata de um tipo de entrevista em profundidade

realizada em grupo Oliveira (1998). Se a metodologia DLIS é participativa a avaliação dessa pesquisa poderia dar-se pela mesma via.

Era essencial para o processo investigativo dar voz aos atores envolvidos sem que os mesmos se sentissem constrangidos. No entanto, após a fase exploratória, concluiu-se não ser possível essa integração mediante as diversas questões que afloraram durante a observação simples, questões essas que apontavam para a existência de conflitos durante a execução do FDLIS e assimetria de poder. Nesse contexto, a observação em profundidade limitaria ainda mais a espontaneidade das respostas, podendo ainda gerar novos conflitos.

Outro fator limitante foi o reduzido número de registros das etapas programadas para acontecerem, estabelecidas pela passologia DLIS. Não foi encontrado nenhum registro concernente às mesmas na sede que funciona atualmente o Fórum, as atas e listas de presença encontradas no local datam do período posterior a implementação do FDLIS. No SEBRAE regional os poucos registros encontrados não obedecem a ordem das etapas ocorridas no município, bem como evidenciam não ter sido registrado a participação de todos, pois em dado momento a julgar pelas fotos e depoimentos colhidos no trabalho de campo, o FDLIS agregou um número maior de participantes, não sendo possível executar uma avaliação quantitativa que pudesse demonstrar a rotatividade e frequência dos atores inseridos nas categorias.

As entrevistas ocorreram entre os meses de março e a primeira semana de setembro de 2004, sendo necessário retornar a campo nas últimas semanas dos meses de outubro e novembro, excetuando o mês de junho o qual foi dedicado a participações em congressos e maior investida na pesquisa bibliográfica para levantar o que já havia sido produzido sobre o tema.

O longo período de trabalho de campo foi devido a distância entre o município de estudo e a capital, entrave este superado pela iniciativa de ampliar as estadas no município permanecendo de 03 a 05 dias a cada viagem. Esse período possibilitou maior proximidade com o ambiente e a problemática estudada, permitindo constante observação e novas explorações.

No decorrer do trabalho surgiram algumas limitações, tais como o deslocamento difícil para algumas localidades, uma vez que certos transportes tinham horário fixado para o retorno e nem sempre este coincidia com o término das entrevistas. A Secretaria de Educação via Secretaria de Transporte do município disponibilizou algumas viagens junto aos transportes que levava e buscava os professores, o que facilitou o acesso.

A adaptação do pesquisador aos horários dos entrevistados é um procedimento previsível. A limitação nesse caso deveu-se ao tempo dispensado. No que diz respeito à zona rural esta requereu maior disponibilidade, pois em algumas localidades foram necessárias três visitas até a obtenção da entrevista, devido a dinâmica dos atores envolvidos, agricultores com o seu cotidiano já definido pela própria “lida na terra”.

O momento político de eleição para prefeito e vereadores também foi um fator limitante uma vez que 07 dos representantes das organizações sociais entrevistados eram candidatos ao legislativo municipal, sendo necessário afastar-se do município no período de maior efervescência e, por conseguinte, dos atores envolvidos com o tema pesquisado, evitando assim constrangimentos no que dizia respeito à manifestação de apoio, bem como diminuir a influência desse momento nas respostas dos entrevistados.

Os dois últimos meses foram destinados a localizar os não participantes, atividade esta de grande dificuldade devido a ausência de um registro linear com a participação dos envolvidos desde o início do processo. Nesse sentido, ocorreu identificar durante a entrevista a um não participante, conforme exposto, tratar-se na realidade de um desistente.

A princípio, havia sido utilizado como critério entrevistar as instituições que possuíssem uma ação mais direta no município, bem como aquelas que foram citadas pelos atores sociais, sendo elas a EMDAGRO, a COHIDRO e o Instituto Xingó. Apenas a representante da EMDAGRO foi localizada, integrando o segmento participante, visto que a COHIDRO e o Instituto Xingó, embora possuam escritório no município, tiveram seus representantes no FDLIS transferidos e desligados, respectivamente.

Não obstante todos esses entraves, o tempo de permanência no município contribuiu com conteúdos significativos com relação ao processo do DLIS. Identificar o

número expressivo de 10 desistentes foi um deles; ser convidada pelos representantes das organizações sociais localizadas na sede e proximidades para retornar e apresentar os resultados da pesquisa; ser informada sobre o que ocorria no município em relação a outros projetos; ser convidada pelos atores sociais entrevistados para retornar ao município enquanto representante da Universidade dentre outros, foram indicadores de relação de confiança e de que os atores esperam uma contrapartida em relação a contribuição prestada, compromisso este assumido perante a comunidade logo após a avaliação desse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural Territorial e Capital Social. In: SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, O. A. *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília, DF: Ed. Téc. Brasília, EMBRAPA. 2002. p.113-128.

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. 149 p.

AGENDA 21 Brasileira – *Bases para discussão*./ Washington Novaes (coord.) Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília, MMA / PNUD 2000.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In *Desenvolvimento sustentável necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1999. p. 17-26.

ALMEIDA, J. J. M. G. *Um novo paradigma de desenvolvimento sustentável*. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados Brasília, DF: 2000. www.camara.gov.br/internet/diretoria/conleg/estudos/002463.pdf 05 set.2003.

BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: *Determinantes e desafios contemporâneos*. (org.) BECKER, D. F. Vol.1. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000. p. 23-124.

BECKER, D. F. (org.) Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: *Desenvolvimento Sustentável necessidade e/ou possibilidade?*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1999. p. 27-85.

BERNARDES, J. A. e FERREIRA, F.P.M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S.B. e GUERRA, A.J.T. (orgs.). *A Questão Ambiental – diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-42.

BROSE, Marckus. Avaliação em projetos públicos de desenvolvimento local. O caso do projeto PRORENDA no Rio Grande do Sul. In: FISCHER, T. (org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. 194-211 p.

BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 2ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998. p. 29-40.

CAMPANHOLA, C & SILVA, da G. J. Desenvolvimento local e a democracia dos espaços rurais. *Caderno de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.17, n.1. p.11-40. jan./abr. 2000.

CAMPOMAR, M. Costez. Do uso de “Estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. *Revista de Administração*, São Paulo, v.26, n.3, p-95-98, julho/setembro, 1991.

- CANDEAS, A. W. Cultura e desenvolvimento: em busca da humanização do crescimento econômico. In: BASTOS, F.J; AMORIM, N. F. M. & LAGES, V. N. (orgs.). *Cultura e Desenvolvimento: A Sustentabilidade cultural em questão*. Maceió, AL: PRODEMA UFAL, 1999. p. 135-166.
- CAPRA, Frijot. *O ponto de mutação*. 25ª ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1982. 444 p.
- CAVALCANTE, A. P. B. *Desenvolvimento sustentável e planejamento bases teóricas e conceituais*. Fortaleza, CE: UFC, Imprensa Universitária, 1997. p. 51-62.
- CAVALCANTE, E. G. *Sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma*. Recife, PE: UFPE, 1998. 149 p.
- CINFORM MUNICÍPIOS. História dos municípios. Aracaju: junho, 2002. 47-49 p.
- CODES, A.L.; LOIOLA, E. & MOURA, S. *Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre*. 2003. <http://www.nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenonpur-html>. 06 agosto 2003.
- COHEN, E. & FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 302p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CCMAD). *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1991.
- DE CAMINO, R & MULLER, S. Esquema para la definicion de indicadores. *Agroecologia y Desarrollo*, Santiago, n.10, 2001. p. 62-67. <http://www.clades.org/r10-art10.htm>. 20 out. 2003
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 176 p.
- DEPONTI, C. M.; ECKERT, S. & AZAMBUJA, J. L. B. Estratégia para a construção de indicadores para a avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre: v. 3, n.4, p. 41-52. out./dez. 2002.
- DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DOCUMENTO FINAL. XIX *Reunião do Conselho da Comunidade Solidária: Oitava Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária*. Brasília – Granja do Torto, março, 1998. www.comunitas.org.br/docs/8_des_integrado_160398.pdf. 24 nov.2004.
- FISCHER, T. (org.) Poderes locais, desenvolvimento e gestão introdução à uma agenda. In: *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-31.
- FRANCO, A. de. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. 2. ed. Revista e ampliada. DF, Brasília: Instituto de Política, 2000. p.116.

_____. *Pobreza & desenvolvimento local*. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002. p. 37-126.

FERREIRA, C. C & SIMÕES, N. N. *A evolução do pensamento geográfico*. 6ª ed. Lisboa: Gradiva, 1990. p. 90-101.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Tradução: Marise Manoel. Campinas, SP: UNICAMP, 2001. 221 p.

GIANSANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo, SP: Atual, 1998. p. 112.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996. p. 50-61.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, n.3, p. 20-29; 57-63, Maio/jun. 1995.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 11ª. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2004. p. 148.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In.: GOLDEMBER, M. (coord.) *Coletânea Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro, RJ: REVAN, 1992. p. 9-45.

ISMERIO, Márcia Gomes. *Desenvolvimento sustentável o social como estratégia e desafio na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). EICOS/ Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 1999. 117 p. Dissertação Mestrado.

IVO, A. B. L. Sociedade e política In *Metamorfoses da questão democrática. Governabilidade e pobreza*. Buenos Aires: CLACSO, Asdi, 2001. p.85-103.

KERLINGER, F. N. *Metodologia de pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. Tradução de Helena M. R. São Paulo, SP: USP, 1980. p. 1-50.

KRUTMAN, H. M. *Fatores críticos no êxito da gestão de Projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) COPPE/Engenharia de produção, 2004. 118 p. Tese Doutorado.

LAKATOS, E. M. & MARCONI M. de A. *Metodologia Científica*. São Paulo, SP: Atlas, 1986. p. 17-38

_____. *Metodologia do trabalho científico*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992. p. 99-161.

LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 343.

- LOPES, E. S. A (org.) Globalização e desenvolvimento: o local e o rural no centro do debate In: MOTA, D. M. da & SILVA T. E. M. da (orgs.). *Ensaio Desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: Embrapa, Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 61-100
- LUSTOSA, P. H. Avaliação da indução de Desenvolvimento Sustentável: uma proposta de metodologia. In: FISCHER, T. (org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. 175-193 p.
- MARZALL, K. & ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas: estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 17, n-1, p. 41-59, jan./abr. 2000.
- MATTAR, F. Najib. Procedimentos de amostragem simples In: *Pesquisa de marketing: Metodologia Planejamento*. 3ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996. Vol. 1, p. 259-297.
- MATOS, K. S.L. de & SOFIA L. *Pesquisa educacional: o prazer de conhecer*. 1ª ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha – EDUEC, 2001. 144 p.
- MELLO, R. F. De. *Desenvolvimento local enquanto ferramenta para o fortalecimento dos trabalhadores e das organizações sociais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Engenharia de Produção/COPPE, 2003. 158 p. Dissertação Mestrado.
- MENDES, J. E. Com que roupa eu vou para o samba que você me convidou? – Reflexões de iniciativas metodológicas em pesquisa sobre trabalho docente. In: MATOS, K.S.L & VASCONCELOS, J.G. (orgs). *Registros de pesquisas na educação*. Fortaleza, CE: UFC, 2002. p. 173-194.
- MINC, Carlos. *Ecologia e cidadania*. Coleção polêmica. 7ª imp. São Paulo, SP: Moderna, 1997. 128 p.
- MORAES, J. L. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. <http://www.nepam.unicamp.br/ecoeco/anais/mesa-204.pdf>. 14 fev.2004.
- MORATO, R. B. dos S. *Gestão municipal para o desenvolvimento dos municípios turísticos do semi-árido sergipano*. São Cristóvão, Sergipe: Universidade Federal de Sergipe (UFS) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), 2003. p.20-25. Dissertação Mestrado
- OLIVEIRA, A. M. de. et al. *Favelas e as organizações comunitárias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 118 p.
- OLIVEIRA, L. Conde de. Representações sociais dos pobres sobre as políticas públicas. In: MATOS, K.S.L; VASCONCELOS, J. G. (orgs). *Registros de pesquisas na educação*. Fortaleza, CE: UFC, 2002. p. 164-172.

OLIVEIRA, M. & FREITAS, H. M. R. de. Focus Group: pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 83-91, jul./set., 1998.

OLIVEIRA, N. *Indicadores de sustentabilidade: experiência na comunidade de entorno do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos*. www.ecosust.org.br/textos/indicador.html. 26 nov. 2003.

OLIVEIRA, S. Luiz. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora Pioneira, 1999. p. 115-119.

PARAJÓN, F. J. L. *Um nuevo contrato entre cultura y sociedad*. II Congreso Internacional Cultura y Desarrollo. La Habana. www.unesco.org/cu/documentos/discurso%20lacayo%20ingles.doc. 08 set. 2003.

PASSET, René. A co-gestão do desenvolvimento econômico e da biosfera. *Caderno de Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n.01. Curitiba, PR: UFRP, 1994. p. 15-29.

PAULA, J. A. de (coord.) Biodiversidade, população e economia In: *Fundamentos históricos e metodológicos da questão ambiental*. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 1997

PELIZZOLI, M.L. *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.191.

PINHEIRO, A. P. *Um estudo da efetividade organizacional com base na cultura e comportamento organizacionais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). COPPE/ Engenharia de produção, 2002. p. 38-78. Tese Doutorado.

PNUMA-CIAT – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Centro Internacional de Agricultura Tropical. Marco conceptual para el desarrollo y uso de indicadores ambientales y de sustentabilidad para toma de decisiones em Latinamerica y el Caribe. México, 1996. 31 p. <http://www.ciat.egi-ar.org/indicators/unepciat/paper.htm> 18 out. 2003.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Trad. França, Maria Cecília. São Paulo, SP: Ática, 1993. 269 p.

RAMALHO, R. de A. Patrimônio Cultural e Natural: dimensão da sustentabilidade. In: BASTOS, F.J; AMORIM, N. F. M. & LAGES, V. N. (orgs.). *Cultura e Desenvolvimento: A Sustentabilidade cultural em questão*. Maceió, AL: PRODEMA UFAL, 1999. p. 179-193.

RICHARDSON, R. J. et. al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, SP: Atlas, 1999. p. 100-123.

ROSAS, M. R. Natureza e sociedade como princípios de ecologia política e novo paradigma histórico. *Espaço e sociedade*, Rio de Janeiro: AGB, v.2 nº 2, 1º semestre, p. 17-58, 1986.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento Crescer sem destruir*. São Paulo, SP: Vértice, 1986. p. 46-64.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

_____. *Desenvolvimento humano: trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Brasília: Edição SEBRAE, 2002. p. 19-64.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo, SP: Cortez, 2003. 92 p.

SANTOS, M. *Espaço e Dominação*. Seleção de Textos. V.4. São Paulo, SP: AGB, 1978. p.3-27.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Ano XIII, nº 2, 1986, p. 15-26.

SATO, A. C. Índices de sustentabilidade. <http://www.unicamp.br/fea/ortega/temas530/anacarla.htm>. 25 nov. 2003.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 22ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002. 145-154p.

SILVA, A. F. R. *Consensualismo, constrangimento e a sustentabilidade das associações de produtores rurais de Ilhéus, Bahia, Brasil*. Ilhéus, Bahia: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), 2003. p. 64-179. Dissertação Mestrado.

SILVEIRA, C. M. Miradas, métodos, redes. O Desenvolvimento Local em curso. In: SILVEIRA, C. M & COSTA, R. L. (org.) *Desenvolvimento Local – dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Rits, 2001.

SOFFIATI, A. As raízes da crise ecológica atual. *Ciência e Cultura*, 39(10): p. 951-954. outubro, 1987.

SOSA, E. *O essencial é invisível aos olhos: reflexões a partir de O Pequeno Príncipe*. Traduzido por Marisa do N. Parol. São Paulo, SP: Paulinas, 2000. 183 p.

SOUZA, M. L. de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 7ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000. p.225.

SPÓSITO, M. P. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, J. B. et al. (orgs.). *Gestão Democrática*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, SEPE, 2001. p. 45-56.

STEIN, R. H. Capital social, desenvolvimento e políticas públicas. In: *Serviço Social & Sociedade. Políticas públicas e sociedade civil*. Ano XXIV, nº73. março 2003. p. 157-197.

TEIXEIRA, E. C. *O local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo, SP: Cortez, 2001. 223 p.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 176.

VALLE, A. C. R. *Desenvolvimento local e valorização cultural: uma reflexão necessária*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social / EICOS, 1999. 224 p. Dissertação Mestrado.

VARGAS, M. A. M. *Desenvolvimento regional em questão: o baixo São Francisco revisitado*. São Cristóvão, SE: UFS, NPGeo, 1999. 279 p.

VIEIRA, P. F. & WEBER, J. Introdução geral: Sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento novos desafios para a pesquisa ambiental*. Tradução Anne S. de P. Vieira; Christilla de Lassus. São Paulo, SP: Cortez, 1997. p. 17-45.

VIEIRA, T. P. O nosso Deus: um Deus ecológico: por uma compreensão ético-teológica da ecologia. São Paulo: Paulus, 1999. p. 164.

VIERTLER, R. B. A idéia de “sustentabilidade cultural”: algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: BASTOS F., I ; AMORIM, N.F. M.; LAGES, V.N (orgs.). *Cultura e Desenvolvimento: A Sustentabilidade em questão*. Recife: UFPE, 1999. p. 17-35.

YIN, R. K. Estudo de caso.(trad). PINTO, R. L. (adap.) MARTINS, G.A. http://www.eac.fea.usp.br/m.etodologia/estudo_caso.asp. 10 maio 2003.

ANEXO A

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Público alvo: atores sociais envolvidos no DLIS

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Organização social:

cargo na época do DLIS

Cargo atual:

Data da entrevista:

2. HISTÓRIA DE VIDA

a) Com que idade começou a participar de organizações? Em quais já atuou?

b) O que o levou a participar?

c) Para o Sr.(a) o que é participação?

d) Já conseguiu alguma conquista para a comunidade? Em caso positivo atribui a conquista a luta individual ou coletiva?

3. GRAU DE SATISFAÇÃO DAS LIDERANÇAS COM O DLIS.

a) Como se deu o envolvimento?

b) Participou de todas as etapas? Quais?

c) Como se deu a seleção dos participantes?

3.1 Para você o que é participar de um processo como esse?

Vamos por partes:

d) O que é o DLIS para você?

e) Qual a importância do DLIS para Canindé?

f) Desde quando participa? (em caso negativo, porque não está participando?)

g) Conhece alguém que não participou e deveria? Quem? Por que não participou?

h) A que atribui a desistência de alguns membros do FDLIS?

i) Ficou satisfeito quanto a sua participação? Justifique.

- j) Conseguiu repassar o que vivenciou para os demais membros? Como?
- k) Houve alguma questão durante o processo do DLIS que não esteve de acordo?
- l) Em caso positivo, conseguiu colocar sua opinião? Justifique.
- m) O processo participativo da organização social que você representa mudou após o DLIS? Em caso positivo, poderia dizer em quê?
- n) Como foi construída a agenda/plano local?
- o) Fora o DLIS atualmente está envolvido em algum outro projeto ou discussão? Em caso afirmativo, qual?

4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- a) O que é o desenvolvimento sustentável para você?
- b) O DLIS, na sua opinião é uma ferramenta do desenvolvimento Sustentável? Por quê?
- c) O que a agenda/plano local coloca de mais importante?
- d) De todas enumere por ordem de importância as atividades que na sua opinião, podem deslanchar o desenvolvimento sustentável?
- e) Faltou alguma atividade a qual você julga que deveria constar na Agenda? Em caso positivo, justifique.

5. PARA O DLIS DAR CERTO

a) Na sua opinião o DLIS para dar certo precisa:

- I. de cooperação Justifique_____ (de quem?)
- II. coordenação central Justifique_____ (de quem?)
- III. articulação/parceria Justifique_____ (nomeie)
- IV. mais conhecimento/estudo da realidade local é importante? Por quê?
- V. O que mais você apontaria como necessário?

ANEXO B

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Público alvo: responsável pela aplicação da metodologia DLIS/SEBRAE no município de Canindé do São Francisco/SE

1. Quais foram as etapas desenvolvidas no município?
2. Quais foram os parceiros na implementação do FDLIS?
3. Como você avalia o FDLIS no município de Canindé do São Francisco?
4. Em 2003 foi realizada alguma das demandas que a sociedade solicitou?
5. Quem eram os parceiros?
6. Como foi feito o Plano de Desenvolvimento Local?
7. E a Agenda Local?
8. Quais atividades já foram realizadas?
9. Quais parceiros continuam no FDLIS?
10. Em que etapa encontra-se o DLIS no município?
11. Quando ocorreu o Protagonista Juvenil?
12. Por que o pessoal saiu?

ANEXO C

ANEXO C - PROJETOS CONTIDOS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO

1. Desenvolvimento da ovinocaprino cultura
2. Transporte utilitário – baú friso térmico
3. Desenvolvimento da bovinocultura leiteira
4. Renascer do velho Chico
5. Apicultura
6. Trator mecanização agrícola
7. Centro de apoio para deficientes físicos
8. Tanques para resfriamentos do leite
9. Piscicultura
10. Centro de formação e capacitação profissional
11. Dignidade, emprego e moradia
12. Moradia com dignidade
13. Cidadania e organizações sociais
14. Sorrir com saúde
15. Água tratada, saúde restaurada
16. Eletrificação das escolas ainda não contempladas
17. Criação filarmônica municipal
18. Desenvolvimento sócio-cultural desportivo e educacional do município
de Canindé do S. Francisco
19. Incentivo pelo ecoturismo, turismo aventura, calendário festivo e
cultural local
20. Construção de quiosque
21. Criar museu do cangaço
22. Artesanato
23. Turismo rural

- 24.Melhoria de pequenas agro-indústrias
- 25.Aquisição de óculos p/ crianças c/ deficiência visual (parcial)
- 26.Reativação dos grupos folclóricos
- 27.Reforma do estádio municipal
- 28Curso nutricional p/ merendeiras, com vistas à melhoria da merenda escolar
- 29.Proporcionar aos jovens aulas de dança, música, atividades teatrais nas escolas

Obs. O tamanho da letra foi ampliado para facilitar a leitura

ANEXO D

ANEXO D – DOCUMENTO FINAL – XIX REUNIÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

O tema Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável foi debatido na VIII Reunião do Conselho da Comunidade Solidária, e consolidado no Documento Final XIX Reunião do Conselho da Comunidade Solidária, realizada em março de 1998. Participaram desse encontro o governo, representados pelos Ministros de Estado relacionado ao tema, bem como técnicos governamentais da área em questão, o programa Comunidade Solidária, empresários, sindicatos e movimentos sociais, ONGs e intelectuais Documento Final (1998, p.3). Como resultado foram construídos dez “consensos” (princípios e conceitos) para o encaminhamento do DLIS em âmbito nacional, descritos aqui sinteticamente.

1. DLIS é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.
2. É uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis;
3. Exigir um novo sistema de gestão das políticas públicas que exercite o novo paradigma da relação entre Estado e Sociedade e a integração das políticas públicas (macro-econômica, setoriais e sociais). Para tanto deve articular as diversas instâncias dos Governos Federal, Estadual e Municipal;
4. A participação do poder local é condição necessária, embora não suficiente, para o êxito dos projetos. O DLIS aponta para novas formas, mais compartilhadas com a sociedade, de condução dos processos públicos que contribuem para o desenvolvimento;
5. Para sua viabilização requer a parceria entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. A sinergia entre a atuação dessas três esferas e os incrementos de capital humano e social são fatores essenciais e diferenciais;
6. Pressupõe uma nova dinâmica econômica integrada de base local, na qual sejam estimuladas a diversidade econômica e a complementaridade de empreendimentos, objetivando gerar uma cadeia sustentável de iniciativas;

7. Exige a transferência de recursos exógenos, e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados (aportes financeiros, de pessoal e de infra-estrutura, investimentos empresariais, doações de dinheiro e outros recursos ou tempo por parte da sociedade local, através da participação cidadã e do trabalho voluntariado);
8. A capacitação junto com a parceria institucional, constitui um dos principais eixos da estratégia DLIS. A capacitação entendida, não apenas como treinamento para a reprodução de habilidades específicas, mas como um processo dialógico, criativo, participativo, crítico, holístico e formativo e como um elo entre o local e o global.
9. Exige uma nova base de informação desagregada que permita uma análise da economia e da realidade social local; novos indicadores locais de desenvolvimento, que incorporem índices capazes de aferir os níveis de qualidade de vida e de sustentabilidade alcançados nos diversos momentos do processo;
10. A comunicação social é um dos principais fatores para despertar a população em geral para as possibilidades e vantagens de um novo processo de desenvolvimento, o que requer estratégias de comunicação e marketing.